



### **Expediente**

#### **Conselho Editorial**

Alexandre Vieira Ribeiro (UFF)  
Alexsander Lemos de Almeida Gebara (UFF)  
Ana Mónica Henriques Lopes (História – UFAL)  
Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (Sociologia – USP)  
Carlos Moreira Henriques Serrano (Antropologia – USP)  
Irinéia M. Franco dos Santos (História – UFAL)  
Kabengele Munanga (Antropologia – USP)  
Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez (História – USP)  
Maria Cristina Cortez Wissenbach (História – USP)  
Marina de Mello e Souza (História – USP)  
Marina Gusmão de Mendonça (História – FAAP)  
Mônica Lima e Souza (UFRJ)  
Nkolo Foé (Ecole Normale Supérieure, Université de Yaoundé 1 – Camarões)  
Ronilda Iyakemi Ribeiro (Psicologia – USP)  
Sebastião Vargas Ferreira Netto (UFRN)  
Valdemir Donizette Zamparoni (UFBA)  
Wilson do Nascimento Barbosa (História – USP)

#### **Edição & Revisão**

Apoena Canuto Cosenza  
Eduardo Januário  
Flávio Thales Ribeiro Francisco  
Maria Rosa Dória Ribeiro  
Muryatan Santana Barbosa  
Rodrigo Bonciani

#### **Autor Corporativo**

Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VII, N°XIII, Julho/2014

Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VI, N°XII,  
Dezembro/2013

NEACP – Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política  
Sankofa - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana  
Publicação semestral do NEACP – Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política.

Departamento de História (USP). Av. Professor Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária.  
Sala M-4. São Paulo – SP – CEP 05508-900. Telefone: (011) 3091-8599.  
<http://sites.google.com/site/revistasankofa>  
[revistasankofa@gmail.com](mailto:revistasankofa@gmail.com)  
<http://site.google.com/site/neacpusp>  
[neacp.usp@hotmail.com](mailto:neacp.usp@hotmail.com)

### **Orientação para Autores:**

Os textos enviados para publicação devem obedecer às seguintes normas:

1. Artigos: mínimo de quinze, máximo de trinta páginas, em Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5.
2. Resenhas: mínimo de duas, máximo de seis páginas, em Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5.
3. Entrevistas: mínimo de duas, máximo de dez páginas, em Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5.
4. Documentação: mínimo de dez, máximo de vinte páginas, em Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5.
5. As citações, notas de referência e indicações bibliográficas devem seguir as normas atualizadas ABNT.
6. Os artigos devem vir acompanhados com resumo e palavras-chave em português e em língua estrangeira.
7. Todos os artigos devem vir acompanhados de bibliografia ou referências bibliográficas.
8. Serão aceitos artigos em espanhol ou inglês, acompanhados de resumo e palavras-chave em português.

Os textos devem ser enviados em formato doc ou rtf para o endereço eletrônico:

[revistasankofa@gmail.com](mailto:revistasankofa@gmail.com).

Juntamente com os mesmos, deverá ser encaminhado um resumo de até dez linhas sobre a qualificação acadêmica e profissional do(s) autor(es).

Aguardamos a vossa participação.  
Os Editores.

### FICHA CATALOGRÁFICA

SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número XII, Ano VI, Dezembro. São Paulo, NEACP, 2013.

<http://sites.google.com/site/revistasankofa>

Semestral

1. História da África. 2. Diáspora Africana

## Sumário

Sobre a Sankofa.....	4
Apresentação.....	5
Os africanos livres na Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema: Funções, Origens Étnicas e Rotina de Trabalho (1840-1850) (Mariana Alice Pereira Schatzer Ribeiro).....	6
Periodização e Práticas Antiescravistas na Cidade de São Paulo (1850-1871)(Renata Ribeiro Francisco).....	39
Padre Daniel Pedro Marques de Oliveira: racialização e conflito na Província do Amazonas – 1850 -1889 (Tenner Inauhiny de Abreu) .....	59
A Sociedade Geográfica Italiana e seu papel no projeto colonialista para a África, entre 1870 a 1889. Uma introdução à análise quantitativa (Apoena Canuto Cosenza).....	74
Reformas Políticas E O Regime Da Prefeitura Em Cabo Verde Da Primeira Metade Do Séc. Xix (1832-1834) (Eduardo Adilson Camilo Pereira).....	99
Masculinidades coloniais no fim do império português: o a taque à Vila Alice, Luanda 1975 (Margarida Paredes).....	125
Entrevista: Paris Yeros.....	150

## **Sobre a Sankofa**

O conceito de Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em Akan “se wo were fi na wosan kofa a yenki” que pode ser traduzido por “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”. Como um símbolo Adinkra, Sankofa pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro. Também se apresenta como um desenho similar ao coração ocidental. Os Ashantes de Gana usam os símbolos Adinkra para representar provérbios ou ideias filosóficas. Sankofa ensinaria a possibilidade de voltar atrás, às nossas raízes, para poder realizar nosso potencial para avançar.

Sankofa é, assim, uma realização do eu, individual e coletivo. O que quer que seja que tenha sido perdido, esquecido, renunciado ou privado, pode ser reclamado, reavivado, preservado ou perpetuado. Ele representa os conceitos de auto-identidade e redefinição. Simboliza uma compreensão do destino individual e da identidade coletiva do grupo cultural. É parte do conhecimento dos povos africanos, expressando a busca de sabedoria em aprender com o passado para entender o presente e moldar o futuro.

Deste saber africano, Sankofa molda uma visão projetiva aos povos milenares e aqueles desterritorializados pela modernidade colonial do “Ocidente”. Admite a necessidade de recuperar o que foi esquecido ou renegado. Traz aqui, ao primeiro plano, a importância do estudo da história e culturas africanas e afro-americanas, como lições alternativas de conhecimento e vivências para a contemporaneidade. Desvela, assim, desde a experiência africana e diaspórica, uma abertura para a heterogeneidade real do saber humano, para que nos possamos observar o mundo de formas diferentes. Em suma, perceber os nossos problemas de outros modos e com outros saberes. Em tempos de homogeneização, esta é a maior riqueza que um povo pode possuir.

## **Apresentação**

Apresentamos com muita satisfação a décima segunda edição da Revista Sankofa, reforçando o nosso objetivo de difundir o conhecimento construído nos campos da História da África e da Diáspora Africana.

Nesta edição, iniciamos com o artigo de Mariana Alice Ribeiro, que nos apresenta a experiências de africanos livres entre os anos de 1840 e 1850 na Real Fábrica de São João do Ipanema, em Piracicaba, analisando as trajetórias destes trabalhadores no empreendimento fabril. Já Renata Francisco propõe uma revisão da historiografia da abolição, argumentando que os historiadores deixaram de lado as articulações iniciais do movimento abolicionista das décadas de 1850 e 1860, privilegiando seus instantes finais.

Tenner Abreu discute as relações raciais no Amazonas através da figura do Padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, deputado provincial na década de 1870, que enfrentou as hierarquias sociais que barravam os libertos em diversos espaços de poder. Em seguida, apresentamos o texto de Apoena Consenza, com uma abordagem quantitativa de documentos da Sociedade Geográfica Italiana (SGI) sobre a África, que tem como objetivo compreender interesses de uma parcela da burguesia italiana sobre o continente entre 1870 e 1889.

Contamos ainda com o artigo de Eduardo Pereira, que analisa as reformas políticas e administrativas estabelecidas após a introdução do regime de prefeitura em Cabo Verde na primeira metade do século XIX, dando especial atenção à rearticulação das elites locais. Para fechar a seção, publicamos a interessante abordagem de Margarida Paredes que retorna ao Ataque à Vila Alice, em 27 de julho de 1975, conduzido pelas Forças Armadas Portuguesas contra o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A autora procura entender, a partir do evento, a violência colonial, mobilizando as categorias de raça e gênero.

Por fim, finalizamos esta edição com a entrevista cedida por Paris Yeros, Professor da Universidade Federal do ABC, formado pela London School of Economics and Political Science, que aborda temas relacionados à África no campo das Relações Internacionais, com foco na questão agrária no Zimbábue e no diálogo Sul-Sul a partir das nações africanas. Aqui Paris Yeros fala sobre a sua formação, a questão agrária no Zimbábue e o lugar da África nas Ciências Sociais e Humanas.

Desejamos a todos uma boa leitura.

## **Os africanos livres na Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema: Funções, Origens Étnicas e Rotina de Trabalho (1840-1850).**

Mariana Alice Pereira Schatzer Ribeiro\*

**Resumo:** O presente artigo analisa a experiência dos africanos livres, na Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, em Sorocaba-SP, entre 1840 a 1850. Para tal, abordo, primeiramente, as questões sociais e políticas que originaram este grupo específico. Em seguida, amparada pelas fontes presentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo, avalio a trajetória dos trabalhadores no empreendimento fabril como funções, data de chegada, e principalmente as origens étnicas dos mesmos, tendo em vista a demasiada importância que representam na diáspora. Nesse sentido, os africanos tinham a consciência de sua condição jurídica de “livre”, mas na prática para o Estado Imperial brasileiro eram apenas mais um grupo de escravos lutando por sua liberdade.

**Palavras-chave:** africanos livres, Ipanema, escravidão, experiências.

**Abstract:** This article analyzes the experience of free Africans in Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, in Sorocaba-SP, between 1840-1850. To do this, first aboard the social and political issues leading to this particular group. Then, supported by the sources present in the Public Archives of the State of São Paulo, evaluate the trajectory of workers in the enterprise functions like manufacturing, date of arrival, and especially the ethnic origins of the same, with a view to representing too much importance in the diaspora. Accordingly, Africans were aware of their legal status "free", but in practice for the Brazilian Imperial State were just another group of slaves fighting for their freedom.

**Keywords:** free African, Ipanema, slavery, experience.

---

✉ Mestranda em História- UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras- Campus de Assis. Bolsista FAPESP. E-mail: mariana\_schatzer@yahoo.com.br

### 1.1. A legislação sobre o tráfico de escravos.

Antes de se pensar na categoria dos africanos livres, é preciso compreender como a legislação que os denominou como tal fora criada, além do contexto político acerca das pressões inglesas à coroa portuguesa. Durante todo o século XIX, o governo britânico realizou uma empreitada abolicionista que gerou diversas transformações em seu país, nas suas colônias e também aos países os quais foram impostas as medidas<sup>1</sup>. Entre as exigências estavam: assinatura de tratados, capturas e condenação dos navios negreiros, e a emancipação dos escravizados encontrados a bordo dos mesmos.

Os primórdios da pressão britânica para o fim do tráfico remontam a 1810, quando Portugal assina o Tratado de Aliança e Amizade. Neste combinado, o império luso deveria permanecer com o tráfico apenas nos territórios africanos que lhe fosse de direito. Passado alguns anos, a Convenção Adicional de 28 de julho de 1817 regulamentou o fim do comércio ao Norte da Linha do Equador<sup>2</sup> e o apresamento dos navios que estivessem na região.

Ademais, os africanos apreendidos nos navios ilegais deveriam ser libertos e utilizados como trabalhadores livres, tutelados pelo Estado<sup>3</sup>. Porém, foi somente com o Alvará português de 26 de janeiro de 1818, que ficou determinado o tempo máximo desta tutela: um período de 14 anos<sup>4</sup>.

Não obstante, em 1822, o Brasil tornou-se independente de Portugal. Logo, o país necessitava de um amparo, de ser reconhecido como um Estado independente politicamente

---

1 Sobre a relação e o impacto da campanha abolicionista inglesa em suas colônias ver: DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do anti-escravismo*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2011.  
WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

2

Segundo Jaime Rodrigues, a região compreendia a Costa da Mina (atuais Daomé e Nigéria, na África Ocidental). RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. UNICAMP- CECULT, 2000, p.98. Para mais detalhes sobre tratados internacionais, ver o capítulo 03: “A pressão inglesa: honra, interesses e dignidade”. Págs.- 97-125.

3 “Convenção Adicional de 28 de julho de 1817”, Coleção das Leis do Império do Brasil, 1817, Biblioteca Nacional.

4 “Alvará de 26 de janeiro de 1818”, Coleção das Leis do Império do Brasil, 1818, Página 07 Vol. 1, Biblioteca Nacional.

através de uma nação estrangeira. Obviamente, o governo luso a princípio não quis reconhecer a independência brasileira. Por outro lado, havia um interesse muito grande por parte dos ingleses.

A fim de que a independência do Brasil se concretizasse, o governo inglês fez a mediação das discussões com os portugueses, até que em 1825 eles efetuaram o reconhecimento da autonomia. Em seguida, a Grã-Bretanha realizou o mesmo ato, todavia exigia uma condição nada confortável para a política e sociedade brasileira do período: o fim do tráfico transatlântico de escravos. A exigência era bastante perturbadora, visto que o Brasil desde finais do século XVI já havia se tornado uma sociedade profundamente arraigada no sistema escravista. De acordo, com Stuart Schwartz: “a norma era usar os escravos em regime de produção máxima, baixando os custos e mantendo um esquema de trabalho intensivo”.<sup>5</sup>

Sendo assim, dificilmente seria possível abolir o tráfico de escravos em um local aonde a escravidão era o alicerce de seu desenvolvimento. Segundo David Brion Davis, a ideologia e a infraestrutura judicial estavam montadas não só para favorecer um sistema de exploração de trabalho, como também para garantir “a preservação da segurança pública e a perpetuação do poder nas mãos de uma predominante casta de brancos”.<sup>6</sup> Portanto, tal situação vantajosa não poderia se acabar, na opinião de políticos, e principalmente, dos proprietários de terra e de escravos.

Após o reconhecimento da independência pela Inglaterra houve a Convenção de 23 de novembro de 1826, nela o governo britânico e o recente Império brasileiro mantiveram os acordos assinados com Portugal, como também criaram o Tratado Anglo-brasileiro. Com isto, o tráfico passou a ser considerado pirataria e deveria ser extinto em três anos. Também foram criadas comissões mistas em Londres, Rio de Janeiro e Serra Leoa para julgar os navios apreendidos<sup>7</sup>.

Por sua vez, em novembro de 1831, durante o caos do período regencial, após a

---

5 SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 93.

6 DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 271.

7 “Convenção de 23 de novembro de 1826”, Coleção das Leis do Império do Brasil, 1826, Biblioteca Nacional.

abdicação e saída de Dom Pedro I, e em conjunto com a ascensão de um ministério liberal, foi sancionada por Felisberto Caldeira Brant, o Marquês de Barbacena, a lei que designou a categoria dos “africanos livres”. A Lei determinava o seguinte:

A Regência, em nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, faz saber a todos os súditos do Império, que a Assembléia Geral decretou, e ela sancionou a Lei seguinte: Art. 1º. Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres.<sup>8</sup>.

Ademais, ficara decidido que os africanos presos deveriam imediatamente ser conduzidos de volta à África, custeados pelos traficantes que os aprisionava. Entretanto, devido à ineficácia e lentidão para o cumprimento da medida, várias pessoas permaneceram alojadas na Casa de Correção da Corte<sup>9</sup> enquanto aguardavam a decisão sobre seus destinos. Poucos africanos de fato foram reexportados para seu continente, pois a grande maioria permaneceu no Brasil tutelados, utilizados em obras e instituições públicas como a Fábrica de Ferro Ipanema. Na prática, o Estado brasileiro buscava uma alternativa entre a extinção do tráfico e o impedimento de um possível choque político com a Inglaterra.

A norma ficou conhecida como: “lei para inglês ver”, porque não pôs um fim definitivo ao comércio negreiro e tampouco atendeu as expectativas do governo britânico. O desrespeito à cláusula foi realizado pelas mais importantes autoridades, representadas por políticos, juízes e também por oficiais, funcionários portuários, comerciantes e traficantes de escravos. Fato este que demonstra o interesse das mais variadas camadas da sociedade na lógica escravista.

Com o fim do período regencial (1831-1840), das disputas políticas internas e com a demissão do Gabinete da Maioridade (de tendências abolicionistas) devido à emancipação

---

8 Lei de 07 de novembro de 1831. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1831. Biblioteca Nacional. Optou-se por deixar a ortografia original do documento exposto.

9 A Casa de Correção da Corte, construída na década de 1830 abrigou centenas de africanos que chegaram ilegalmente no país. Além disso, a penitenciária tinha como objetivo transformar aqueles que haviam cometido crimes em pessoas laboriosas, através do trabalho como cumprimento das penas. Para mais informações sobre a participação dos africanos livres e os detentos no estabelecimento ver: ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Cárceres Imperiais: A Casa de Correção no Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império (1830-1861)*. Tese de Doutorado, Campinas-SP: UNICAMP, 2009.

de Dom Pedro II, o esforço do governo em reprimir o comércio negreiro tornou-se cada vez mais relaxado. Por outro lado, a pressão britânica fazia-se latente, visto que os ingleses estavam determinados em fazer com que o negócio fosse abolido.

Com a recusa do governo brasileiro em fazer valer os acordos, a Inglaterra estabelece um tratado unilateral, o *Slave Trade Suppression Act*, o qual resultou em 08 de agosto de 1845 na lei Bill Aberdeen<sup>10</sup>. A legislação determinava que o governo inglês poderia julgar as embarcações e seus comandantes como piratas em tribunais ingleses, não importando o local onde fossem capturadas (África ou Américas).<sup>11</sup>

Deste modo, o tráfico estava sujeito à repressão, independente de qualquer contato prévio entre o Império Britânico e o país responsável pela carga. Entre os anos de 1840 e 1848, a marinha inglesa apreendeu mais de 600 navios, carregando milhares de africanos. Muitos deles foram conduzidos às colônias inglesas do Caribe onde, apesar de receberem um soldo, viveram em condições muito próximas a dos escravos<sup>12</sup>. Após esta lei começou a declinar o número de africanos capturados com o tráfico. Vale lembrar que o período era conturbado e havia muitas preocupações em jogo, muitas autoridades tinham a consciência do dever de acabar com o tráfico. No entanto, temiam as consequências sociais e econômicas da medida.

Somente em 1850 é que foi retomada a discussão acerca da legislação de 1831, através da lei sancionada em 04 de setembro, mais conhecida como “a lei Eusébio de Queiróz”. A norma previa processar traficantes, capitães, tripulação e todos os envolvidos no sistema ilegal. Por sua vez, os escravos presentes nas embarcações apreendidas ou na costa, deveriam ser libertos e continuar sob a guarda do governo brasileiro<sup>13</sup>. Apesar das falhas e lacunas presentes na legislação, foi só a partir dela que o tráfico de escravos

---

10 O nome é uma referência ao lord Aberdeen, então Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha.

11 Sobre as negociações detalhadas entre o Brasil e a Inglaterra ver: LESLIE, Bethell. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: EDUSP/Expressão e Cultura, 1976, págs. 232-254.

12 Mamigonian em sua tese de doutorado aborda ricamente a questão da abolição do tráfico entre os dois países, como também discute as políticas empregadas pela Inglaterra em suas colônias, entre elas a do Caribe. MAMIGONIAN, Beatriz G. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. PhD, History. Waterloo: University of Waterloo, 2002.

13 Lei n. 581 de 04 de setembro de 1850. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Abolição do Tráfico de Escravos, Tomo XI, parte 1ª, 267-261, Biblioteca Nacional.

diminuiu significativamente chegando ao final no Brasil.

Enquanto eram travados os debates sobre o comércio negreiro entre intelectuais e parlamentares, nenhuma outra medida havia sido tomada a respeito da liberdade efetiva dos africanos tutelados no país. Somente com o decreto de 28 de dezembro de 1853 foi possível definir a liberdade daquelas pessoas. Inicialmente, apenas foram “contemplados” os africanos que tivessem trabalhado durante 14 anos, exclusivamente para particulares<sup>14</sup>.

No entanto, analisando mais detalhadamente a referida iniciativa, pode-se perceber que o governo brasileiro acabou revelando o não cumprimento do Alvará de 1818, o qual determinava o período de 14 anos da tutela, pois todos concluíram o tempo de serviço quando o decreto de 1853 foi emitido. Sendo assim, “a maioria deles trabalhou muito tempo antes receber suas cartas finais de emancipação”<sup>15</sup>.

Já, a liberdade para todos os trabalhadores tutelados ocorreu em 1864. As cartas deveriam ser expedidas pelo Juiz de Órfãos da Corte e pelos Presidentes das Províncias. Após o processo eram destinadas aos chefes de polícia para serem entregues aos emancipados<sup>16</sup>. Todavia, mesmo após esta data ainda foram encontrados africanos livres em alguns estabelecimentos imperiais.

Vale lembrar, que ao longo destes 40 anos, devido a uma preocupação do estado em identificá-los e controlá-los existe uma riqueza documental sobre os mesmos, permitindo aos estudiosos comparar e estudar este grupo social de diversas formas a partir dos anos 2000.

## **1.2. A Fábrica de Ferro Ipanema: panorama histórico.**

A Fábrica de Ferro Ipanema foi um estabelecimento muito importante e esteve na ordem da agenda do governo imperial. Deste modo, há diversos documentos produzidos pelos órgãos brasileiros durante todo o século XIX, como por exemplo, os relatórios dos

---

14 *Decreto 1303 de 28 de dezembro de 1853. Coleção das Leis do Império do Brasil, Biblioteca Nacional.*

15 MAMIGONIAN, Beatriz G. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century.* PhD, History. Waterloo: University of Waterloo, 2002, p. 239.

16 Decreto nº3310 “Emancipação dos Africanos Livres”. 24 de setembro de 1864. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, 160-161, Biblioteca Nacional.

presidentes da Província de São Paulo e os relatórios do Ministério da Guerra, o qual o empreendimento esteve subordinado até 1877. A Fábrica de Ferro Ipanema, conhecida como uma das primeiras estabelecidas no Brasil tem sua origem em meados de 1765, data da primeira amostra de ferro fundida na região, a qual englobava o morro de Araçoiaba, também conhecido como Ipanema que lhe dera o nome. Durante o século XIX, as indústrias no Brasil se estabeleciam fora das áreas urbanas, usufruindo fontes de energia, fornecimento de matéria-prima e eram bastante artesanais. A partir da administração da capitania de São Paulo realizada por Luís Antônio de Souza, o Morgado de Mateus iniciou-se então as primeiras experiências metalúrgicas com o ferro. Este a enviou para o Marquês de Pombal, e afirmou que: “as explorações de minas de ferro se mostravam mais úteis que as de ouro”.<sup>17</sup>.

A criação do estabelecimento foi pensada para atender as necessidades estratégicas, militares, de defesa, como também de povoamento, visto que a capitania possuía baixa densidade populacional no momento. Assim, através da Carta Régia de 1810, o estabelecimento passa a se chamar Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema. No documento, também existem informações sobre a chegada dos primeiros escravos, bois e outros investimentos do governo português, conforme aponta o documento assinado pelo príncipe regente:

Sendo de suma utilidade criar no Brasil estabelecimentos de minas de ferro, na maior extensão possível, que possam dar ferro e servir de base às preciosas manufaturas do mesmo metal, não só para o consumo do Brasil, mas ainda servir de objeto de exportação, o que será ao comércio destes estados de suma utilidade, e havendo constado na minha real presença, que em Sorocaba, na capitania de São Paulo, há uma mina de ferro muito rica.<sup>18</sup>.

Com relação aos africanos, após a aprovação da lei de 1831 houve a determinação

---

17 DANIELI Neto, op. cit., p.85.

18 VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *História da Fábrica de Ipanema e Defesa perante o Senado*. Brasília, Senado Federal, 1979, p. 58.

assinada em 19 de novembro de 1835<sup>19</sup>. A lei dizia que todos os tutelados apreendidos fossem depositados na Casa de Correção da Corte-RJ, para que em seguida fossem destinados a seus concessionários particulares ou às instituições públicas. No mesmo ano de 1835, chegou o primeiro grupo proveniente da Corte na Real Fábrica de Ferro. Durante a entrega, o Presidente da Província de São Paulo lembrava as obrigações do diretor perante eles:

Esperando por último este governo, que o sobredito senhor diretor terá da sua parte a maior vigilância não só sobre a conservação destes indivíduos, a fim de que não possam a vir a ser presa de algum ambicioso que os desencaminhe e os reduza a cativo, como mesmo sobre o seu bom tratamento e competente ensino.<sup>20</sup>

Sem contar com a extrema vigilância salientada pelo Presidente da Província, a rotina exercida na instituição era muito rígida, porque não existia permissão para os tutelados deixarem os estabelecimentos e escolherem as suas atividades. Além do mais, as condições de controle disciplinar e tempo de trabalho tornavam a jornada muito exaustiva, devido à própria natureza do empreendimento. Como demonstra este documento:

Os trabalhos diários da oficina são de 5 horas da manhã até às 8 horas da noite, bem entendido no verão se terá meia hora para o almoço e uma hora e meia para o jantar, no inverno meia hora para o almoço e uma hora para o jantar<sup>21</sup>.

Pode-se perceber como os trabalhos eram exaustivos, os trabalhadores tinham poucos momentos para fazer suas refeições. Ademais, os tutelados ocuparam diversas funções na fábrica: mestre de fundição, mestre moldador, mestre de refino, mestre fundidor,

---

19 Coleção de Leis do Império do Brasil – 1835. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-37084-19-novembro-1835-563013-publicacaooriginal-87123-pe.html>. Acesso em 08 de abril de 2013, às 16h: 35m.

20 AESP. Fábrica de Ferro Ipanema. 28 de junho de 1835. Ofício do Presidente Francisco Antônio de Souza Queirós ao diretor da fábrica

21 AESP. Fábrica de Ferro Ipanema. 25 de maio de 1835. Contrato de trabalho com mestre ferreiro. Ordem CO 5214.

entre outras<sup>22</sup>. Vale lembrar que todas as atividades relativas ao ferro e a metalurgia eram desempenhadas somente pelos homens adultos. As mulheres, as crianças e os idosos eram os responsáveis pela criação de animais e a agricultura<sup>23</sup>.

Alguns estudos apontam que os africanos já exerciam o ofício da metalurgia em seu continente, principalmente na região centro-ocidental. Aliás, o impacto proveniente de tal produção econômica fez com que estes profissionais detivessem uma posição social diferenciada na sociedade africana. Segundo a crença do povo, lidar com a metalurgia era também lidar com a transformação da natureza, do mundo vegetal e animal, através de regras e rituais associados a esferas não humanas. Em muitos locais, os ferreiros eram considerados reguladores da fertilidade por estarem associados aos espíritos da terra, desempenhando importantes funções de chefe<sup>24</sup>.

Embora haja toda uma mítica e conhecimento anterior associado aos africanos, enfatizamos que não fora por esses motivos que os mesmos vieram trabalhar em Ipanema, a experiência previa era apenas mais um motivo para exploração. O que prevaleceu foi a lógica do sistema escravista brasileiro desempenhado na fábrica, o qual utilizou a mão-de-obra passível de controle a fim de alcançar o seu desenvolvimento. Como aponta Carlos Eduardo M. Araújo:

---

22 Quanto à especificidade de algumas funções, os ferreiros fundidores, extraíam o minério de ferro da terra e faziam a sua fundição; já os ferreiros forjadores transformavam o ferro já fundido em objeto como armas, caçarolas, ferramentas, etc. Tais informações não estão presentes na documentação referente à Fábrica de Ferro, mas foram extraídas do livro *Homens de ferro*. Infelizmente não há certeza se a técnica utilizada pelos escravos e africanos livres de Ipanema, era semelhante à empreendida na África Central durante o século XIX. Sobre os ofícios com o ferro ver: Silva, Juliana Ribeiro da. *Homens de ferro: Os ferreiros na África Central no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 137.

23 A agricultura foi muito praticada na fábrica, as roças geralmente eram cultivadas pelas mulheres, crianças e idosos. Nelas havia plantações de milho e feijão, destinadas ao abastecimento interno, principalmente para a alimentação dos próprios africanos e escravos.

24 SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de ferro: Os ferreiros na África Central no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 13. A autora aborda os vários significados que os ferreiros tinham para as sociedades centro-africanas, entre eles o social, o econômico, o político e também o religioso. O trabalho traz grandes contribuições, visto que a temática foi pouco estudada no Brasil até o momento. Ademais, Juliana salienta o interesse da atividade pelos portugueses no continente africano, o que pode ser demonstrado pela criação em 1765, da Fábrica de Ferro de Nova Oeiras, em Angola, a qual teve como mão-de-obra grupos diversos de trabalhadores. Pode ter sido proposital, acaso, ou coincidência da história, mas tanto a Fábrica de Ipanema, quanto a de Nova Oeiras foram criadas no mesmo ano, com um sistema de trabalho e mão-de-obra parecidas. Por sua vez, acerca do poder político há também os mitos sobre os reis ferreiros, associados à fundação dos estados africanos, bastante conhecido através de Joseph Miller. Sobre isto ver também p. 61-69.

A distribuição dos africanos livres pelas obras públicas e a particulares evitava um gasto excessivo com o sustento dessas pessoas em depósitos e ainda possibilitaria ao Estado arrecadar com a exploração de sua mão-de-obra<sup>25</sup>.

O número de africanos livres presentes na fábrica de ferro nunca fora uma constante, a quantidade se modificava ao longo dos anos, principalmente devido às fugas, transferências para outros estabelecimentos e mortes. Por exemplo, em 1841 havia 104 africanos, em 1846 a instituição contava com 240 (compostos por 196 homens, 23 mulheres e 21 crianças). Já, em 1854 existiam 131 africanos livres, dentre os quais 20 encontravam-se doentes e inválidos<sup>26</sup>.

Além disso, os africanos livres e os escravos residiam em taipas piladas e eram obrigados a realizar inúmeras atividades no plantel; como participar das missas, seguir os preceitos da fé cristã, sem esquecer da vigilância e opressão diária dos feitores. Nesse sentido, havia um regulamento sobre as atividades dos mesmos:

Art.38: A escravatura e os gados ficarão sujeitos e a cargo de um ou mais feitores em tudo subordinados ao vice-diretor, a quem recorrerá para providências sobre o sustento, vestuário, e curativo deles.<sup>27</sup>

Apesar da vigilância realizada pelos feitores havia um medo e preocupação por

---

25ARAÚJO, Carlos E.M. *Arquitetando a liberdade: os africanos livres e as obras públicas no Rio de Janeiro imperial*. In, *História Unisinos*, 14(3): 329-333 Setembro/Dezembro 2010, p.06.

26 Nos capítulos seguintes será discutida mais detalhadamente a questão populacional dos africanos em Ipanema. Ademais, com o decorrer dos anos os números caem drasticamente, como por exemplo, em 1863; um ano antes da promulgação da lei da emancipação definitiva, havia na instituição apenas 15 africanos livres vivendo em profunda miséria.

27 AESP, Fábrica de Ferro Ipanema, 26 de maio de 1834. Regulamento provisório para a administração da fábrica. Ordem CO 5512, caixa nº 04.

parte das autoridades com relação aos tutelados, seja por decorrência das fugas, ou devido à possibilidade de uma corrupção dos costumes, de influenciarem os cativos em conflitos e revoltas. Em ofício acerca da mão-de-obra, o diretor do empreendimento, o Major João Bloem<sup>28</sup> dissertava sobre os mesmos:

[...] Eles são relaxados, mostram sempre uma cara feia, e parece que são seduzidos por algum mal- intencionado, pois há entre eles alguns de 05 a 08 fugidas, e não servem correções.<sup>29</sup>.

Por conta de sua condição, veremos posteriormente que a principal diferença no tratamento perante os tutelados foi com relação à vigilância, opressão e coerção dos administradores.

A utilização da mão-de-obra dos africanos livres como trabalhadores no Brasil oitocentista foi distribuída em 82%<sup>30</sup> entre os locatários privados, (normalmente os senhores de escravos, considerados íntegros e de confiança do governo)<sup>31</sup>. Já, entre as instituições espalhadas pelo império, foram disseminados aproximadamente cerca dos 18%<sup>32</sup> dos recapturados.

Nesse sentido, não apenas a Fábrica de Ferro Ipanema contou com os serviços obrigatórios prestados por aquelas centenas de homens e mulheres, categorizados na lei de 07 de novembro de 1831, como outros estabelecimentos na Província de São Paulo e Rio de Janeiro. Tais estabelecimentos em São Paulo eram: a Colônia Militar de Itapura, o

---

28 O Major João Bloem era natural da Renânia (oeste da Alemanha) e ocupou a direção entre os anos de 1835 a 1842. Em seu lugar assumiu o tenente, Antonio Manoel de Mello, que permaneceu na administração de 1843 a 1845.

29 . AESP, Fábrica de Ferro Ipanema, 28 de fevereiro de 1842. Relatório do diretor ao presidente da província de São Paulo. Ordem nº5215.

30 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Tese de Doutorado em História. University of Waterloo, 2002, p. 66.

31 A medida foi estabelecida através da Instrução de 29 de outubro de 1834. In: Coleção das Leis do Império do Brasil, 1834, Biblioteca Nacional. Após disseminar os africanos pelas instituições, o Chefe de Polícia enviava os restantes aos particulares. O arrematante se comprometia em devolver o africano para o governo assim que fosse decidido sobre a sua sorte.

32 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Tese de Doutorado em História. University of Waterloo, 2002, p. 66.

Hospício dos Alienados, o Jardim Público. Esses, entre outros, contaram com a participação dos tutelados. No Rio de Janeiro os mesmos foram encontrados, entre outros, na: Casa de Correção, Santa Casa de Misericórdia, Fábrica de Pólvora da Estrela.

### 1.3. Nomes, Funções, Naturalidades, Sexo e Rotina de Trabalho

Em 1835 foram deliberadas as instruções do Ministério da Justiça<sup>33</sup> para a chegada dos africanos livres em Ipanema<sup>34</sup>. Segundo elas, o diretor com a chegada dos tutelados deveria lavrar um ato contendo informações referentes aos nomes, sinais corporais de identificação e naturalidades<sup>35</sup>. O responsável pelo empreendimento naquele momento era o então, Major João Bloem, conhecido por sua gestão rigorosa, além das constantes queixas sobre a falta de mão-de-obra na fábrica.

No ano de 1837, trabalhavam no empreendimento 48 africanos livres (30 homens e 18 mulheres); 121 escravos (68 homens, 29 crioulos e 24 mulheres). Além disso, havia 12 escravos e um africano evadidos, contabilizando o total de 169 pessoas<sup>36</sup>. Durante a trajetória da instituição, exceto em algumas fases, a maioria dos operários era composta por cativos. A quantidade de africanos sempre foi superior, como analisaremos mais adiante.

Uma das exigências realizadas por Bloem ao governo imperial para assumir a direção estava baseada no aumento do contingente dos trabalhadores. De acordo com o major, o número de operários livres (nacionais, estrangeiros)<sup>37</sup>, africanos e escravos da

---

33 Instrução n. 143 da Justiça, 06 de junho de 1835. In: Coleção das Leis do Império. Dá providências sobre os africanos livres enviados para a Fábrica de Ferro.

34 Segundo Mário Danieli Neto, os primeiros africanos livres que chegaram à Ipanema eram em número de 48. Todavia, não encontramos informações precisas sobre isto nas fontes compiladas. DANIELI Neto, Mario. *Escravidão e Indústria: Um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João do Ipanema-Sorocaba (SP)-1765-1895*. Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Economia, 2006, p. 150.

35 Apesar da deliberação referente à transcrição dos sinais corporais de identificação, a mesma foi encontrada em poucos documentos.

36 AESP, Fábrica de Ferro Ipanema, 01 de maio de 1837. Mapa dos empregados, escravos e africanos que existem na Fábrica de Ferro de São João do Ipanema. Ordem n° 5214 (1835-1839).

37 Como o citado no Capítulo 01, foi durante a administração do Major Bloem que ocorreram os conflitos com os operários prussianos, tendo como consequência a baixa na quantidade de trabalhadores. Entretanto, sobre os operários nacionais livres não encontramos muitas informações, para Jorge Prata de Souza, o número de livres nunca ultrapassou os 25% do total dos empregados, incluindo-se os nacionais

nação não davam conta de atender à produção. Assim, algum ano depois, percebendo a lentidão governamental, a fim de fazer valer a reivindicação, o mesmo queixou-se na correspondência destinada ao Ministério da Guerra:

Se me fornecia 180 a 200 tantos africanos ou escravos de 15 a 30 anos de idade e debaixo destas condições me animei em aceitar o emprego de diretor, vejo eu que estava iludido [...]. Suplico novamente a V. Ex<sup>a</sup>. a remessa dos 180 africanos de 15 a 30 anos de idade, homens não mulheres.<sup>38</sup>

A preferência do diretor pelos africanos homens era porque eles exerciam as atividades mais especializadas, como os serviços de alto forno, refinaria e ferro. Como já dito anteriormente, cabiam às mulheres as tarefas relacionadas à agricultura de subsistência, corte, retirada e empilhamento do carvão, muitas vezes auxiliadas por menores e idosos.

Embora existam algumas listagens detalhadas acerca dos tutelados, infelizmente a documentação encontra-se esparsa. Ou seja, não localizamos fontes com uma rígida sequência cronológica. Desta forma, encontramos mapas relativos aos anos de: 1835, 1837, 1842, 1846, 1848 e 1849. Ademais, segundo Jorge Luiz Prata de Souza, no tempo de 1839 a companhia possuía 229 indivíduos<sup>39</sup>. Desse total, os africanos somavam 145. Por sua vez, Jaime Rodrigues aponta que no ano de 1841 havia 312 trabalhadores, sendo 104 africanos (e 5 crias)<sup>40</sup>. No entanto, não achamos os referidos documentos para transcrevê-los. Provavelmente, eles deveriam estar em tratamento técnico pelo Arquivo do Estado no momento da consulta.

O governo imperial atendeu uma parte da exigência do Major João Bloem, o número de tutelados enviados à Ipanema aumentou, mas o diretor encerrou a sua

---

em funções burocráticas. SOUZA, Jorge Prata de. *Africano livre ficando livre: Trabalho, Cotidiano e Luta*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999, p. 87.

38 NA: IG 5-18. Fábrica de Ferro Ipanema. 1835-1840. Carta do Major do Corpo de Engenharia Major João Bloem ao Ministério da Guerra, em 18 de janeiro de 1839.

39 SOUZA, Jorge Prata de. *Africano livre ficando livre: Trabalho, Cotidiano e Luta*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 88.

40 RODRIGUES, Jaime. *Ferro, Trabalho e Conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema*. In: Revista de História Social: Campinas - SP, n°4/5, 1997-1998, p. 35. O autor também relata a presença de 45 livres (incluindo a direção), 09 guardas municipais, 88 escravos, 33 crioulos e 42 presos.

administração ainda lamentando a falta de operários. Aliás, a queixa permaneceu ao longo da trajetória da fábrica, estando presente nas correspondências e relatórios produzidos pelos gerenciadores subsequentes.

Em 1843, o então dirigente do empreendimento, Antonio Manoel de Mello<sup>41</sup> efetua novo pedido ao presidente da Província, a fim de que fossem admitidos mais africanos:

[...] Cumpri-me expor que acho necessários ao menos cem deles, que tenham a robustez conveniente, mas que qualquer número destes acima de quarenta, já irá dar notável aumento ao produto do ferro, por cortar grande parte das dificuldades, com que até agora tenho levado.<sup>42</sup>

A jornada de produção na fábrica demandava a presença de muitos indivíduos, esta condição se agravou devido à saída dos operários livres estrangeiros na gestão Bloem. Outros acontecimentos como as doenças, mortes, além das fugas recorrentes dos africanos e escravos no estabelecimento agravavam o ritmo de trabalho no plantel. Por isso, Melo declarava a necessidade de, ao menos, cem deles, preferencialmente fortes, robustos, pois a natureza do trabalho exigia pessoal com condição física adequada, conforme demonstra a tabela abaixo:

---

41 O tenente Antonio Manoel de Mello permaneceu à frente do empreendimento de 1843 a 1845, ele entrou no lugar do Major Bloem, porque o mesmo ao se envolver na Revolução Paulista de 1842, foi destituído do cargo pelo presidente da Província. A Revolta originou-se em decorrência das disputas políticas entre liberais e conservadores. O partido liberal havia fraudado as eleições para a Assembleia dos Deputados, mas os conservadores exigiram a anulação dos votos e conseguiram retomar ao poder. Todavia, os liberais não aceitaram tal fato e começaram a Revolução pela cidade de Sorocaba, liderados por Antônio Feijó, Brigadeiro Tobias Aguiar e Bloem. O conflito seguiu até a província de Minas Gerais, pois os revoltosos desejavam conquistar novamente o poder através da luta armada, porém logo foram derrotados pelo Barão de Caxias. Alguns elementos conseguiram escapar e refugiaram-se no Rio Grande do Sul, acolhidos pelos Revolucionários Farroupilhas. Por fim, com a retomada dos liberais no jogo político, em 1844, todos os seus pares envolvidos receberam a anistia.

42 AESP, Fábrica de Ferro São João do Ipanema, 07 de novembro de 1843. Correspondência do diretor Antonio Manoel de Mello ao presidente da província de São Paulo. Ordem n° CO 5215 (1840-1848).

**Tabela 1 : Lista das atividades realizadas pelos escravos da Nação e africanos livres existentes na Fábrica de Ferro São João do Ipanema (1835-1845)<sup>43</sup>.**

<b>Atividades</b>	<b>4- Oficina de Carpintaria</b>	Peneirar, torrar o fubá
<b>1- Alto Forno</b>		
Mestre do cadinho e forno	Contramestres	Corte de Madeiras
Ajudante de cadinho e forno	Oficiais	Juntar e empilhar carvão
Carregadores	Aprendizes	Tiradores de carvão
Ajudante de carregadores	<b>5- Diversos</b>	Instaladores linha para carvoaria
Ajudantes de misturas	Serra d'água	Queimadores de carvão
Moldadores	Moinho	Mineiros
Aprendizes de moldadores	Pilões de Mineral	Costureiras
<b>2- Refino:</b>	Arrieiros	Servente na casa do diretor
Refinadores	Carreiros	Maquinista
Mestre do malho	Pedreiros	
Aprendiz de refino	Serventes de Pedreiros	
<b>3- Ferraria</b>	Falquejadores	
Contramestre	Criação porcos/cavalos/bois	
Oficiais	Enfermeiros	
Aprendizes	Cozinha	

Apesar da lista compreender dados até o ano de 1845, as referidas funções foram realizadas durante todo o funcionamento da instituição. A análise da tabela demonstra como a maioria dos postos compunha-se de afazeres exaustivos, principalmente os de refino, ferraria e alto forno. Para chegar à qualidade ideal do ferro, a temperatura nos fornos muitas vezes ultrapassavam os 1000°C, sendo extremamente perigoso para aqueles que trabalhavam nas proximidades deles.

Todavia, os cargos ocupados no item nº05. (exceto os pedreiros e queimadores de carvões) apresentavam menor grau de periculosidade, exercidos também por mulheres e crianças. Logo, é possível perceber o quanto a fábrica dependia dos africanos e escravos. Seus serviços variavam desde a cozinha, costura aos cargos mais técnicos e especializados.

Ainda acerca da falta de trabalhadores localizamos o relatório produzido na Repartição dos Negócios da Guerra, em 1843, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, aonde o Ministro Salvador José Maciel faz uma abordagem realista sobre Ipanema:

[...] Consta das queixas, cem vezes já d'antes repetidas,

43 SOUZA, Jorge Prata de. *Africano livre ficando livre: Trabalho, Cotidiano e Luta*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999, p. 89.

da falta de braços, e das promessas cem vezes repetidas de centenas de contos de réis de rendimento anual, no caso de por parte do Governo satisfazer-se a essa condição de braços. E como esses braços nunca hão de ficar à disposição do Diretor; porque os livres não se hão de ir entregar a trabalhos duros e penosos por salários minguados, e os cativos hão de ser sempre aleijados, doentes, e sobretudo fugitivos, como tem sido até agora todos quantos para ali se tem mandado, segue-se que nunca as promessas de rendimento se hão de realizar, e que a falta delas não se poderá imputar ao Diretor, que liga à elas uma condição justa e razoável<sup>44</sup>.

Se os livres dificilmente aceitariam executar os trabalhos penosos, situação complexa era a dos cativos e africanos livres. Houve momentos que o governo chegou a enviar alguns deles já debilitados, porém a maioria ficou doente, aleijada após a rotina de trabalho exaustiva. O ministro, seguindo a intenção governamental preocupava-se com a produção, custos e lucros oriundos da fábrica; concordava com a postura do diretor na exigência por mais braços; porém jamais com as condições de vida, de trabalho daquelas pessoas.

Inclusive é de 1843 a relação dos trabalhadores existentes em Ipanema, contabilizando um total de 90 africanos. Na fonte há também referências dos escravos, mas optamos por transcrever apenas às relativas aos tutelados. O número de cativos nesta fase era de 120 (34 mulheres e 86 homens), fora as 20 crianças abaixo dos dez anos. A relação contém nomes, idades e observações, o último item preenchido com a palavra “pronto” significava apto ao trabalho<sup>45</sup>.

---

44 Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembleia Geral Legislativa, 1843. [http://memoria.bn.br/720950/per720950\\_1843\\_00017.pdf](http://memoria.bn.br/720950/per720950_1843_00017.pdf) Acesso em 15 de maio de 2013.

45 Nas listagens optamos por seguir a grafia original dos nomes escritos nas fontes. As demais informações foram transcritas de acordo com a norma culta atual.

**Tabela 2: Relação dos africanos e escravos existentes na Fábrica de Ferro São João do Ipanema em 1843.<sup>46</sup>**

<b>Africanos</b>			
<b>Número</b>	<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Observações</b>
01	Balbino	30 anos	Pronto
02	Daniel	24 anos	Idem
03	Vicente	26 anos	Idem
04	Rogério	26 anos	Idem
05	Martinho	26 anos	Idem
06	Silvério	20 anos	Idem
07	Juvêncio	34 anos	Idem
08	Romão	27 anos	Idem
09	Julião	22 anos	Idem
10	Francisco	30 anos	Idem
11	Estevão	31 anos	Idem
12	Felipe	26 anos	Idem
13	Anastácio	40 anos	Asmático e quase cego.
14	Alípio	23 anos	Pronto
15	Braz	22 anos	Idem
16	Thadeo	36 anos	Idem
17	Damazio	26 anos	Idem
18	Athanzio	27 anos	Idem
19	Antão	40 anos	Idem
20	André	18 anos	Idem
21	Marcolino	24 anos	Idem
22	Lúcio	26 anos	Idem
23	Augusto	19 anos	Idem
24	Ilegível	17	Idem
25	Ilegível	19 anos	Idem
26	Laurentino	18 anos	Idem
27	Benedito	19 anos	Idem
28	Caio	21 anos	Idem
29	Luciano	26 anos	Idem
30	Bráz	36 anos	Idem
31	Gabriel	22 anos	Idem
32	Bazílio	23 anos	Idem
33	Inocencio	24 anos	Idem
34	Crispiniano	22 anos	Idem

46 AESP, Fábrica de Ferro Ipanema, 25 de outubro de 1843. Relação dos africanos e escravos existentes, elaborada pelo escrivão Antonio Martins da Costa Passos. Ordem nº CO 5215 (1840-1848).

35	Bernardino	29 anos	Idem
36	Diogo	33 anos	Pronto
37	Raymundo	18 anos	Idem
38	Bertholdo	20 anos	Idem
39	Olegario	01 ano	Idem
40	Belmiro	18 anos	Idem
41	Rozendo	22 anos	Idem
42	Cyrilo	18 anos	Idem
43	Cassiano	23 anos	Idem
44	Braulio	28 anos	Idem
45	Silvestre	34 anos	Idem
46	Antonio	33 anos	Idem
47	Paulo	29 anos	Idem
48	Deziderio	18 anos	Idem
49	Guilherme	32 anos	Idem
50	Margarida	30 anos	Idem
51	Silvania	16 anos	Idem
52	Catharina	24 anos	Idem
53	Joaquina	31 anos	Idem
54	-	-	-
55	Apolianaria	33 anos	Idem
56	Theodora	27 anos	Idem
57	Felizberta	36 anos	Idem
58	Domingas	15 anos	Idem
59	Honorata	30 anos	Idem
60	Maria	30 anos	Idem
61	Luciana	28 anos	Idem
62	Ignacia	37 anos	Idem
63	Engracia	27 anos	Idem
64	Maria Joze	27 anos	Idem
65	Evaristo	25 anos	Idem
66	Ilegível	30 anos	Idem
67	Fulgêncio	26 anos	Idem
68	Horácio	28 anos	Idem
69	Marcolino	26 anos	Idem
70	Pedro	18 anos	Idem
71	Leao	25 anos	Idem
72	Hemergencio	28 anos	Idem
73	Eustaquio	32 anos	Idem
74	Lucio	22 anos	Idem
75	Florencio	26 anos	Idem
76	Herculano	28 anos	Idem
77	Lucas	28 anos	Idem
78	Honório	30 anos	Idem

79	Gregório	30 anos	Pronto
80	Caetano	32 anos	Idem
81	José	34 anos	Idem
82	Ignacio	03 anos	Menor
83	Joze	02 anos	Idem
84	Laureano	02 anos	Idem
85	Maria do Rozario	01 anos	Idem
86	Archanja	01 anos	Idem
87	Angelica	03 meses	Idem
88	Antonio	02 anos	Idem
89	Camillo	02 anos	Idem
90	Caetano	30 anos	Pronto
91	Manoel Sebastião	Recém-nascido	Menor
	Francisco	-	Idem, fugido em 1841.
	Boaventura	-	Fugiu em tempo do diretor Major João Bloem.
	Telésforo	-	Idem
	Juvenal	-	Idem

O estudo da lista revela um total de 14 mulheres, sendo a mais nova, Domingas de 15 anos e a mais velha Ignacia de 37. Já, as crianças eram compostas por 03 meninas, (duas com 01 ano, e outra de 03 meses). Nesta lista também existiam 67 homens, o mais novo, de nome ilegível com 17 anos; e os mais velhos Antão e Anastácio, ambos com 40 anos, (este último asmático e quase cego, mas não sabemos se chegou assim ou adoeceu no empreendimento). Ainda havia 06 meninos (o menor, Manoel Sebastião recém-nascido e Ignacio de 03 anos). Na tabela, além de ser citados os 04 homens evadidos, (Francisco, Boaventura, Telésforo, e Juvenal) não há menção de africanos idosos.

Com relação ao gênero é possível comparar o número de homens e mulheres, africanos livres ou escravos da nação, referentes ao período de 1839 a 1858. Assim, de acordo com a fase 1839 a 1842 os escravos (as) constituíam a maioria dos trabalhadores. Os anos de 1855 a 1858 dizem respeito ao momento de intercâmbios com Itapura e as emancipações, ocasionando a brusca diminuição dos trabalhadores. Veja-se:

**Tabela 3: Relação entre os sexos e os totais de escravos da Nação e africanos livres existentes no estabelecimento da Fábrica de Ferro de São João de**

### Ipanema 1839-1858<sup>47</sup>.

<b>Categoria</b>	<b>1839</b>	<b>1842</b>	<b>1846</b>	<b>1855</b>	<b>1857</b>	<b>1858</b>
Escravos masculinos	61	117	57	27	52	58
Escravos femininos	25	58	52	41	60	60
Escravos menores	35	63	32	37	45	44
<b>Total de escravos</b>	<b>121</b>	<b>238</b>	<b>141</b>	<b>105</b>	<b>157</b>	<b>162</b>
Africanos Masculinos	25	46	146	85	91	78
Africanos femininos	17	31	15	15	29	16
Africanos menores	05	16	09	06	07	05
<b>Total de africanos</b>	<b>47</b>	<b>93</b>	<b>170</b>	<b>101</b>	<b>127</b>	<b>99</b>

Através da análise dos dados percebemos que o total de africanos homens foi superior ao de escravos em 1846, 1855, 1857 e 1858. Interessante é o fato de, após as transferências para a Colônia no Mato Grosso, os índices de tutelados permanecerem elevados se comparado aos cativos. Provavelmente isto ocorreu, pois os escravos pertencentes à fábrica deveriam estar idosos e não mais aptos para o trabalho, ainda mais se levarmos em consideração a possibilidade de muitos deles já trabalharem há muitos anos no local. Não obstante, as taxas de mulheres africanas e menores estiveram abaixo das escravas se observamos todo o período da lista. É notória a ideia acerca do número total de escravas serem menores na comparação com os homens nos plantéis. Porém, podemos dizer que, em relação as africanas, a quantidade era ainda mais baixa; não apenas no concernente aos homens, mas, sobretudo, com relação às cativas. Possivelmente, tais percentuais ocorreram, porque as tuteladas permaneceram majoritariamente alocadas aos concessionários particulares.

A tabela 3 foi transcrita na tese de doutorado de Jorge Luiz Prata de Souza, tendo como referência o Relatório do Ministério da Guerra, presente no Arquivo Nacional- RJ. Todavia, não o encontramos nos relatórios disponíveis no site da Biblioteca Nacional. No

---

47 SOUZA, Jorge Prata de. *Africano livre ficando livre: Trabalho, Cotidiano e Luta*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999, p. 93.

entanto, encontramos um resumo estatístico no Arquivo do Estado de São Paulo, elaborado pelo então diretor, o Barão de Itapicuru- Mirim, datado de 08 de dezembro de 1846. Nele, os números são divergentes daqueles encontrados na classificação do Arquivo Nacional.

Não obstante, para 1848, o mapa dos africanos e escravos contabilizava outros números. Nele, há o relato da presença de 115 africanos adultos, e 06 meninos menores de 07 anos. Já, as mulheres africanas totalizavam 16, sendo 08 meninas menores de 07 anos. Sobre os escravos, a taxa aponta 55 homens e 12 menores; além de 53 escravas mulheres e 20 menores<sup>48</sup>. Além disso, há outro ofício do mesmo dia, aonde o diretor relata a rotina de trabalho:

[...] No tocante aos mestres e operários livres não passam de sete, devo mencionar que muitos dos escravos e africanos vão se aperfeiçoando nos ofícios de moldador, ferreiro, carpinteiro e que alguns outros têm adquirido bastante prática do serviço dos fornos altos [...]. O produto do trabalho dos escravos no cultivo das terras, contou de mil trezentos e oitenta e oito alqueires de milho, trinta e três e meio alqueires de feijão e vinte e meio alqueires de arroz.<sup>49</sup>

O ofício demonstra a escassa quantidade de operários livres, os quais praticamente desaparecem dos documentos após a entrada dos tutelados. Bem como a colheita dos cativos (e africanos) nas roças de subsistência, pois os alimentos eram consumidos dentro do plantel, inclusive na manutenção dos animais.

Embora, nosso foco seja a identificação total do número dos africanos livres da fábrica, não pudemos aqui desmembrá-los dos escravos, porque se assim o fizéssemos analisaríamos apenas uma parte dos documentos. E poderíamos chegar a conclusões simplistas referentes à mão-de-obra.

---

48 AESP, Fábrica de Ferro Ipanema, 15 de novembro de 1848. . Ofício do diretor ao presidente da província de São Paulo. Ordem nº CO 5215 (1840-1848).

49 AESP, Fábrica de Ferro Ipanema, 15 de novembro de 1848. Ofício do diretor ao presidente da província de São Paulo. Ordem nº CO 5215 (1840-1848).

Por sua vez, a lista nominal dos africanos livres para 1849 declara as funções exercidas por eles, a data de chegada ao estabelecimento e suas naturalidades. As informações referentes às origens, na realidade, dizem respeito aos portos em que foram embarcados, e não aos locais exatos de nascimento daquelas pessoas. Ademais, a presença desses elementos nas fontes encontra-se esparsas, elas aparecem somente em algumas listagens, ou nos ofícios das fugas, juntamente com a descrição física dos evadidos.

**Tabela 4: Relação nominal dos africanos livres maiores e menores, extraída do livro de matrícula dos mesmos, organizada em julho de 1849, declarando os que atualmente existem nesta Fábrica, os que tiveram desterros e os que faleceram.<sup>50</sup>**

*Africanos livres maiores de 20 anos:*

<i>Nome</i>	<i>Naturalida de</i>	<i>Aplicação</i>	<i>Observações</i>
<i>1-Francisco</i>	<i>Angola</i>	<i>Trabalha nas fundições de forno alto e refino</i>	<i>Veio para esta Fábrica acompanhado da Portaria do Exmo. Governo da Província, de 28 de junho de 1835.</i>
<i>2-Bras</i>	<i>Benguela</i>	<i>Ferreiro</i>	<i>Idem</i>
<i>3-Lúcio</i>	<i>Cassange</i>	<i>Carreiro</i>	<i>Idem</i>
<i>4- Rogério</i>	<i>Congo</i>	<i>Carpinteiro</i>	<i>Idem</i>
<i>5- Albino</i>	<i>Benguela</i>	<i>Ferreiro</i>	<i>Idem</i>
<i>6- Vicente</i>	<i>Congo</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
<i>7-Gabriel</i>	<i>Benguela</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
<i>8-Martinho</i>	<i>Congo</i>	<i>Ferreiro</i>	<i>Idem</i>
<i>9-Paulo</i>	<i>Angola</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
<i>10-Basílio</i>	<i>Congo</i>	<i>Ferreiro</i>	<i>Idem</i>
<i>11-Inocência</i>	<i>Benguela</i>	<i>Ferreiro</i>	<i>Idem</i>
<i>12-Daniel</i>	<i>Idem</i>	<i>Moldador</i>	<i>Idem</i>
<i>13- Chrispiniano</i>	<i>Bié</i>	<i>Carreiro</i>	<i>Idem</i>
<i>14-Luciano</i>	<i>Benguela</i>	<i>Ferreiro</i>	<i>Idem</i>
<i>15-Marcelino</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
<i>16-Estevão</i>	<i>Angola</i>	<i>No serviço do</i>	<i>Idem, 06 de abril de 1836.</i>

50 AESP, Fábrica de Ferro Ipanema, julho de 1849. Relação nominal dos africanos livres, extraída do livro de matrícula dos mesmos, declarando os que atualmente existem na Fábrica, os que tiveram desterros e os que faleceram. Ordem nº CO 5216 (1849-1870). A lista contém apenas informações dos africanos livres maiores de 20 anos.

		<i>mato</i>	
17-Bernardino	<i>Rebolo</i>	<i>Servente</i>	<i>Idem</i>
18- Diogo	<i>Cassange</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
19-Antonio 1º	<i>Rebolo</i>	<i>Servente</i>	<i>Idem</i>
20- Thaddéo	<i>Tumbe</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
21-Juvencio	<i>Rebolo</i>	<i>Trabalha nas fundições dos fornos altos</i>	<i>Veio para esta Fábrica acompanhado da portaria do Exmo. Governo da Província, de 06 de abril de 1836.</i>
22- Anastácio 1º	<i>Goguin.</i>	<i>Servente</i>	<i>Idem em 06 de agosto de 1839.</i>
23- Felis	<i>Congo</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
24- Romão	<i>Macúa</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
25- Braz 2º	<i>Mogange</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
26- Raymundo	<i>Idem</i>	<i>Carreiro</i>	<i>Idem</i>
27- Augusto	<i>Mucena</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
28- Bertholdo	<i>Idem</i>	<i>Carreiro</i>	<i>Idem</i>
29- Deziderio	<i>Mogange</i>	<i>Soldador</i>	<i>Idem</i>
30- Benedicto	<i>Mucena</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
31- Aleixo	<i>Macúa</i>	<i>Carreiro</i>	<i>Idem</i>
32- Silvério	<i>Mogange</i>	<i>Servente</i>	<i>Idem</i>
33- Laurentino	<i>Mogange</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
34- Jovito	<i>Ilegível</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
35-Ollegario	<i>Macúa</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
36- Belmiro	<i>Mucena</i>	<i>Carreiro</i>	<i>Idem</i>
37- Julião	<i>Guintiqui</i>	<i>Nas fundições dos fornos altos</i>	<i>Idem</i>
38- Rozendo	<i>Congo</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
39- Cyrilo 1º	<i>Cabinda</i>	<i>Servente</i>	<i>Idem</i>
40- Guilherme	<i>Moçambiqu e</i>	<i>Nas fundições dos fornos altos</i>	<i>Idem, 30 de janeiro de 1840.</i>
41- André 1º	<i>Ozamba</i>	<i>Carreiro</i>	<i>Idem, 12 de março de 1840.</i>
42- Braulio 1º	<i>Chificta</i>	<i>Tropeiro</i>	<i>Idem</i>
43- Alippio	<i>Mucena</i>	<i>Tropeiro</i>	<i>Veio para esta Fábrica acompanhado da portaria do Exmo. Governo da Província, de 12 de março de 1840.</i>
44- Evaristo 1º	<i>Quilimane</i>	<i>Ilegível</i>	<i>Idem, 07 de maio de 1841.</i>
45- Pelaio	<i>Moçambiqu</i>	<i>No serviço do</i>	<i>Idem</i>

	<i>e</i>	<i>mato</i>	
46- Fulgencio	<i>Quilimane</i>	<i>Tropeiro</i>	<i>Idem</i>
47- Marcolino 2º	<i>Moçambiqu e</i>	<i>Carreiro</i>	<i>Idem</i>
48- Pedro	<i>Quilimane</i>	<i>Moldador</i>	<i>Idem</i>
49- Hermogenio	<i>Idem</i>	<i>No serviço do Mato</i>	<i>Idem</i>
50- Eustáquio 1º	<i>Idem</i>	<i>Tropeiro</i>	<i>Idem</i>
51- Lucio 2º	<i>Idem</i>	<i>Nas fundições dos fornos altos</i>	<i>Idem</i>
52- Herculano	<i>Moçambiqu e</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
53- Lucas	<i>Quilimane</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
54- Gregorio	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
55- Caetano	<i>Moçambiqu e</i>	<i>Nos pilões</i>	<i>Idem, em janeiro de 1843. Não consta a data da portaria.</i>
56- Abrahão	<i>Ilegível</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem, de 09 de agosto de 1845.</i>
57- Angelo	<i>Noambo</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
58- Arnaldo	<i>Utinanda</i>	<i>Nas fundições dos fornos altos</i>	<i>Idem</i>
59- Bento	<i>Barundo</i>	<i>Torneiro</i>	<i>Idem</i>
60- Balbino 2º	<i>Mgarangue</i>	<i>Nas fundições dos fornos altos</i>	<i>Idem</i>
61- Carlos 1º	<i>Ilegível</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
62- Vencesláu	<i>Congo</i>	<i>Servente</i>	<i>Idem</i>
63- Antonio 2º	<i>Benguela</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
64- Antero	<i>Cassambo</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Veio para esta Fábrica, acompanhado da portaria do Exmo. Governo da Província, de 09 de agosto de 1845.</i>
65- Appolinario	<i>Ilegível</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
66- André 2º	<i>Ilegível</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
67- Agostinho	<i>Benguela</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
68- Amadéo	<i>Barundo</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
69- Andronico	<i>Ilegível</i>	<i>Nas fundições dos fornos altos</i>	<i>Idem</i>
70- Braz 3º	<i>Cucera</i>	<i>Pedreiro</i>	<i>Idem</i>
71- Bonifácio	<i>Cacondo</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
72- Bazílio 2º	<i>Ilegível</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>

73- Braulio 2°	<i>Ilegível</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
74- <i>Ilegível</i>	<i>Ilegível</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
75- <i>Canuto</i>	<i>Cabia</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
76- <i>Claudiano</i>	<i>Cacondo</i>	<i>Ferreiro</i>	<i>Idem</i>
77- <i>Cyrilo 2°</i>	<i>Cabia</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
78- <i>Carlos 2°</i>	<i>Ilegível</i>	<i>Moldador</i>	<i>Idem</i>
79- <i>Cantidio</i>	<i>Ilegível</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
80- <i>Cantidiano</i>	<i>Ilegível</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
81- <i>Chrispim</i>	<i>Calunda</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
82- <i>Domingos</i>	<i>Ilegível</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
83- <i>Damião</i>	<i>Cacondo</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
84- <i>Deolindo</i>	<i>Ilegível</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
85- <i>Damazio</i>	<i>Ilegível</i>	<i>Carpinteiro</i>	<i>Veio para esta Fábrica, acompanhado da portaria do Exmo. Governo da Província, de 09 de agosto de 1845.</i>
86- <i>Ilegível</i>	<i>Ilegível</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
87- <i>Diógenes</i>	<i>Cabinda</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
88- <i>Esequiel</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
89- <i>Ilegível</i>	<i>Cacondo</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
90- <i>Eustachio 2°</i>	<i>Ilegível</i>	<i>Moldador</i>	<i>Idem</i>
91- <i>Thomas</i>	<i>Ilegível</i>	<i>Ilegível</i>	<i>Idem</i>
92- <i>Libanio</i>	<i>Mogange</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
93- <i>Antenôr</i>	<i>Barundo</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem, de 19 de novembro de 1846.</i>
94- <i>Athanazio 2°</i>	<i>Cassange</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
95- <i>Alberto</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
96- <i>Cosme</i>	<i>Cocauete</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
97- <i>Casimiro</i>	<i>Calunda</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
98- <i>Dario</i>	<i>Ilegível</i>	<i>Servente</i>	<i>Idem</i>
99- <i>Evaristo 2°</i>	<i>Ilegível</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
100- <i>João 1°</i>	<i>Macúa</i>	<i>Ilegível</i>	<i>Idem, de 15 de setembro de 1847.</i>
101- <i>José 1°</i>	<i>Idem</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
102- <i>Francisco 2°</i>	<i>Moange</i>	<i>Idem</i>	<i>Nada consta</i>
103- <i>Alexandre 2°</i>	<i>Mina</i>	<i>Idem</i>	<i>Veio para esta Fábrica, acompanhado da portaria do</i>

			<i>Exmo. Governo da Província, de 18 de janeiro de 1849.</i>
<i>104- Amancio</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
<i>105- Ambrozio</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
<i>106- Adriano</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
<i>107- Anastácio 2º</i>	<i>Mina</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
<i>108- Clemente</i>	<i>Idem</i>	<i>Tropeiro</i>	<i>Idem</i>
<i>109- Carlos</i>	<i>Idem</i>	<i>Torneiro</i>	<i>Idem</i>
<i>110- Calisto</i>	<i>Idem</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
<i>111- Claudio</i>	<i>Idem</i>	<i>Ilegível</i>	<i>Idem</i>
<i>112- Cyro</i>	<i>Idem</i>	<i>Carreiro</i>	<i>Idem</i>
<i>113- Gregório</i>	<i>Idem</i>	<i>No serviço do mato</i>	<i>Idem</i>
<i>114- Eusebio</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
<i>115- Manoel d 'Assumpção</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
<i>116- Manoel</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
<i>117- Simplicio</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>

A análise da lista demonstra as funções dos africanos para o ano de 1849, desta forma contabilizamos as seguintes ocupações: no forno alto e refino (09), carreiros, (09), ferreiros (09), serventes (09), carpinteiros (02), torneiros (02), no serviço do mato (61), moldadores (04), tropeiros (05), soldador (01), nos pilões (01), pedreiro (01) e (04) com ocupações ilegíveis. O interessante é que para a referida data, a maioria dos tutelados realizavam atividades pouco especializadas, como o serviço do mato. Fato este que contraria a noção de que eles executavam grande parte da produção do ferro, pois os postos referentes à metalurgia (forno alto/refino, ferreiros, moldadores) continham apenas 22 indivíduos. Ou seja, 18,80% do total. Apesar dos dados acima levantados fica claro que, mesmo sem as ocupações específicas, os africanos fizeram parte de toda a rotina de trabalho em Ipanema.

O maior grupo de tutelados (para o período) chegou ao empreendimento em 1845 e continha 37 pessoas, enquanto o menor entrou em 1847 e possuía 02 pessoas, não obstante, há também a presença de mais 02 indivíduos, os quais não constam informações. Deste

modo, optamos por apresentar a tabela abaixo a fim de que haja melhor compreensão dos elementos expostos na fonte. Veja-se:

**Tabela 5: Número de africanos e as respectivas datas de chegada na Fábrica de Ferro Ipanema (1835-1849)<sup>51</sup>**

<b>Data</b>	<b>Número de africanos</b>
1835	15
1836	06
1839	18
1840	04
1841	11
1845	37
1846	07
1847	02
1849	15
Não consta	02

Ainda sobre o referido documento, escolhemos também criar mais uma tabela a fim de exemplificar as origens dos trabalhadores. Na relação o maior número é composto de africanos minas (15 indivíduos), seguido pelos de Benguela (09), Quilimane <sup>52</sup>(08), Congo (07), Mogange (06), Moçambique, Mucena e Macúia (05). Além dos grupos menores, os ilegíveis e não identificados. As denominações na relação nem sempre correspondiam fielmente às origens étnicas dos tutelados, pois muitas vezes as regiões citadas apontavam na realidade, os portos, ilhas ou locais de onde os africanos foram capturados. Nesse sentido, Reginaldo Prandi faz uma reflexão crucial:

A identidade da origem podia simplesmente estar referida ao porto de embarque. Embora cada porto concentrasse preferencialmente as presas das vizinhanças, a necessidade de manter portos de

---

51 Idem.

52 Atualmente corresponde a região de Moçambique.

embarque afastados, para driblar a vigilância quando o tráfico começou a ficar ilegal, primeiro em certos segmentos da costa africana, mais tarde em todo o litoral, fez com que partidas de escravos alcançassem os portos depois de percorrer a pé, pelo interior, longos trajetos. Isso complicava a identificação do escravo, pois sua origem através do porto de embarque podia não mais corresponder a sua origem verdadeira.<sup>53</sup>

Ademais, as autoridades poderiam relatar inclusive a etnia a qual pertenciam, por exemplo, Macúá não era um lugar na África, mas sim uma tribo, grupo étnico. Logo, não existe homogeneidade nos nomes de procedência. Por conseguinte, os não identificados provavelmente deveriam corresponder a locais, grupos ou portos que foram extintos ao longo do tempo. Veja-se o número de africanos e locais de procedência:

**Tabela 6: Relação do número de africanos e os locais de procedência<sup>54</sup>**

<b>Procedência</b>	<b>Número de africanos</b>	<b>Porcentagem %</b>
Angola	03	2,5%
Benguela	09	7,6%
Cassange	04	3,4%
Congo	07	5,9%
Bié	01	0,85%
Rebolo	03	2,5%
Macúá	05	4,2%
Mucena	05	4,2%
Cabinda	03	2,5%
Moçambique	05	4,2%
Quilimane	08	6,8%
Barundo	03	2,5%
Mguarangué	01	0,85%
Cassambo	01	0,85%
Cacondo	04	3,4%

<sup>53</sup> PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. In: Revista USP, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000, p. 56.

<sup>54</sup> Ibidem.

Cabiá	02	1,7%
Calunda	02	1,7%
Cucera	01	0,85%
Cocauete	01	0,85%
Mina	15	12,8%
Mogange	06	5,1%
Moange	01	0,85%
Não Identificados	07	5,9%
Ilegível	20	17%

Os estudos consolidados sobre o tráfico<sup>55</sup> já demonstraram que os africanos vieram de três grandes regiões: Costa Oriental<sup>56</sup>, Costa Ocidental da África (Costa da Mina)<sup>57</sup> e da África Centro-Ocidental<sup>58</sup>. Todavia, as fontes podem apresentar registros genéricos como “Angola”, “Luanda” e “Cassange”, lugares conhecidos como mercados de escravos. Um trabalho interessante é o de Mariza Soares<sup>59</sup>, o qual buscou compreender as variações da identidade “Mina”, pois apresentava aspectos diferentes no Sudeste e na Bahia. Nesta, eles possuíam identidades separadas por ser proporcionalmente mais numerosos. Já no Sudeste, a autora concluiu que, os “Mina” foram identificados como todos os africanos da Costa

55 FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. MAMIGONIAN, Beatriz G. *Do que “o preto mina” é capaz: etnia e resistência entre africanos livres*. In: Afro-Asia, 24 (2000), pág.71-95. OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *“Viver e Morrer no Meio dos Seus: Nações e Comunidades Africanas na Bahia do Século XIX”*. In: Revista USP, n° 28, pp. 174-93, 1996. OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *“Quem Eram os ‘Negros da Guiné’? A Origem dos Africanos da Bahia”*. In: Afro-Ásia, no 19-20, 1997 (1999). SLENES, Robert W. *“Malungu, ngomavem!”: África coberta e descoberta do Brasil*. In: Revista da USP n°12. (1991/1992). pp. 48-67. SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. SOARES, Mariza de Carvalho. *Os Mina em Minas: Tráfico Atlântico, Redes de Comércio e Etnicidade*. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH - História: São Paulo: Humanitas/Anpuh, 1999, p. 689-685. SOARES, Mariza de Carvalho. *Mina, Angola e Guiné: Nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista*. Tempo3 (1998). pp. 73-93. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos: dos séculos XVII a XIX*. Brasília: Ministério da Cultura, 1987.

56 A Costa Oriental do continente africano é banhada pelo Oceano Índico e compreende as regiões de Moçambique, Sudão, Egito, Etiópia, etc.

57 Também é conhecida como costa dos escravos, ilustrada pelas culturas dos povos ioruba ou nagô. Atualmente compreende os territórios da Nigéria, Benim, Togo, Gana e Costa do Marfim.

58 Formada pelas regiões de Congo, Angola, Cabo Verde, Camarões, São Tomé e Príncipe, etc.

59 SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Ocidental. Ademais, segundo Mary C. Karasch<sup>60</sup>, embora a etnia incluísse também os iorubas, aussás, tapas e outros grupos, eles compuseram menos de 7% da população de escravos e africanos no Rio de Janeiro oitocentista. Tendo em vista os aspectos observados, os tutelados enviados à fábrica de ferro, entre o período 1835 a 1849, eram em grande parte provenientes das regiões da África Central e Centro- Ocidental, prevalecendo o grupo *mina*, extremamente importantes no processo da diáspora.

### **Conclusão**

O texto apresentado foi apenas um recorte da atual pesquisa de Mestrado, a qual ainda há questionamentos, análises e considerações a realizar. Por sua vez, a historiografia ainda carece de estudos que deem ênfase ao cotidiano desses trabalhadores, suas origens étnicas, seu modo de viver, pensar e agir durante sua atuação nos empreendimentos públicos ou particulares. Assim, a importância do presente trabalho encontra-se no aprofundamento da experiência desses africanos (livre de direito, escravos de fato) na fábrica, ou seja, costumes, resistências, conflitos e solidariedades. Por conseguinte, tal estudo pode vir a recuperar um fragmento do mundo do trabalho compulsório, no século XIX, visto que a consciência dos tutelados da sua condição oficial de não escravo era usada como premissa para suas reivindicações; encarando-os como sujeitos históricos e atuantes à resistência do sistema escravista, podendo assim, somar-se aos estudos referentes à escravidão e liberdade dos povos africanos e afro-brasileiros.

### **Referências Bibliográficas**

- ALBULQUERQUE, Wlamyra R. de. *Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais*; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1821*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1988.
- ALMEIDA, Aluísio. *História de Sorocaba, 1822-1889*, vol.2. Gráfica Guarani: Sorocaba, 1951.

---

60 KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 15.

ARAÚJO NETO, Adalberto C. *Sorocaba operária: ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba: 1870-1920*. Ed. Create: Sorocaba, 2005.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira. *Arquitetando a liberdade: os africanos livres e as obras públicas no Rio de Janeiro imperial*. In: História Unisinos, 14(3):329-333, Setembro/Dezembro 2010.

\_\_\_\_\_, Carlos Eduardo Moreira. *Cárceres Imperiais: A Casa de Correção no Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império (1830-1861)*. Tese de Doutorado. Campinas-SP: UNICAMP, 2009.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Ed. UNICAMP: Campinas, São Paulo, 2010.

BERTIN, Enidelce. *Os meia cara. Os africanos livres em São Paulo no século XIX*. Tese de Doutorado. Departamento de História. Universidade de São Paulo, 2006.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História geral da civilização brasileira*. tomo II: O Brasil Monárquico, 2º volume: Dispersão e Unidade. Ed. DIFEL: São Paulo, 1964.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Ed. Companhia das Letras: São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_, Sidney. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos de 1980*. In: Cadernos AEL, vol.14, nº 16, 2009.

\_\_\_\_\_, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CONRAD, Robert. *Tumbeiros, o tráfico de escravos para o Brasil*. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1985.

COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. Ed. DIFEL: São Paulo, 1966.

DANIELI, Mario Neto. *Escravidão e Indústria: Um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João do Ipanema-Sorocaba (SP)-1765-1895*. Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2006.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001,

DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do anti-escravismo*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2011.

FLORENCE, Afonso Bandeira. *Entre o cativo e a emancipação: A liberdade dos africanos livres no Brasil (1818-1864)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

KARASCH, Mary, C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. Ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2000.

MAMIGONIAN, Beatriz Galotti. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. PhD, History. Waterloo: University of Waterloo, 2002.

- \_\_\_\_\_, Beatriz Galotti. *O direito de ser africano livre. Os escravos e as interpretações de 1831*. In: (org) LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de História Social*. Ed. Unicamp: Campinas, 2006.
- \_\_\_\_\_, Beatriz Galotti. *Do que “o preto mina” é capaz: etnia e resistência entre africanos livres*. In: *Afro-Ásia*, 24 (2000), pág.71-95.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
- MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serrada Estrela- RJ (1831-1870)*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 2005.
- PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: O cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond : IPHAN, 2007
- PEREIRA, Osny D. *Ferro e Independência, Um desafio à dignidade nacional*. Ed. Civilização Brasileira, São Paulo, 1967.
- RIBEIRO, Mariana Alice.P.S. *Na senzala, o escravo operário: um estudo sobre a escravidão, fugas e conflitos na Fábrica de Ferro São João do Ipanema- Sorocaba-SP (1835-1838)*. Relatório final de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2010.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. UNICAMP- CECULT, 2000.
- \_\_\_\_\_, Jaime. *Ferro, Trabalho e Conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema* In: *História Social UNICAMP*, Campinas, nº 4/5, 1997.
- \_\_\_\_\_, Jaime. *O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão*. In: GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial (1831 a 1870)*. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009.
- SANTOS, Nilton Pereira de. *A Fábrica de Ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP-FFLCH, 2009.
- SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de ferro: Os ferreiros na África Central no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1999.
- SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_, Mariza de Carvalho. *Os Mina em Minas: Tráfico Atlântico, Redes de Comércio e Etnicidade*. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH - História: São Paulo: Humanitas/Anpuh, 1999, p. 689-685.
- SOUZA, Jorge Prata de. *Africano livre ficando livre: Trabalho, Cotidiano e Luta*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*, vol. 1. Ed. Paz e Terra:  
Rio de Janeiro, 1987.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, vivências ladinas: escravos e  
forros em São Paulo (1850-1888)*. Editora Hucitec: São Paulo, 1998.

## **Periodização e Práticas Antiescravistas na Cidade de São Paulo (1850-1871)**

Renata Ribeiro Francisco<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este artigo argumenta que a periodização prevalente na historiografia da abolição, em certo sentido, limitou os estudos a respeito das primeiras experiências emancipacionistas praticadas pelas sociedades antiescravistas. Ao privilegiar os instantes finais da abolição, a produção historiográfica deixou para trás a trajetória inicial do movimento abolicionista perpetrada entre as décadas de 1850, 1860 e 1870.

**Palavras-chave:** abolicionismo; periodização; historiografia; sociedade antiescravista.

### **Abstract**

This article argues that the periodization predominant in the historiography of abolition has somehow limited the studies regarding the first emancipationist experiences practiced by anti-slavery societies. By privileging the final moments of the abolition, the historiographical studies have left behind the initial trajectory of the abolitionist movement performed throughout the decades of 1850, 1860 and 1870.

**Keywords:** abolitionist; periodization; historiography; anti-slavery societies.

O abolicionismo encerra uma página importante de nossa história, razão pela qual ainda gera intensos debates. Em seu estudo *O direito dos escravos*, Elciene Azevedo<sup>2</sup> buscou problematizar a periodização adotada para o estudo da abolição. Ao perfazer a genealogia da produção historiográfica sobre o tema, Azevedo observou que as pesquisas - independentemente da abordagem ou metodologia adotada - seguiram uma mesma tendência analítica, qual seja, a de reproduzir uma periodização que dividia o movimento abolicionista em duas etapas: a primeira definida como legalista e uma segunda marcada por ações radicais e ilegais.

A primeira etapa estava sedimentada nas ações de liberdade, promovidas pela

---

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP.

2 AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos**: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

prática individual dos advogados e curadores, que se baseavam na Lei de 7 de novembro para assegurar a liberdade dos africanos aportados no Brasil, depois dessa data. Essas práticas aconteciam dentro da lei, sem comprometer a propriedade privada, embora ocorresse sob o protesto dos supostos proprietários desses escravizados<sup>3</sup>.

A segunda fase teve como marcador cronológico - principalmente, para o movimento abolicionista na província de São Paulo - a morte de Luiz Gama, em 1882<sup>4</sup>. Nesse momento, Antonio Bento não apenas se comprometia a dar continuidade à bandeira abolicionista, encampada por Luiz Gama, mas também colocava em prática um novo método de ação; libertar os escravos à força.

Para a realização de tal empreendimento Antonio Bento liderou a organização secreta, denominada Caifases<sup>5</sup>. O movimento contou com a participação de um grupo diversificado; comerciantes, libertos, escravos, imigrantes estrangeiros, artistas, jornalistas, advogados, lojas maçônicas e a Confraria Nossa Senhora dos Remédios<sup>6</sup>. Na sede da Irmandade ocorriam as reuniões do grupo, onde eram criadas as estratégias de fuga, cuja missão era enviar os cativos para o Quilombo do Jabaquara, localizado na cidade de Santos. No ano de 1886, Santos não possuía mais escravos, por essa razão a cidade foi escolhida como o melhor lugar para sediar o Quilombo.

Antes da cidade de Santos, a província do Ceará já havia extinguido a escravidão, em 1884. O movimento abolicionista no Ceará tinha sido iniciado em 1879, mas foi em 1881, que despontou o grupo denominado de jangadeiros. Liderado pelo pardo Francisco José do Nascimento, mais conhecido por Chico da Matilde, juntamente com seus colegas, se recusava a transportar escravos do norte vendidos para o sul.

Como podemos observar na segunda fase do movimento abolicionista o direito de propriedade não era mais respeitado pelos antiescravistas e a participação de populares, até mesmo dos escravos, tinha sido marcante.

Essa periodização foi naturalizada e rapidamente incorporada pela historiografia, de modo que, os pesquisadores buscaram sempre enquadrar suas análises respeitando essas

---

3 AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999. P.112.

4 Gazeta do Povo, 24 de agosto de 1882.

5 FONTES, Alice A. B., **A Prática Abolicionista em São Paulo**: os caifases (1882-1888). Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1976.

6 FONTES, Alice A. B., Op.cit. p.22.

rígidas fronteiras. Se a intenção do historiador fosse investigar as ações abolicionistas praticadas por populares, seu foco de estudo se deteria sobre os instantes finais - momento da desagregação do sistema escravo. Assim o fez Maria Helena Machado que dedicou seu estudo aos últimos anos do movimento abolicionista, na busca pelos atores sociais provenientes das massas<sup>7</sup>.

Mesmo quando surgiam tentativas de alternar essa periodização, elas não rompiam com o que estava estabelecido de fato. Emília Viotti, em seu livro *A abolição*, de 1982, tentou flexibilizar essa periodização, acrescentando uma terceira etapa: 1º fase de 1850 a 1871; 2º fase de 1871 a 1885; 3º fase de 1885 a 1888. A primeira fase teria como ponto de partida a Lei Eusébio de Queirós, marcada pelos projetos emancipacionistas, a presença do escravo na literatura e a participação do escravo na Guerra do Paraguai. A segunda etapa se iniciaria com a sanção da Lei do Ventre Livre de 1871, e, seria assinalada pelos embates entre emancipacionistas e escravistas. Por fim, a última etapa, seria definida pela lei do Sexagenário de 1885, com a formação de grupos radicais como os Caifazes, que pretendiam acelerar a desorganização do trabalho escravo, com fugas em massa e pela “desobediência civil”<sup>8</sup>.

A inclusão de uma terceira etapa não representaria mudança no viés interpretativo, já que a participação dos escravos e mesmo a existência das organizações emancipacionistas, continuariam sendo entendidas como fenômenos comuns aos anos avançados da década de 1870.

O revisionismo proposto por Azevedo permite uma nova leitura a respeito dos primeiros anos do movimento abolicionista, porque nega a passividade dos escravos mediante as ações de liberdade, indicando que os escravos participaram ativamente desse processo quando tomavam a iniciativa de buscar seus direitos, junto aos advogados que ofereciam seus serviços gratuitos. Mas não eram apenas as ações de liberdades que precisavam ser revistas pela historiografia, e sim as práticas emancipacionistas

---

7 Os advogados que assumiam causas de liberdade se tornavam alvos dos proprietários de escravos. Luiz Gama, por exemplo, foi exonerado do cargo de amanuense, que ocupava na polícia da cidade de São Paulo, por defender a causa de um negro fugido, que o havia procurado com o argumento de que era africano livre e estava sendo ilegalmente mantido como escravo, no município de Jundiá. Ver FERREIRA, Lígia Fonseca. *Com a palavra, Luiz Gama*.

8 ROSEMBERG, André. **Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo no final do Império**: a instituição, prática cotidiana e cultura. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Departamento de História: Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2008.p.376.

desenvolvidas pelas organizações antiescravistas.

A historiografia sobre abolição não costuma dar grande importância às ações realizadas pelas sociedades emancipacionistas, sobretudo, as que emergiam entre as décadas de 1850 e 1871. A falta de interesse em pesquisar o que se convencionou chamar de primeira fase do movimento abolicionista, se deveu ao entendimento de que as tentativas coletivas de oposição à escravidão precisavam, obrigatoriamente, estar atreladas aos segmentos sociais urbanos desinteressados na manutenção da ordem escravista. O que de fato, somente, seria possível pensar para depois da década de 1870, quando o processo de urbanização atingiria os grandes centros urbanos, promovendo a ascensão dos segmentos sociais, capazes de criarem as primeiras sociedades antiescravistas. Antes desse contexto, portanto, não seria possível conceber a organização coletiva civil em pró a causa antiescravista.

Contrariando esse entendimento, observa-se que na cidade de São Paulo, entre 1850 e 1871, surgiram as seguintes organizações: Libertadora (1856), XI de Agosto (1857), Fraternalização (1864), Redentora (1869), além das lojas maçônicas Amizade (1832), Piratininga (1850) e América (1869).

### **1.1 As sociedades emancipacionistas estudantis**

A sociedade emancipacionista estudantil Libertadora foi a primeira de que se tem notícia na cidade. Criada em 1856, era formada exclusivamente por estudantes. Funcionou secretamente por um ano, dentro das dependências da Academia de Direito.<sup>9</sup>As informações a respeito dessa organização são escassas e não há pistas ou indícios suficientes que possam esclarecer as razões que a fizeram desaparecer. Muito provavelmente, tenha sido em decorrência da falta de recursos ou pela desarticulação de seus membros. Na sequência surgiram duas outras organizações, a Onze de Agosto e a Fraternalização.

Enquanto a Fraternalização e Libertadora agiam na clandestinidade, a sociedade Onze de Agosto expunha seu estatuto publicamente, apresentando em minúcias suas pretensões emancipacionistas. Esse importante documento permitiu que se conhecesse em profundidade o funcionamento e a estrutura interna de uma organização emancipacionista, organizada “prematuramente”.

---

9 VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a história da academia de São Paulo**. Livraria Acadêmica/Largo do ouvidor. São Paulo: Saraiva. Vol. I, 1924. Op.cit.35.

Ocupando meia página da seção de variedades do periódico *Correio Paulistano*, em 1857, a Onze de Agosto publicava o seu estatuto: “Art.1º A Sociedade – 11 de Agosto – tem por fim a libertação de escravos”<sup>10</sup>. Fundada por estudantes da Academia de Direito e por alunos dos preparatórios<sup>11</sup>, o nome da organização, prestava uma homenagem a Academia de Direito, que havia sido fundada na data de Onze de Agosto.

Comparada às demais sociedades formadas por estudantes no período, a Onze de Agosto tinha o posicionamento mais “radical”, como se observa no estatuto da organização que buscava a adesão, não apenas dos paulistanos, mas de todos os cidadãos da Província de São Paulo à causa antiescravista:

Não deixaremos de fazer um apello aos Paulistas e é, que não olhem para essa instituição com desdém, e que alistando-se as suas bandeiras, sejam tantos sócios, quanto esteios para o seu engrandecimento, e o seu sublime destino. Transcrevendo os seus estatutos, não fazemos mais do que dar uma fiel notícia sobre a sua existência: assim pois cantemos uma husanna, á província de São Paulo, e um hymno ao brilhante futuro do Brasil<sup>12</sup>.

Evidentemente que quanto maior fosse à adesão da sociedade paulistana à associação, mais forte e respeitada seria ela, e isso refletiria em suas arrecadações, dando visibilidade e ampliando sua atuação em prol da alforria dos cativos. Para compor o quadro da Onze de Agosto, o sócio não podia deixar de quitar as mensalidades, pois se não o fizesse, estaria sujeito ao pagamento de multas, como determinava o estatuto:

Art. 4º O sócio que deixar de satisfazer as suas prestações três mezes seguidos, será considerado expulso da sociedade.

Art. 5º O sócio que faltar duas sessões seguidas, sem participar ao presidente da casa, será incurso na multa de 2\$000 reis<sup>13</sup>.

Supõe-se que a organização submetia o membro ao pagamento de multas com a intenção de testar o comprometimento do sócio com a sociedade. Além de angariar recursos que serviriam para ampliar a ação em benefício dos cativos, garantindo também a manutenção da estrutura física da organização. A preocupação com as finanças foi uma

---

10 *Correio Paulistano*, 26 de agosto de 1857.

11 Os preparatórios eram equivalentes ao ensino médio de hoje, era composto por disciplinas como inglês, latim, francês, conhecimentos teóricos. Ao termino do preparatório e sendo devidamente aprovado nas disciplinas o estudante estava apto a ingressar na Academia.

12 *Correio Paulistano*, 26 de agosto de 1857.

13 *Correio Paulistano*, 26 de agosto de 1857.

constante no interior das sociedades emancipacionistas paulistanas, incluindo as lojas maçônicas Amizade, Piratininga e América.

A Onze de Agosto tinha uma postura um pouco menos corporativista em relação às demais sociedades estudantis, pois a organização permitia a participação de todos os segmentos sociais que se identificassem com as bandeiras por ela levantadas, o que em tese a transformava em uma sociedade não estudantil, mas essencialmente paulistana, ainda que a participação de outros segmentos sociais fosse condicionada e sofresse uma série de restrições, como se observa no trecho abaixo:

Art.2º Os sócios dividem-se em três categorias: effectivos, honorários e beneméritos.

Art3º Para ser sócio effectivo são indispensáveis as condições seguras:

§1º Ser acadêmico, ou estudante de preparatórios

§2º Ser proposto por um sócio presente, e approved por maioria de votos

§3º Concorrer com a entrada de 10\$000 réis que poderá ser feita por duas prestações.

§4º Concorrer mensalmente com a quantia de 2\$000 réis

Art6º Serão considerados sócios honorários:

§1º Todos os sócios honorários gozarão dos mesmos direitos, que competem aos effectivos.

§2 Todos os sócios effectivos, que, completa a sua carreira litteraria, não deveriam se despedirem da sociedade<sup>14</sup>.

A participação de pessoas que não fossem estudantes estava condicionada à aprovação dos sócios da organização. Os membros efetivos, estudantes da Academia de Direito e dos preparatórios, estavam no topo da hierarquia da organização e somente eles podiam ocupar os cargos mais importantes dentro da sociedade: como a função de tesoureiro, por exemplo.

As sociedades emancipacionistas não seguiam um modelo ou um padrão para conceder cartas de alforrias, tendo cada organização seus próprios critérios. Enquanto umas optavam por libertar escravos adultos, outras preferiram alforriar apenas as crianças menores de sete anos.

A sociedade antiescravista Onze de Agosto optou por alforriar cativos adultos de ambos os sexos e apenas circunstancialmente, as crianças. A organização seguia critérios rígidos e levava em consideração a religião, o sexo e a cor, além de outros quesitos inscritos

---

14 *Correio Paulistano*, 26 de agosto de 1857.

nesta longa lista, abaixo transcrita:

Art37° Para que seja um escravo liberto pela sociedade é exigida a condição seguinte.

1° Ser moralizado

Art38° Observar-se-há nas alforrias à ordem seguinte:

1° Os mais moços serão preferidos aos mais velhos.

2° O sexo feminino ao sexo masculino

3° No caso de concurso de dois ou mais escravos com o mesmo requisito será preferido o que tiver officio.

4° Não serão libertos os menores de sete anos.

5° Quando libertar-se a escrava que estiver creando o seu filho este sel-o-há também.

6° No concurso de escravos com os mesmos requisitos, os mais baratos serão preferidos aos mais caros, observando-se todas as regras antecedentes.

7° Sempre os escravos de cor serão libertos de preferência aos pretos – os nascidos no Brazil aos estrangeiros<sup>15</sup>.

No topo da lista a sociedade esboçava a preferência pela libertação dos cativos moralizados. Tal critério era justificado por ser esta uma sociedade emancipacionista religiosa, que trazia logo na primeira linha de seu estatuto este princípio:

Transcrevendo os seus estatutos, não fazemos mais do que dar uma fiel notícia sobre a sua existência: assim pois cantemos uma *husanna*, á província de São Paulo, e um Hymno ao brilhante futuro da sociedade – Onze de agosto que tem por diviza a liberdade, Deos, e o futuro do Brasil, [...] Esta idéia tem dois fins; um religioso, e outro político; acabar com o abuso e animar a colonização – foi este o pensamento dos que a crearão [...].<sup>16</sup>

Entre as organizações emancipacionistas, foi a Onze de Agosto a única que incluiu a religião como critério para a concessão de cartas de alforria. Libertar escravos moralizados não tinha sentido apenas religioso, mas também social. A sociedade antiescravista temia libertar cativos “potencialmente perigosos”, indisciplinados ou violentos, que, após a liberdade, se tornassem protagonistas de movimentos que atentassem contra a ordem pública.

A sociedade Fraternização, que, entre 1864 e 1869, priorizou a alforria dos cativos adultos. Os membros dessa sociedade propunham libertar os escravizados, em seguida, oferecer instrução primária e profissionalização apropriada às suas inclinações (Art. 1° dos

15 *Correio Paulistano*, 18 de novembro de 1857.

16 *Correio Paulistano*, 18 de novembro de 1857.

estatutos sociais)”<sup>17</sup>.

Entretanto, a partir de 1870 a Fraternização passou a libertar somente as crianças cativas. A mudança teria sido resultado da aproximação com a loja maçônica América. Depois da elaboração de um novo estatuto, a organização também mudou de nome, passando a ser chamada de Fraternização Primeira, conforme o trecho indicado:

#### Fraternização Primeira

Esta associação emancipadora que na sessão de instalação pública, ha meses dera três cartas de liberdade, declarou na sessão de aniversário de 07 do corrente que concedera mais cinco cartas de emancipação duas das quais de crianças da capital, que estiveram presentes.

Oraram os senhores acadêmicos, João Nunes, presidente que (findou) o seu encargo e Francisco Maciel, que o substituiu.

Orou a proposta da entrega das cartas o acadêmico Sr. João Monteiro e cumprimentou os sócios que retiram-se o Sr. Alfredo Brandão também acadêmico. A loja América fez-se (representar) por uma comissão da qual foi orador o Sr. Luiz Ozorio. Em nome da loja Sete de Setembro orou o Sr. Ferreira Nobre. Os Srs. (Itaberê) e Matarazzo agradeceram os diplomas que haviam (recebido), o ultimo em seu nome e em nome de outros colegas.

O presidente Sr. Maciel participou (haver) mais três crianças libertadas cujas cartas não eram lidas por dependerem de decisão judicial que devia dar-se em poucos dias.<sup>18</sup>

---

17 AMARAL, Antônio Barreto do. **Dicionário de História de São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo. Coleção Paulística. São Paulo: Governo do Estado. vol. XIX p. 51. 1980.

18 Correio Paulistano, 11 de setembro de 1870.

Assim como a Fraternização Primeira, a Redentora também alforriou apenas as crianças cativas.

[...] Deliberou-se as alforrias: Maria de 3 annos, escrava da sra. D. Eulalia Fausta da Silva, pela quantia de 300\$00 réis. Um escravo, de 3 annos, do Sr. dr. Rafael Tobias de Aguiar, por 200\$00, cuja quantia será recolhido ao cofre de orphãos para ser entregue ao alforriado quando completar sua maioridade, conforme as clausulas afferidas por sua digna esposa a ex. Sr. d. Anna Canddida Gomes de Aguiar quando entrou para sócio.<sup>19</sup>

A preferência das sociedades emancipacionistas paulistanas pela alforria das crianças cativas do sexo feminino ampliou-se, sobretudo, nos últimos anos da década de 1860.<sup>20</sup> Indicando que a pressão política para que a Lei do Ventre Livre (1871) fosse aprovada, não ecoava somente do Parlamento, vinha das ruas também. A prática antiescravista expandia ano após ano, na cidade de São Paulo, e as organizações sentiam-se cada vez mais à vontade para difundir suas ideias.

Os membros da sociedade Fraternização que se mantiveram na clandestinidade, no período de 1864 a 1870, decidiram tornar pública todas as suas posições. De acordo com as referências encontradas em *Obras Completas de Rui Barbosa*, teria sido o próprio Rui Barbosa que teria motivado a Fraternização a deixar o anonimato<sup>21</sup>.

O prestígio da Fraternização era reforçado com o apoio da loja maçônica América, que financiou a reestruturação da sociedade e ajudou na elaboração de seu novo estatuto. Esse documento foi preparado por uma comissão formada por Luiz Gama, Francisco de Paula, Rodrigues e Rui Barbosa<sup>22</sup>.

A Fraternização foi fundada apenas por estudantes da Academia de Direito:

---

19 *Correio Paulistano*, 29 de novembro de 1870.

20 *Correio Paulistano*, 11 de setembro de 1870.

21 *Obras Completas de Rui Barbosa*. vol. I 1865-1871. Tomo I. Primeiros Trabalhos. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1951. Prefácio e organização de Antonio Gontijo de Carvalho. p.56.

22 AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha**, 1999. Op.cit. p.112.

Agostinho Vidal, Morais Pupo, C. Alberto Bulhões Ribeiro, França Carvalho, Thompson Flores, Fausto F. Castro, Fortunato da Graça, Gualberto da Silva, J. B. Furtado de Mendonça, Xavier Rabelo, Jequiriçá, Castro Sobrinho, José Bento e M. Coelho de Almeida.

Segundo informa o artigo publicado no jornal *Correio Paulistano*, entre os anos de 1864 e 1870, a Fraternização atuou não apenas na cidade de São Paulo, mas também em outras localidades, formando diversas células que se conectavam a central, como aponta o trecho abaixo:

[...] Induzidos por uma disposição dos primitivos estatutos que impunham aos sócios da Fraternização o dever de estabelecer associações redemptoras filiares a esta, e os lugares de sua residência, alguns membros conseguiram fundar outras sociedades abolicionistas, também secretamente, e todas ligadas ao nosso núcleo central aqui, tanto no interior desta província como nas de Minas e Rio de Janeiro.<sup>23</sup>

Mesmo tratando-se da denominada primeira fase do movimento abolicionista, era possível identificar a existência de uma importante dinâmica antiescravista envolvendo grupos sociais diversificados. O artigo revela que a Fraternização havia construído uma importante rede de solidariedade com conexões interprovinciais.

## **1.2 A atuação das lojas maçônicas junto às organizações emancipacionistas**

O tema da escravidão difundiu-se por diferentes espaços, seria, portanto, um grave erro negligenciar a participação da maçonaria, sobretudo a paulistana, na questão relativa à emancipação dos escravos nesse período. Na cidade de São Paulo, as lojas tiveram papel importante na divulgação das ideias emancipacionistas.

A loja Amizade foi à primeira com sede na cidade de São Paulo.<sup>24</sup> A organização foi fundada por cinco estudantes da Academia de Direito: José Augusto Gomes de Menezes e Vasconcellos Drumond, João Manuel Lopes Pimentel, Manuel e Jesus Valdetara, Luis Fortunato de Britto, Bernardino José de Queiroga, e pelos advogados: Bento Joaquim de Sousa e Constâncio José Xavier Soares<sup>25</sup>. Embora a sociedade tenha sido fundada por estudantes da Academia de Direito, logo contou com a participação de comerciantes,

23 *Correio Paulistano*, 13 de abril de 1870.

24 A primeira loja maçônica surgiu em 1800 na cidade de Niterói - Rio de Janeiro – denominada União.

25 CASTELLANI, José e FERREIRA, Cláudio. **A Amizade**: a primeira Loja Maçônica na História de São Paulo (1832-1996). 1º Ed. São Paulo: Editora Amizade. 1996. p. 25.

políticos, funcionários públicos e comerciantes da cidade.

A loja Amizade foi o primeiro espaço em que se articularam as ideias emancipacionistas, fora da Academia de Direito e, após 18 anos de atuação, apoiou a fundação de uma nova loja, a Piratininga, em 1850. Entre seus criadores, estava Joaquim Ignácio Ramalho, que já compunha o quadro da loja Amizade e havia sido eleito o primeiro venerável<sup>26</sup>.

Segue abaixo a Ata de inauguração da loja Piratininga com os nomes dos fundadores:

Sessão d'Installação da Augusta. e Loja Piratiningaaos 28 dias do 6º mez do Anno da Venerável Loja.: 5850.

Aos vinte e oito dias do 6º mez do anno da verdadeira luz 5.850, reunidos ao Valle do Tabatinguera os irmãos maçons Dr. Ildefonso Xavier Ferreira, Cap. José Martini, cônego Joaquim Anselmo d' Oliveira, Dr. Manuel José Chaves, Joaquim Ignácio Ramalho, Capm José Xavier Ferreira, Cap. Luiz Soares Viegas, Ten. Con. José Antonio da Fonseca, Major Luiz José Monteiro, Ten. Con. João Carlos Baumann, Ten. José Delphino de Camargo, Francisco Xavier Vahia Durão, Marcus Diniz Gomes Nogueira, Francisco da Silva Guimarães, padre Mamede José Gomes da Silva, Antonio Joaquim de Lima, Francisco Xavier de Barros Fo., Joaquim Medina Celli, José da Silva Fluminense, Cap. José Maria Gavião Peixoto, Antonio Nunes de Aguiar Júnior, Rodrigo Netto Firmino de Moraes, Camillo Lellis da Siva e Dr. Francisco Joaquim Catete, e foi installada a Loja Maçônica com o título distintivo de Piratininga ao Valle do Tabatinguera com todas as formalidades e usos maçônicos do rito escossez antigo e acceito. De que para constar se lavrou a presente Ata.<sup>27</sup>

Quando a Piratininga foi fundada em 1850, a população da cidade de São Paulo havia dobrado – de 10 mil habitantes para pouco mais de 20 mil. Isso, de certa forma, pode explicar por que entre os criadores da nova loja havia a presença de segmentos sociais diversificados, como funcionários públicos, comerciantes, militares, advogados e clérigos. Já a ausência de estudantes entre os fundadores da nova loja indicava que as ideias emancipacionistas não estavam restritas ao espaço da Academia de Direito e atraíam diversos grupos sociais.

---

26 O cargo de venerável dentro do círculo maçônico era o mais importante dentro de uma loja maçônica. A função de venerável era eletiva. De modo que o candidato tinha que desfrutar de uma certa popularidade para alcançar tal ocupação.

27 Ata de fundação da loja maçônica Piratininga. apud CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.7.

A Piratininga foi fundada no mesmo ano em que foi aprovada a Lei Eusébio de Queiros e os reflexos da mesma foram sentidos nas primeiras reuniões realizadas pela organização. O então venerável da loja Joaquim Ignácio Ramalho propôs em reunião que a sociedade somente aceitasse a iniciação de profanos<sup>28</sup> que não tivessem relação direta com o tráfico de escravos e que fossem favoráveis às ideias antiescravistas<sup>29</sup>.

Embora a Lei Eusébio de Queiros tivesse estimulado as primeiras manifestações antiescravistas, foi em meados da década de 1860 que tais práticas se intensificaram, influenciadas por uma série de acontecimentos que marcaram o Império. A abolição da escravatura nos Estados Unidos em 1863<sup>30</sup> refletiu na política governamental de D. Pedro II. O Imperador se viu obrigado a solicitar que um dos membros do Conselho de Estado, Antônio Pimenta Bueno, lhe apresentasse um projeto de emancipação no ano de 1865.

O plano libertaria as crianças filhas de mães escravas e previa também a libertação dos escravos de nação (de propriedade do Estado), projeto previsto para ser sancionado no prazo de cinco anos. No ano seguinte, a Junta Francesa de Emancipação fazia apelo para que o Imperador agisse em prol da emancipação dos cativos.

A pressão sobre o Império foi intensificada após a crise de 1868, quando D. Pedro II dissolveu o gabinete liberal. A súbita mudança das forças políticas, que levou os conservadores ao poder, representava o fim da estabilidade política do Império.<sup>31</sup> Em decorrência dessa crise, o Partido Liberal se dividiu. A ala mais radical do Partido fundou o Clube Radical Paulistano, que tinha entre seus idealizadores Luiz Gama, Américo de Campos e Rui Barbosa.

Entre as propostas defendidas pelo grupo, estava a extinção da escravidão e do poder Moderador. No contexto em que as ideias liberais ganhavam mais adeptos, foi criada a loja maçônica América. A nova organização não ficou imune às discussões políticas, sobretudo, porque entre seus fundadores havia representantes da ala radical do Partido Liberal.

A loja América deu início às suas atividades em novembro de 1868 e foi regularizada no ano seguinte. Entre os fundadores da América estavam Antonio Carlos

---

28 Era chamado de profano todos aqueles que buscavam ser inseridos em um círculo maçônico.

29 Ata de reunião da loja maçônica Piratininga. Nº15, de 28 de outubro de 1850.

30 CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

31 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Crise do regime. In: *O Brasil Monárquico: do Império à República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. Vol. 5. Tomo II.p.6-20. 1972.

Ribeiro de Andrada Machado e Silva (lente da Academia de Direito e fazendeiro), Vicente Rodrigues da Silva (negociante), Dr. Inácio Aquiles Betoldi (médico), Salvador Furtado de Mendonça Drummond (advogado e jornalista), Rufino Mariano de Barros (negociante), José Maria de Andrade (advogado), Ciríaco Antonio dos Santos e Silva (funcionário público), Antonio Louzada Antunes (funcionário público), Dr. Olímpio da Paixão (advogado), Joaquim Tavares Guerra (estudante), Jerônimo José de Andrade (negociante), Luiz Gonzaga Pinto da Gama (rábula<sup>32</sup> e jornalista), Ferreira de Meneses (advogado), Américo Brasiliense de Almeida Melo (advogado) e Américo Brasília de Campos (advogado e jornalista).<sup>33</sup> Dois anos depois da criação da loja América, o número de iniciados chegou a 130,<sup>34</sup> contando com a presença de alguns fazendeiros progressistas em seu quadro. Assim como a loja Piratininga, a América contou com a participação de grupos distintos, entretanto, entre os seus fundadores não foi registrada a presença de clérigos.

A Amizade teve como modelo maçônico a loja Inteligência, criada um ano antes – 19 de agosto de 1831 - na cidade de Porto Feliz. Muitas lojas maçônicas foram fundadas na província de São Paulo na década de 1830, entre elas Firmeza e Caráter (1833), Fraternalização (1833), União do Ypiranga (1833), Amor da Sabedoria (1833), Imparcialidade (1833), Beneficência Ituana (1833), União Paranaguense (1837), Cruzeiro do Sul (1838)<sup>35</sup>.

A cidade de São Paulo também foi palco de outras sociedades maçônicas entre fins da década de 1840 e início de 1850, entretanto estas foram rapidamente desarticuladas. Entre elas estavam as lojas Fraternalização e Ypiranga, ambas extintas em 1853. Não se sabe ao certo os motivos que levaram essas organizações a desaparecerem, mas é possível supor que tenham afundado em dívidas ou entrado em conflito com outras lojas, o que ocorria com certa frequência no interior dos círculos maçônicos.

As lojas maçônicas, além de alforriarem cativos, dedicaram-se às obras de caridade, ofereceram ajuda aos necessitados e incentivaram iniciativas em prol da educação popular e gratuita. Uma parte significativa dos projetos sociais empreendidos pela loja América ficou registrada nas páginas dos principais jornais que circularam na cidade e na Província. Em 16 de junho de 1869, a loja fundou uma escola que oferecia instrução primária para

---

32 Rábula era a denominação dada àqueles que advogavam sem ter o título de bacharelado em Direito.

33 FONTE: <[HTTP://www.américa.org.br/](http://www.américa.org.br/)> Acesso em: 25 de agosto de 2010.

34 CÂMARA, Nelson. **O advogado dos escravos**: Luiz Gama. São Paulo: Lettera.doc, 2010.

35 CASTELLANI, José e FERREIRA, Cláudio. **A Amizade**. Op.cit.50.

menores de ambos os sexos e instrução noturna para adultos, como destaca o trecho abaixo:

O Sr. secretário da loja maçônica América, estabelecida nesta capital, confiou-nos os livros de matrículas das duas aulas – uma noturna e outra diurna – creadas e mantidas pela mencionada loja, dos quaes extrahimos o seguinte resumo: Eschola nocturna – matricularam-se 252 alumnos, a saber: livres, 217; escravos 35. São: solteiros 231; viúvos 2; casados 16; de 5 à 10 annos 36; de 10 à 20, 132; de 20 à 30, 55; de 30 à 40, 16; de 40 à 70, 13. Brasileiros 222; portuguezes 18; africanos; allemães 3; suisso 1; hespanhol 1; italiano 1; militares 6; alfaiates 25; sapateiros 10; pedreiros 13; carpinteiros 20; marceneiros 10; charuteiros 3; padeiros 4; ourives 1; commerciantes 4; correiros 5; chapeleiros 4; ourives 1; carroceiros 5; caixeiros 3; marchante 1; agente 2; cocheiros 4; ferreiros 8; barbeiro 1; canteiro 1; cosinheiros 2; oleiros 2; typographo 1; pintores 3; serralheiro 1; lavradores 2; funileiro 1; creados 88; sem officio 21. Os indivíduos notados sob designação – sem officio – são menores. Eschola diurna – para menores de ambos os sexos. Matricularam-se 39 alumnos, sendo: do sexo masculino, 20. Destes são escravos 2, estrangeiros 2, brasileiros 18. Do sexo feminino 19, sendo estrangeiras 2, escrava 1.<sup>36</sup>

O documento dá a dimensão do alcance social do projeto criado pela América, que atingia a todos os segmentos sociais, inclusive os escravizados. A escola registrou a matrícula de 37 escravos, dos quais 35 eram adultos e dois eram crianças. Se comparado com o total de alunos matriculados, o número de cativos era pequeno. Isso podia ser explicado pelo fato de os cativos dependerem da autorização de seus senhores para se matricularem. Os senhores provavelmente se sentiam ameaçados com o projeto organizado por uma loja maçônica que promovia a libertação dos cativos e que frequentemente aparecia como suspeita de confabular contra a propriedade escrava<sup>37</sup>.

A escola criada pela loja tinha entre outras finalidades, ensinar a ler, escrever e a difundir as ideias emancipacionistas. Entre os professores que ministraram aulas para o curso noturno estava Rui Barbosa, Luiz Gama, Antônio José Cardoso, Henrique Antonio Barnabé Vicent, Rodrigues da Silva e registrava-se também a presença de dona Guilhermina Santa Anna Junker, responsável por lecionar para os menores.

O relatório publicado pela loja América, em 1871, apontava a matrícula de 214 alunos, dos quais cem frequentavam efetivamente a escola<sup>38</sup>. Além da escola, a loja

36 *O' Ipiranga*, 16 de junho de 1869.

37 *Correio Paulistano*, 10 de novembro de 1871.

38 AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

América havia criado também uma biblioteca, em 1871, localizada na Rua do Rosário, região central da cidade. Todo o acervo era fornecido pela própria organização, e incluía livros e jornais.

### **1.3 A participação das mulheres nas práticas emancipacionistas**

Em julho de 1869, a loja maçônica América articulou a criação da sociedade emancipacionista Redentora. Primeira administrada apenas por senhoras e que registrou a matrícula de 113 mulheres. Todas as ações praticadas pela organização eram publicadas no jornal *Correio Paulistano*; desde as eleições da diretoria até as cartas de alforria concedidas por ela, como observa-se no trecho abaixo:

Sociedade Redemptora  
Diretoria  
Presidente: D. Veridiana Valéria da Silva Prado  
Vice presidente: Alda Boys de Mello  
Secretária: Luiza Emília da Conceição Azevedo Marques e Maria das  
Dores  
Deliberou-se as alforrias: Maria de 3 annos, escrava da sra. D. Eulalia  
Fausta da Silva, pela quantia de 300\$00 réis.  
Um escravo, de 3 annos, de herança de José Leme, sob proposta do  
Sr. Dr. Américo Ferreira de Abreu, 150\$00 réis [...].<sup>39</sup>

A participação dessas senhoras indicava que as ideias antiescravistas tiveram ampla circularidade, não se restringiram ao círculo letrado masculino da sociedade paulistana. A semelhança dos sobrenomes sugere que essas mulheres tinham algum grau de parentesco com os maçons da loja América.

A organização não informou os nomes de todas as matriculadas, divulgou apenas os nomes das senhoras que ocuparam cargos na administração da organização. Entre elas, Anna Bem Vinda Ribeiro Andrada, Luiza Emília da Conceição e Azevedo Marques, Maria das Dores Gomes, Anna Marcellina de Carvalho Andrada Machado e Carlota de Sampaio e Câmara compunham o grupo de senhoras que formou a primeira diretoria da sociedade. Elas ocuparam, respectivamente, os cargos de presidente, secretárias e tesoureiras.

Não há muitas informações a respeito da vida dessas senhoras. Sabe-se apenas que Anna Marcellina de Carvalho Andrada Machado era esposa de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, maçom fundador da loja América e primeiro venerável da organização. Já Veridiana Valéria da Silva Prado, que ocupou o cargo de presidente da

---

39 *Correio Paulistano*, 29 de novembro de 1870.

sociedade em 1871, era filha de Antônio da Silva Prado, barão de Iguape, e comerciante de açúcar.

Veridiana nasceu em 11 de fevereiro de 1825 em São Paulo e casou-se no ano de 1838, ao completar 13 anos, com seu meio tio Martinho da Silva Prado, quatorze anos mais velho. Embora morasse em sua fazenda, Campo Alto, Veridiana passou longas temporadas na cidade, em sua chácara, lugar escolhido para dar à luz seus seis filhos.

Sua residência estava localizada na Rua da Consolação, vizinha à chácara de Joaquim Ignácio Ramalho, venerável da loja maçônica Piratininga. Era em sua chácara que Veridiana promovia com frequência reuniões para debates políticos, encontros literários e sociais. Veridiana era senhora muito respeitada na sociedade paulistana entre seus pares e admirada pelas senhoras de outros grupos sociais<sup>40</sup>.

A presença de mulheres de famílias importantes atuando como emancipacionistas sensibilizavam e, de certo modo, blindavam as lideranças mais radicais, como Luiz Gama, que invariavelmente era acusado de apoiar insurreição de escravizados. De um lado, a loja América articulava a formação de uma comissão de alforriamento composta pelo radical Luiz Gama e do outro lado, a loja América criava a sociedade Redentora, liderada por senhoras bem nascidas e bem relacionadas. Não podemos aqui por falta de informação, traçar o perfil dessas senhoras, mas o fato é que elas, também, contribuíram para a divulgação das ideias emancipacionistas<sup>41</sup>.

A participação de mulheres em sociedades antiescravistas podia ser justificada pela coexistência de dois padrões morais de comportamento.<sup>42</sup> De um lado, havia mulheres que tinham suas vidas restritas ao convívio doméstico, como bem retratou Maria Paes de Barros, que ao relatar suas memórias, atentou para as limitações sociais impostas às mulheres em diversos espaços, como indica este trecho de sua biografia:

A parte feminina da família, sobretudo, levava vida quase unicamente restrita ao lar. A senhora só saía à rua pelo braço do marido, as meninas unicamente com os pais ou parentes idosos. O

---

40 **HOMEM**, Maria Cecília Naclério. **Higienópolis**: grandeza e decadência de um bairro paulistano. Prefeitura do Município de São Paulo/ Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, 1980. p. 69.

41 A Redentora foi a única, entre as sociedades aqui estudadas, que teve o seu estatuto reconhecido oficialmente pelo governo provincial. O prestígio da organização, entretanto, não deve ser atrelado à participação das mulheres, pois, quando elas ingressaram na organização, o estatuto já havia sido aprovado. Ver: AZEVEDO, Elciene. **O Orfeu de Carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo. p.97.

42 SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. Op.cit. p. 65.

pretexto único eram as visitas, pois as compras eram feitas pelos pajens, visto que uma senhora nunca entrava numa loja [...] a instrução muito elementar, por não haver colégios para o sexo feminino, nem tampouco livrarias, as ocupações das meninas cingiam-se à vida doméstica. Raramente lhes chegava ao alcance algum livro, exceto o de missa ou uma dessas narrativas de fama universal, como o Paulo e Virgínia<sup>43</sup>.

Do outro lado, havia as mulheres que, nesse mesmo contexto, tiveram suas vidas marcadas pelo trabalho, como bem observaram Maria Odila Leite da Silva Leite e Eni de Mesquita Samara em suas análises sobre a vida das mulheres na cidade de São Paulo no século XIX.<sup>44</sup> Na cidade, havia mulheres ocupando-se de diferentes atividades: doceiras, engomadeiras, quitandeiras, cozinheiras, costureiras, rendeiras, tecelãs e assumindo também a chefia de pequenas indústrias. Por volta de 1850, funcionou na cidade a indústria de velas e sebo de Manuela do Nascimento, localizada na Ponte dos Piques e outra na Rua São Bento, de propriedade de Ana Joaquina da Cruz.<sup>45</sup>

As mulheres casadas e viúvas eram assistidas juridicamente e, por isso, na falta de seus maridos, podiam chefiar os negócios da família. As mulheres casadas, após contraírem núpcias, compartilhavam dos bens de seus cônjuges. De acordo com a legislação brasileira, cabia ao marido a função de proteger e prover a família; a esposa tinha o dever de preservar a moral, os costumes e ser obediente. Mas na ausência do marido, estas mulheres assumiam todas as funções necessárias para a manutenção da família e isso incluía os negócios.

Na cidade de São Paulo, a ausência de homens era comum, pois muitos deles saíam em expedições pelo sertão, desempenhando a função de intermediários de comerciantes, cujos principais destinos eram o Rio de Janeiro, Sul de Minas, Mato Grosso e Goiás<sup>46</sup>. Alguns homens casados nunca retornavam, pois formavam novas famílias. Além disso, a expectativa de vida das mulheres era bem maior e a incidência de mulheres viúvas

---

43 BARROS, Maria Paes de. **No tempo de Dantes**. 2º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.30.

44 Os trabalhos das duas autoras seguem a tendência historiográfica que promoveu uma profunda transformação nos parâmetros metodológicos e teóricos da história social e política a partir da década de 1980. Tais metodologias foram influenciadas por uma série de acontecimentos, entre eles o processo de redemocratização no Brasil. Esta nova tendência historiográfica abriu espaço para novas abordagens e novas fontes: códigos de leis, testamentos, inventários, ofícios, documentos de polícia, requerimentos, relatórios, processos de divórcios. Tais abordagens promoveram o tema de gênero, muito bem explorado pelas autoras, que buscaram encontrar brechas para compreender o universo feminino do século XIX e observar os meandros que marcaram as relações entre homens e mulheres, dando novas interpretações aos estudos que até então atestavam a submissão feminina.

45 SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. Op.cit. p.110.

46 DIAS, Maria Odila da Silva. **Cotidiano e poder: em São Paulo no século XIX**. Ed. 2º. São Paulo: Brasiliense, 1995. Op.cit. p.35.

na faixa dos vinte e poucos anos na sociedade paulistana era substancial<sup>47</sup>.

As mulheres viúvas dispunham dos mesmos privilégios que as mulheres casadas, pois, mesmo após a morte do marido, mantinham seus direitos, desde que tais uniões fossem reconhecidas pela Igreja e pelo Estado. Mas, se desejassem casar novamente, corriam o risco de perderem a guarda de seus filhos e não tinham a segunda união reconhecida oficialmente, a menos que o primeiro matrimônio tivesse sido anulado<sup>48</sup>.

Nos casos de divórcio, observava-se que as senhoras continuavam com seus privilégios assegurados, já que estas ficavam com metade dos pertences dos ex-maridos. De acordo com o processo de divórcio, a separação deveria ser dos corpos e dos bens, desta forma, se a mulher não achasse justa a partilha, poderia recorrer, até que as partes concordassem com a divisão. Segundo Samara, a possibilidade do divórcio era um elemento que indicava a insubmissão feminina, aspecto que poderia ser observado indiscriminadamente em todas camadas sociais. Veridiana, presidente da sociedade Redentora, estava entre essas mulheres, divorciou-se em 1877<sup>49</sup>.

As mulheres não foram impedidas de terem uma vida social ativa, ainda que não pudessem desempenhar funções públicas, solicitar tutela de crianças, ou ainda servir de testemunhas em testamentos.

A loja América, na ocasião da instalação da sociedade Redentora, destacou a importância das senhoras nas ações antiescravistas:

Nós confiamos plenamente na dedicação das senhoras de São Paulo e nas habilitações das que compõe o diretório, e por isso nutrimos larga esperança de que tão bella instituição hade florir e prosperar, para ventura das miseras creanças que dahi vão receber uma segunda vida como o baptismo da liberdade, e para a honra das senhoras, que de tal arte engrandecer-se-hão aos olhos do paiz engrandecendo a província.<sup>50</sup>

O predomínio de famílias sem a presença masculina na sociedade paulistana ampliava a área de influência feminina, que se expandia desde fins de século XVIII, até que, em 1830, o número de mulheres superasse o de homens<sup>51</sup>. No trecho abaixo os

47 DIAS, Maria Odila da Silva. **Cotidiano e poder**. Op.cit. p.60.

48 SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. Op.cit. p. 107.

49 SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres brasileiras: direitos e alternativas em sociedades patriarcais séculos XVIII E XIX. In: *IX Jornadas de investigacion interdisciplinar sobre La mujer*, Madrid Universidad Autonoma, p. 39-52. 1993.

50 *Correio Paulistano* 12 de julho de 1870.

51 SAMARA, Eni de Mesquita. Mercado de trabalho, gênero e família no Brasil (1836-1996). In: *Revista da*

membros da loja América convocam as mulheres a participarem da Redentora:

Os membros da comissão incumbida pela loja America de convidar as senhoras residentes na capital para a fundação d'aquella sociedade continuam a encontrar entusiastico assentimento na máxima parte das senhoras com que se hão entendido. O número das adherencias mais e mais avulta. Esta generosidade elevação de sentimentos com que sabem as senhoras de São Paulo honrar a si mesmas, honrando a província e o século [...] <sup>52</sup>.

O artigo publicado pela loja América, acima transcrito, reconhecia as imposições sociais a que as mulheres estavam submetidas e admitia que a participação das senhoras na sociedade Redentora seria mais uma frente de batalha erguida contra a escravidão.

A presença de organizações emancipacionistas na cidade de São Paulo, entre as décadas de 1850 e 1860, reforçam a reflexão de Elciene Azevedo sobre a necessidade de repensar e matizar a periodização sobre as fases da abolição, incorporada largamente pelos pesquisadores do tema.

### Fontes

Correio Paulistano (1857-1870-1871)

O' Ipiranga (1869)

FONTE: <[HTTP://www.américa.org,br/](http://www.américa.org.br/)> Acesso em: 25 de agosto de 2010.

### Referência Bibliográfica

AMARAL, Antonio B., **Dicionário de História de São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo. Coleção Paulística. Vol.XIX. São Paulo: Governo do Estado, 1980.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos**: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

BARROS, Maria Paes de. **No tempo de Dantes**. 2º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

CÂMARA, Nelson. **O advogado dos escravos**: Luiz Gama. São Paulo: Lettera.doc, 2010.

CASTELLANI, José e FERREIRA, Cláudio. **A Amizade**: a primeira Loja Maçônica na História de São Paulo (1832-1996). 1º Ed. São Paulo: Editora Amizade. 1996.

---

*Biblioteca Mario de Andrade*. Secretaria Municipal. São Paulo. vol.57. jan/dez. p.55-64. 1999. p.57.

52 *Correio Paulistano*, 10 de abril de 1870.

- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.
- DIAS, Maria Odila da Silva. **Cotidiano e poder: em São Paulo no século XIX. Ed. 2º**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FONTES, Alice A. B., **A Prática Abolicionista em São Paulo: os Caifases (1882-1888)**. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1976.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Crise do regime. In: *O Brasil Monárquico: do Império à República*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. Vol. 5. Tomo II.p.6-20. 1972.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. **Higienópolis: grandeza e decadência de um bairro paulistano**. Prefeitura do Município de São Paulo/ Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, 1980.
- Obras Completas de Rui Barbosa. vol. I 1865-1871. Tomo I. Primeiros Trabalhos. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1951. Prefácio e organização de Antonio Gontijo de Carvalho.
- ROSEMBERG, André. **Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Departamento de História: Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2008.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres brasileiras: direitos e alternativas em sociedades patriarcais séculos XVIII E XIX. In: *IX Jornadas de investigacion interdisciplinar sobre La mujer*, Madrid Universidad Autonoma, p. 39-52. 1993.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Mercado de trabalho, gênero e família no Brasil (1836-1996). In: *Revista da Biblioteca Mario de Andrade*. Secretaria Municipal. São Paulo. vol.57. jan/dez. p.55-64, 1999.
- VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a história da academia de São Paulo**. Livraria Acadêmica/Largo do ouvidor. São Paulo: Saraiva. Vol. I, 1924.

## **Padre Daniel Pedro Marques de Oliveira: racialização e conflito na Província do Amazonas – 1850 -1889**

Tenner Inauhiny de Abreu<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende abordar questões referentes ao processo de racialização em torno do personagem do padre “pardo” Daniel Pedro Marques de Oliveira, que durante a década de 1870 foi deputado Provincial no Amazonas. Fato este que não o livrou do preconceito arraigado contra os ex-escravos e libertos, em uma sociedade marcada por hierarquias sociais.

**Palavras- chaves:** raça, racialização e escravidão.

**Abstract:** This article intends to address issues relating to the process of racialization around the character of the priest Daniel Pedro Marques de Oliveira, that during the decade of 1870 was Provincial Deputy in the Amazon, not the rid of deep-rooted prejudice against the former slaves and free blacks in a society marked by social hierarchies.

**Keywords:** race, slavery and racialization

### **Introdução**

Durante muito tempo a história contada nos bancos escolares e nos livros (didáticos ou não) silenciou de maneira sepulcral a respeito da presença ou mesmo da contribuição da África e seus descendentes no Amazonas à época do Império. Paira sobre a trajetória de homens e mulheres negros da região uma poderosa (e arraigada) força discriminatória que oculta a importância das culturas africanas para a formação política e social da sociedade amazonense. Estas curtas páginas se propõem a lembrar o que a muitos interessa esquecer: a inegável presença e influência de africanos e seus descendentes na formação da sociedade amazonense.

Começamos pelo ilustre e desconhecido deputado provincial, Daniel Pedro Marques de Oliveira. Homem negro, cuja trajetória se pautou pela proteção a fugitivos do cativo, pela denúncia de escravocratas violentos, pelo incentivo à emancipação, e por inúmeras depreciações de cunho racial sofridas durante sua vida pública. Como é notório, vale ressaltar que a presença africana na Amazônia está ligada ao drama da escravidão e do infame comércio de almas que se inicia no século XVII e atinge o século XIX. Entretanto, a população negra do Amazonas não era formada apenas por escravizados. Na segunda metade do século XIX, por exemplo, mais de 80% de

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Estadual do Amazonas.

homens e mulheres negros da província eram livres (entre nascidos livres e alforriados). Dentre estes, estava o vigário Daniel, padre e professor de primeiras letras na Vila de Silves.

### **O caso do padre pardo**

Em janeiro de 1874, o padre Daniel Pedro Marques de Oliveira denunciou ao Presidente da Província, que a mulata Benedita, liberta desde agosto de 1873, estava sendo mantida irregularmente como cativa na Vila de Silves, por um homem chamado João Roiz Terço. Benedita é descrita pelo padre como “mulata” e “infeliz brasileira”. Portanto, aos olhos do sacerdote, ele estava defendendo os direitos de uma cidadã. Daí que ele descreva a situação irregular perante a lei como zombaria, e afirma que a mulata sofria tratamento bárbaro pelo seu algoz, caracterizado como homem violento e de péssimos precedentes. O texto faz alusão à carta de alforria da mulata, conforme veremos a seguir.

(...) Pela inclusa carta de alforria, verá V.Exa. que **a mulata Benedita é liberta desde 30 de Agosto de 1873. Sendo, porém, público e notório nesta vila, que essa infeliz continua a viver até esta data debaixo de um cruel cativo, sofrendo que diariamente (?) os mais bárbaros tratamentos de João Roiz Terço<sup>2</sup>,** homem de gênio violento e de péssimos precedentes; que, por vezes, tem aqui zombado da lei e da autoridade, recorro à V. Exa., **rogando-lhe se sirva garantir a liberdade dessa infeliz brasileira.** Levando este fato ao conhecimento de V. Exa., creio que cumpro um dever inerente ao meu ministério, qual o de proteger os infelizes e desvalidos, máxime os que estão confiados à minha jurisdição espiritual. (...). (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – Livro de Ofícios remetidos pela Câmara Municipal de Vila Bela, 1873)

Como podemos observar no texto acima, para padre Daniel, ao denunciar as sevícias cometidas contra a liberta Benedita, estava apenas “*cumprindo um dever inerente ao seu ministério*”, de “*proteger os desvalidos e os infelizes.*” Este era o papel do clérigo? Ou sua “jurisdição espiritual” se confundia com sua atuação política?

Esta não era a primeira nem a última vez que o dito padre Daniel estaria envolvido em questões polêmicas. Pardo, livre, acusado de diversos crimes, teve forte presença no cenário político da Vila de Silves, sendo virulentamente perseguido pelos seus adversários

---

2 As partes em negrito nesta e nas próximas citações são grifo nosso.

políticos, por conta de sua condição (liberto) e sua cor (pardo).

Em 1863, existiu uma eleição anulada por sua participação na mesa eleitoral. Em 1870, ele terminou a eleição provincial empatado em número de votos com Thomaz Luiz Simpson (31 no total) e quase assume o posto de deputado após a anulação da eleição de José Bernardo Michilles. Só não assumiu porque o substituto de Michilles foi escolhido por sorteio. (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS DE 1870-1871. Manáos: Impresso na Typographia Industrial, p. 02-04, 1882)

Finalmente, em março de 1872, após mais de uma década de acirradas lutas, o sacerdote chega ao então posto de deputado da assembleia provincial. (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS DE 1870-1871. Manáos: Impresso na Typographia Industrial, p. 02-04, 1882)

Estamos, portanto, diante de uma personagem que durante quase uma década esteve no centro das disputas políticas do período provincial no Amazonas, carregando consigo o peso da condição de liberto e as marcas de sua origem.

Foi uma trajetória política difícil. Em fevereiro de 1859, por exemplo, o *Jornal Estrella do Amazonas* noticia a prisão do sacerdote por agressão a uma autoridade:

No dia 15 – **De ordem do sr. Dr. Chefe de policia o vigário da Villa de Silves, Daniel Pedro Marques de Oliveira e o alferes da guarda nacional Fidelles Alves da Costa, pronunciados pelo espancamento do ex subdelegado da mesma Villa Olimpio da Costa dos Santos por perjúrio** (ESTRELLA DO AMAZONAS 9 de fevereiro de 1859)

Este foi o fato de origem que foi utilizado inclusive para o impedimento da participação de padre Daniel nas eleições provinciais, em 1863. Foi então solicitado o voto em separado do sacerdote, por conta do processo em que estava envolvido motivado pela suposta agressão ao sub-delegado de Silves. Por isto, a mesa eleitoral então recebera um requerimento solicitando o voto em separado do padre, sob alegação de que ele estava sendo processado, o que suspenderia seus direitos políticos. Meses depois o padre seria absolvido das acusações:

A QUINZENA. – Manáos 9 de Janeiro (...) Domingo procedeo-se a eleição dos 8 membros e 4 suplentes d’Assemblea Legislativa Provincial, que devo dar o circulo d’esta Capital, sahindo eleitos os Deputados os Snres. Custodio Pires Garcia, Manoel Rodrigues Checks Nina, Vicente Alves da Silva, Dr. Jose Antonio de Freitas Junior, **Padre Daniel Pedro Marques d’Oliveira**, Joaquim Firmino Xavier, José de Carvalho Serzedello, e Francisco Antonio Monteiro Tapajos, que obtiverão maioria de votos na respectiva eleição; e Supplentes os Snres. Padre Manoel Lucupertino Salgado, Francisco de Paula Bello, e Manoel da Silva Ramos. A eleição ocorreo calma e sem a menor intervenção da autoridade, dando-se apenas uma pequena irregularidade de **Um dos Eleitores requereo em termos que o voto do Eleitor Padre Daniel fosse tomado em separado, visto como está elle sujeito aos efeitos de uma pronuncia em cauza crime, e por tanto suspenso dos direitos políticos.** Este requerimento porem, que tinha por fim arredar da eleição toda e qualquer ilegalidade e no qual devia votar todo o Collegio Eleitoral, **foi peremptoriamente decidido pela Meza, que o dito Eleitor votasse englobadamente com os outros.** (ESTRELLA DO AMAZONAS, 11 de janeiro de 1860)

Pozza Neto (2011, p. 80)<sup>3</sup> estudou do crescimento do movimento emancipacionista na Província do Amazonas, entre as décadas de 1850 e 1870. Neste contexto, padre Daniel parece ter tido um papel de destaque no cenário político contra os interesses escravocratas. Foi inclusive acusado de acoitar escravos em fuga.

Em 21 de março de 1860 o jornal *Estrella do Amazonas* noticia fato curioso a respeito do acoitamento de 8 escravos na Vila de Silves. De acordo com a notícia, autoridades da Vila estavam envolvidas no caso:

Denunciados como escravos 8 individuos, que na villa de Silves acoutados escarnecião da lei e zombavão de direito de propriedade servião até cargos públicos; um de porteiro da Camara Municipal e outro de cabo de trabalhadores. (ESTRELLA DO AMAZONAS 21 de março de 1860.)

Interessante é que os escravos acoitados serviam como funcionários públicos na localidade, evidentemente com a “vista grossa” de autoridades locais:

**O subdelegado e o commandante de trabalhadores, e o presidente da câmara são indigitados como protectores desses escravos, em consequência do que forão imediatamente demitidos os primeiros, a bem do serviço publico, e consta que o dr Chefe de Policia do Pará para averiguar o factu do acoutamento.**

---

3 Dos dados coletados a respeito das alforrias na Província do Amazonas o autor afirma que o número de concessão de alforrias se concentra particularmente na década de 1870.

(JORNAL ESTRELLA DO AMAZONAS 21 de março de 1860).

De acordo com o noticiado no jornal, foram capturados na Vila de Silves sete dos oito escravos fugidos, dentre eles uma escrava parda de nome Ignez com seus cinco filhos. Em conformidade com a nota, estes eram escravos de um proprietário paraense de nome Amanajás. O acoitamento gerou a destituição das autoridades envolvidas no fato.

Voltemos à história do padre Daniel. Ele nasceu em 28 de março de 1828, na cidade do Pará (Belém), filho de Anna Joaquina, mulata, que era escrava de seu pai José da Costa Albernaz. Daniel teria sido liberto na pia batismal, de acordo com suas alegações.

Mas tal trajetória é polêmica. Uma fonte de informações importante é o texto seguinte do jornal *O Catechista*, que busca desconstruir a argumentação do padre:

O novo testamento, diz-nos o Rvm, proclama todos os homens livres, **“logo sou livre”!**. He verdade quanto ao que diz o Evangelho; mas esta verdade, e a consequência que tira estão em flagrante contradição com os factos no brasil nem todos são livres e prova está para si, mais que patente pois que nos confessa no seu granzel que sua mãe era escrava de José da Costa Albernaz, nos seguintes arrancos d’uma confissão pungente: **meo presadissimo pae único que, na terra PODE chamar-se senhor de minha idolatrada mãe ...**

Logo a citação nada vem ao caso e me nos a consequência; pois que apesar do Novo Testamento, proclamar todos os homens livres, **a mãe do Rvm, Sr. Daniel era escrava.** (O CATECHISTA, 12 de janeiro de 1863.)

Seja como for, talvez esta origem tenha sido o fato que tenha despertado tanto o ódio por parte de seus adversários, que tentaram desqualificar seus discursos e ações políticas. As querelas presentes nas páginas dos jornais ultrapassam as disputas entre interesses políticos diferenciados, ganhando conotação de ódio racial e preconceito contra a condição e a cor do padre Daniel.

Ao buscar atacá-lo politicamente, as autoridades veiculavam pelos jornais, acusações e impropérios que deixam transparecer de que maneira a elite governante da época via os libertos, os não brancos. Sem dúvida, é uma mostra de como as experiências do cativo marcavam profundamente uma sociedade rigidamente estratificada e

hierarquizada, em que a cor se configurava como um dos aspectos discriminatórios mais poderosos.

O certo é que, a partir de 1863, o padre Daniel Marques de Oliveira esteve no centro das disputas políticas da província do Amazonas. Como dito, as eleições foram anuladas por conta de sua presença na mesa eleitoral. Era um fato proibido pelas leis imperiais, que restringiam os direitos dos libertos ao exercício do voto, pois os mesmos não podiam ser candidatos. Um ex-escravo como ele, portanto, não poderia exercer o comando da mesa eleitoral, muito menos ser candidato.

O jornal *O Catechista* publicou o assento de batismo do padre visando comprovar a sua condição de ex-escravo. O objetivo era restringir os direitos de participação política deste, por conta de sua origem:

(...) [Certidão] – Certifico que revendo o Livro decimo septimo de assentos de batismo da freguesia da Sé nelle a folhas uma até verso se acha o assento seguinte – Aos dez dias de Maio de 1830 annos, nesta cidade do Pará em a câmara Ecclesiastica me foi apresentada uma peticao de José da Costa Albernaz, em seu seguimento uma certidão do Theor seguinte. – No dia vinte e oito de março de mil oitocentos e vinte oito nesta capella de Nossa Senhora da Estrella da fazenda de Pernambuco, **baptisei solememente e puz os Santos Oleos ao inocente Daniel filho natural de Anna Joaquina, mulata ESCRAVA de José da Costa Albernaz, (...).** (O CATECHISTA, 5 de dezembro de 1863)

O articulista do jornal *Catechista* defende seu ponto de vista a respeito das alegações de que o padre era liberto ou mesmo escravo afirmando que: “*Difficil é a situação do jornalista imparcial, quando forçado pelo dever discute um acto publico, e vê-se depois de frente para sustentar suas opiniões com uma questão pessoal, e odiosa. Tal é nossa actual situação.*” (O CATECHISTA, 12 de dezembro de 1863)

A visão de imparcialidade tinha duplo objetivo. Em primeiro lugar, convencer o leitor da veracidade dos fatos narrados. Secundariamente, esconder a vinculação de interesses expostos nas colunas dos jornais da época.

Sidney Chalhoub em *Trabalho, Lar e Botequim* faz inclusive alusão à forma como as notícias eram produzidas no período. Referindo-se a Lima Barreto, afirma que, em alguns casos, era absolutamente corriqueiro entre os articulistas o uso da criatividade e a

invenção dos fatos (maior floreio) principalmente nas chamadas das notícias.

No caso do *Jornal Catechista*, o articulista reitera sua posição, alegando que o padre Daniel, embora oficialmente liberto, “se sinta escravo”:

Sua Rvma. Porem, pela Estrella no. 795 de 2 do corrente, accusa-nos de libellista, o porque isto dicemos e tentando destruir nossa asseveração de seo **estado liberto**, cego apaixonado e mostrado sua ignorância, **confessa se sentia escravo!** (O CATECHISTA, 12 de dezembro de 1863).

A ideia da imparcialidade do jornalista e, portanto, da suposta neutralidade da matéria publicada em si, em verdade defendia o ponto de vista do próprio jornal. Ou seja, a tentativa de convencer o leitor de que as eleições da Província do Amazonas daquele ano de 1863 deveriam ser anuladas devido à condição de liberto padre Daniel (ex-escravo, pardo):

Em o no. 83, discutindo **as nulidades insanáveis das eleições** porque passamos à pouco, **fomos levados a mostrar entre outras causas, o ter sido o collegio da capital presidido por um liberto.** Esse liberto, que apontamos então é o sr. Padre Daniel Pedro Marques de Oliveira. (O CATECHISTA, 12 de dezembro de 1863)

Este por sua vez, ao tentar se defender das acusações que sofria (a tentativa de impedimento da sua participação nas eleições provinciais), usou também os jornais para responder as acusações sofridas. Citando trechos das ordenações Filipinas e citações do Novo Testamento alega ser cidadão livre:

A ordenação [Liv. 4 Tit. 92 pr. e Reper] nosso direito pátrio civil proclama que o filho que o homem solteiro peão houver de alguma escrava sua he livre e lhe sucede na herança: eu succedi na herança de José da Costa Albernaz, senhor de minha mãe logo sou livre. (O CATECHISTA, 12 de dezembro de 1863)

Mas as acusações continuavam no jornal *O Catechista*:

O Rvm. **escravo** se não provar com documento que foi alforriado, ou não nos mostrar que o tribunal para o qual tentou

ação de prescrição o considerou *liberto*. O Rvm. jamais pode ser **livre** na expressão da lei, na sua letra clara. Porquanto ficou provado (...) ter nascido de ventre escravo: e a lei diz claramente que só pode gozar de liberdade, **se alcançar alforria**. (...) O Rvm. **o mais que pode subir na escala social é a camada dos LIBERTOS** (O CATECHISTA, 12 de dezembro de 1863)

A impossibilidade de subir na escala social, imposta ao padre Daniel, está presente no texto acima. Ele expõe a visão que se tinha a respeito dos grupos ligados aos escravos e ex-escravos. Neste caso, a condição intermediária destes, por sua origem. O escravo jamais seria um cidadão. Seria no máximo um liberto. E por isso mesmo com restrições à sua cidadania.

Há na história do padre Daniel uma série de aspectos importantes que revelam como a questão racial é manejada nos debates jornalísticos, que utilizavam sua “condição” social e cor (por vezes descrito como pardo e liberto, por vezes como preto e escravo) para deslegitimar seus discursos e ações. Para seus “inimigos políticos”, ele seria para sempre um ex-escravo.

Pode-se observar outro exemplo disto no jornal *Estrella do Amazonas* em Agosto de 1860, quando este publicou uma nota assinada pelo então escrivão Manoel do Nascimento Figueira, acusando o referido padre de querer ampliar sua atuação para além dos assuntos eclesiásticos. A nota do jornal é bem enfática ao retratar tanto a visão negativa a respeito da origem étnica deste (atacando a sua índole e faz alusão à cor da sua pele). Chega a ameaçá-lo diretamente a cadeia e ao açoite:

**O padre mestre não se contenta com o campo de sua parochia para fumentar a desordem, quer campo maior** e achou que eu devia servir-lhe de pasto a sua loquacidade. Enganou-se completamente por que estou disposto a não despor mais de minha dignidade para dar troço a semelhante besta, a menos que não tire a mascara e appareça a peito descoberto, por que quero metel-o ainda uma vez na cadêa; ouviu padre mestre? Si esta lição, padre mestre, não vos serve ainda, então convencerás ao publico sensato, **que só vergalho é que vos pode indireitar; mas qual! Preto quando não suja, tisna.** (ESTRELLA DO AMAZONAS, 25 de agosto de 1860).

A ameaça é evidente: “*só vergalho pode endireitar o padre*”. Logo depois o

preconceito toma conta das páginas do jornal: “*preto quando não suja, tisna*”! A presença de tais ofensas e ameaças mostra que a luta virulenta contra as ações políticas do sacerdote ultrapassam os posicionamentos políticos. Recaiam no campo do preconceito de raça, particularmente àquele presente no século XIX, em que a inferioridade dos negros era reforçada por sua suposta impossibilidade de alcançar à civilização pelas experiências do cativo.

No mesmo mês e ano, o jornal *Estrella do Amazonas* volta a ameaçar o padre Daniel com acusações sérias. Afirma, categoricamente, que ele era o “*evangelista do deboche e da prostituição*”. Ademais, aludindo ao fato dele lecionar para jovens, acusam-no de aliciar suas alunas, mulheres casadas e jovens inocentes (se aproveitando de sua condição de padre e professor) e de ter falsificado a carta de alforria de sua mãe para poder conseguir sua ordenação:

**O padre mestre de Silves é o evangelista do deboche e da prostituição**, solicita intra e extra confissões as mulheres casadas, solteiras e donzelas, e como prova cita-se d. Inácia, as menores que por suas artimanhas estiveram depositadas em sua casa aos seus desejos, e as meninas que (coitadinhas!) iam a sua casa a título de aprenderem a ler, beber o veneno da imoralidade (...) mandou chibatar e por em ferros um cidadão mais livre do que ele; conseguiu por suas astucias do tabelião João Corrêa registrar no seu cartório uma carta de liberdade, da preta f. sua mãe por ocasião de ser preterido em sua ordenação em consequência de ex defectu liberdatis (...). (ESTRELLA DO AMAZONAS, 22 de agosto de 1860).

Apesar da gravidade de tais acusações, elas não impediram o padre Daniel de conseguir a abertura de uma escola em Silves, em novembro do mesmo ano. Algo que se pode observar do próprio jornal *Estrella do Amazonas*:

De Daniel Pedro Marques de Oliveira [Vigário Collado da Vila de Silves], pedindo permissão para abrir uma escola na freguezia de Silves, de grammatica latina, Franceza, retorica, e Philosophia racional. – Concedo a authorização requerida. Passe-se o competente titulo. (ESTRELLA DO AMAZONAS, 28 de novembro de 1860.).

A série de notas do jornal *Estrella do Amazonas* fazem ainda menção a supostos furtos que este terá feito de imagens e relíquias da igreja em que ele trabalhava<sup>4</sup>:

(...) **furtou 200\$ rs. dos cofres dos pontificaes, quando encarregado dessa repartição na sé do Pará; furtou segundo a participação do juiz de paz as joias das Imagens das igrejas de Silves e Jatapú finalmente, tem sido submettido a 3 ou 4 processos e prezo pelas suas altas virtudes.** Tudo isto é meramente hypothetico, mas que o respeitável publico, caprichoso como é, pode converter, querendo, em verdades mathematicas. (ESTRELLA DO AMAZONAS, 22 de agosto de 1860).

Notemos a partir da citação acima que o próprio texto do jornal afirma que todas estas acusações são meramente hipotéticas. Mas não se deixa de destacá-las, dizendo que o próprio público, caprichoso como é, pode convertê-las em “verdade matemática”.

No mesmo contexto, na crônica *A Quinzena*, o padre é retratado como “pescador de águas turvas”, que teria por interesse transtornar a sociedade:

### **A Quinzena**

Manãos 24 de agosto de 1860

Todo corre placidamente; **apenas um ou outro pescador d'aguas turvas** trabalha com afan por transtornar este estado lisongeiro

Mas temos fé nos brios dos amasonenses que serão em tempo repellidos, como merecem, e conhecerão que o **cabucolo do Amazonas tem nas suas flexas e fructos silvestres** todos os elementos para resistirem a imposições de **intruzos**, que não teem o menor direito de intervir na direção de sua sorte. (...). (ESTRELLA DO AMAZONAS, 24 de agosto de 1860.)

O objetivo é mais uma vez questionar a intervenção do padre em assuntos diversos na comunidade de Silves. “O pescador de águas turvas” seria uma alusão a seu caráter? A sua cor da pele? Ou ambos? Importante frisar que o texto encerra-se afirmando que de este não teria direito de interferir na sorte do “caboclo do Amazonas”. Notemos aí a presença da

---

4 O Jornal *Estrella do Amazonas* de 24 de março de 1860 solicita o envio da copia do processo que absolvía o Padre Daniel de uma destas acusações: “*Ao juiz de direito interino da commarca da capital, determinando-lhe que envie com a possivel brevidade copia authentica da sentença proferida contra o vigario da villa de Silves Daniel Pedro Marques de Oliveira, no processo que foi submettido ao jury na 2ª sessão do anno passado, bem como a da absolvição em consequencia da decisão do jury*”. O mesmo jornal em agosto ignora absolvição do sacerdote em uma das acusações.

visão do caboclo e a sua condição e herança da cultura indígena vista como oposta a civilização. Neste sentido, a referência estereotipada à cultura material (portar flechas e comer frutos silvestres) mostra também o preconceito contra os indígenas da época.

As imposições de um “intruso” referem-se ao fato do padre Daniel ser de fora da Província, nascido como vimos em Belém, no final da década de 1820. Assim, o artigo acima demonstra a preocupação acerca da atuação política dele, pois este se utilizaria, segundo esta visão, de sua posição para intervir na vida da sociedade amazonense. O sacerdote é caracterizado negativamente, e a forma como é definido sempre alude ao fato de ser liberto, escravo e/ou preto, de acordo com o teor dos textos.

Novamente, no jornal *Estrella do Amazonas* de 20 de junho de 1860 aparece tanto a preocupação quanto ao peso político do padre Daniel - comparado a um “dedo de gigante” -, quanto a sua origem racial: cara branca e língua preta. O texto retoma a ideia de que ele buscava ardis para mascarar sua condição de liberto, utilizando-se de sua posição de padre para gozar dos privilégios de cidadão livre:

Fazemos este pedido não por que não conheçamos pelo dedo o gigante, que (...) tem até hoje, por uma tolerância imperdoável, gozado dos foros de cidadão livre; mas por que queremos ter o prazer de ver a cara branca do - Silviense - e língua preta. (ESTRELLA DO AMAZONAS, 20 de junho de 1860.)

No mesmo jornal, também se retoma a afirmação de que o padre esconderia sua origem e atuaria de maneira criminosa. O que fica evidente quando se alude, mais uma vez, a sua condição “dúbia”: escravo ou liberto?

Rogo-lhe que **tire a máscara**, saia dos bastidores e acuse-me a peito descoberto sob pena de ser tido **por criminoso escravo ou liberto**, que teme a ação da justiça, a que chama perseguição – escravidão – e prepotência o que não podendo defender os **seus parceiros escravos**, que naquela vila gozavam dos foros de cidadãos. (ESTRELLA DO AMAZONAS, 20 de junho de 1860.)

Ademais, vê-se a acusação de que este era um acoitador de escravos. No texto, os escravos são seus “parceiros”. Afinal, ambos buscariam gozar da posição de cidadãos,

escondendo sua origem e condição.

Por outro lado, em diversas passagens dos jornais os artigos relembra-se a condição de “preta” e escrava da mãe do padre Daniel, mesmo que nos documentos oficiais ela seja descrita como “mulata”. Aqui não importa a cor da pele e sim a vinculação a raça, biologicamente falando. Do mesmo modo, como vimos, a própria condição do referido padre é assinalada de maneira dúbia, ora liberto, ora escravo, pardo, preto.

Aqui recorreremos às colocações de Serge Gruzinski acerca da mestiçagem, quando este afirma que:

as relações entre vencedores e vencidos também assumiram forma de mestiçagens, alterando os limites que as novas autoridades procuravam manter entre as duas populações. Desde os primeiros tempos, a mestiçagem biológica, isto é, a mistura de corpos – quase sempre acompanhada pela mestiçagem de práticas e crenças – introduziu um novo elemento perturbador (...) Estupros, concubinagens, mais raramente casamentos, geraram uma população de tipo novo, de estatuto indefinido – os mestiços, a respeito dos quais não se sabia muito bem se deveriam ser integrados ao universo espanhol ou às comunidades indígenas (...) **Por todas essas razões, índios negros e espanhóis tiveram de inventar, dia após dia, modos de convívio ou, especialmente os primeiros, soluções de sobrevivência.** (GRUZINSKI, 2001, p. 78)

Para Gruzinski, a mestiçagem ocorrida em tempos coloniais por conta do choque da conquista se inscreveu numa fase de expansão da Europa (fortemente marcada pela hibridação biológica, no caso da Península Ibérica) e num contexto de colonização. Ambos os fatores impedem que a mestiçagem americana seja reduzida a um fenômeno cultural. Mais a frente o autor esclarece: “*Em geral, as mestiçagens dos tempos modernos dão-se em águas turvas, em leitos de identidade quebradas.*” (GRUZINSKI, 2001, p. 64)

Nos primórdios da colonização, de acordo com Gruzinski, os mestiços não tinham lugar – do ponto de vista jurídico - na nova sociedade oriunda do processo de conquista, na medida em que esta se encontrava dividida entre uma “república dos índios” e uma república dos espanhóis”. Tais mestiços eram frutos da hibridação de negros e espanhóis ou negros e índios.

A visão conjuntural desse processo por Gruzinski nós é útil para analisar a

sociedade amazonense do século XIX, pois muitas ideias e conflitos que envolvem os atores ali envolvidos ainda estão em processo de mutação.

O choque da Conquista, conforme assinala o autor, obrigou os grupos distintos que formavam a sociedade da América espanhola a se adaptarem ao que o autor classifica como universos fragmentados e fraturados, vivendo em situações precárias, instáveis e imprevisíveis. Afirma que o intercâmbio entre estes grupos era quase sempre rudimentar e conclui: “*Estas características marcaram fortemente as condições em que se desenvolveram as mestiçagens da América espanhola, criando, em todos os sentidos da palavra, um ambiente caótico, sensível à menor perturbação.*” (GRUZINSKI, 2001, p. 64)

### **Considerações finais**

Sobre o padre Daniel há muito mais para dizer. De início, é preciso salientar o fato de que se trata do primeiro negro de origem escrava a ocupar o cargo de deputado provincial e, tempos depois, de vice-presidente da Assembleia do Amazonas, nas legislaturas de 1876-77. Desconhecemos caso semelhante em todo o Império Brasileiro.

Mais do que isso, o que contamos aqui de sua história é suficiente para lembrar algo importante: a densidade histórica de um passado recente vivido pela sociedade amazonense, pautada pela discriminação em bases raciais. Apesar da grande influência em Silves, aliado às principais autoridades daquela localidade, Daniel sofreu forte oposição das elites políticas, sobretudo de Manaus, quando este tentava ampliar sua esfera de atuação política. No cerne das acusações e desqualificações que sofreu estava a cor de sua pele e o fato de ter sido escravo, ainda que libertado na pia batismal.

Neste sentido, dizia o editor do jornal *Catechista*: “*no Brasil o fato é que nem todos são livres*”. Vale acrescentar: muitos, inclusive, viviam num cativeiro ilegal. Também não ajudou o argumento de que fora libertado no ato do batismo. Ainda restava o preconceito de cor. Como sugeria uma das crônicas jornalísticas citadas, ser negro no Amazonas significava possuir uma mancha inextirpável. Implicava, por outro lado, a definição de uma identidade estrangeira para os de origem africana, os tais “intrusos”. Eram discursos que buscavam marginalizar (e silenciar) negros e negras da vida pública e de outros “assuntos amazonenses”.

## **Referências Bibliográficas**

### **Fontes Impressas:**

1 **Jornais: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – CENDAP/Acervo de Microfilmes** - Estrela do Amazonas (1859-1860); O Catechista (1863)

### **2 Falas e Relatórios:**

Arquivo Público do Estado do Amazonas – Livro de Ofícios remetidos pela Câmara Municipal de Vila Bela 1873

### **Disponível em:**

<http://brazil.crl.edu>

<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>

### **3 Anais da Assembleia Legislativa**

Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas de 1870-1871. Manáos: Impresso na Typographia Industrial, p. 02-04, 1882.

Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas do biênio 1872-1873. Manáos: Impresso na Typographia, do Amazonas, p. 02-04, 1882.

### **Disponível em:**

[http://www.aleam.gov.br/Legislacao\\_1871\\_1889/](http://www.aleam.gov.br/Legislacao_1871_1889/)

### **Bibliografia:**

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro.: Paz e Terra, 2000

IANNI, Octavio. *Raças e Classes no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1987

LARA, Silvia Hunold. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini. *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português*. São Paulo: Almeida, 2005.

LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as Cores: Representações identitárias nas Minas Gerais dos Séculos XVIII e XIX. In: *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade do trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, jul – dez. 2005.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004

MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem e identidade afro-brasileira. In: OLIVEIRA, Iolanda (org). *Relações raciais e educação: alguns determinantes*. Cadernos PENESB 1. Niterói: UFF, Intertexto, 1999.

NETO, Provino Pozza. Alforrias escravas na Província do Amazonas. In: *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém: Editora Açaí, 2011.

SCHWARCZ, Lília M. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Espectáculo da miscigenação*. *Estudos Avançados*, n. 8, vol. 20, 1994.

## **A Sociedade Geográfica Italiana e seu papel no projeto colonialista para a África, entre 1870 a 1889. Uma introdução à análise quantitativa.**

Apoena Canuto Cosenza<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Este artigo tem como objetivo apresentar uma leitura quantitativa da visão da Sociedade Geográfica Italiana (SGI) sobre a África. A SGI, desde de sua fundação, pretendeu ser uma fomentadora das políticas italianas de exploração econômica da África. Uma análise quantitativa sobre os temas dos artigos e notas divulgadas nos boletins da SGI, entre 1870 e 1889, podem ajudar a entender quais eram os interesses de parcelas da burguesia sobre o continente Africano. Ainda, permite perceber aspectos sobre como aquela sociedade influenciou (ou foi influenciada) pelas conquistas coloniais italianas.

**Palavras chaves:** Imperialismo, Sociedade Geográfica Italiana, Método quantitativo.

### **Abstract:**

This article aims to present a quantitative reading of the vision of the Italian Geographical Society (IGS) about Africa. IGS, since its foundation, intended to promote the Italian policies for economic exploitation of Africa. A quantitative analysis of the themes of the articles and notes published in the bulletins of IGS, between 1870 and 1889, may help to understand what were the interests of parcels of the bourgeoisie over Africa. Also, it allows us to see aspects of how that society influenced (or was influenced) by the italian colonial conquests.

**Key words:** Imperialism, Italian Geographical Society, Quantitative method.

### **Introdução**

O presente artigo tem o objetivo de apresentar a visão da Sociedade Geográfica Italiana (SGI) sobre a África, entendendo essa como ferramenta de construção do projeto imperialista daquele país.

Existem pesquisas quanto ao papel das Sociedades Geográficas como construtoras do projeto imperialista em diferentes países. Para o caso italiano, embora a bibliografia disponível seja mais escassa, há bom material de pesquisadores competentes. Sugere-se a leitura desse material para entender o papel da SGI e as características do imperialismo italiano no período de 1870 a 1889.<sup>2</sup>

---

1 Mestre em história econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

2 Para uma introdução a esses temas, ler: SILVÉRIO, Valter Roberto (coordenador) História Geral da África, vol VI. Brasília: Unesco, 2010; TATE, H.R. The Italian Colonial Empire. Journal of the Royal African Society, Vol. 40, No. 159 (Apr., 1941), pp. 146-158; MALVEZZI, Aldobrandino. Italian Colonies and Colonial. Journal of the Royal Institute of International Affairs, Vol. 6, No. 4 (Jul., 1927), pp.233-245; TRIPODI, Paolo. Colonial Legacy in Somalia :

A Sociedade Geográfica Italiana (SGI) foi fundada em 1867. Ela nasceu com a missão de publicar os relatos dos viajantes que exploravam o mundo, contribuindo ao conhecimento geográfico do mesmo. Mas, os sócios e organizadores da sociedade afirmavam que a SGI tinha também como intuito auxiliar a exploração econômica de diferentes regiões por parte da Itália. Isso ficava mais claro nos discursos sobre a África.

Desde seus primeiros anos, o papel de pretensa ferramenta auxiliar para a construção das políticas imperialistas italianas ficou claro. No boletim número um de 1868 foi veiculado o discurso do então presidente da SGI (Negri Cristoforo), onde foi ressaltado o papel daquela sociedade geográfica de auxiliar e incentivar à exploração econômica da África.<sup>3</sup>

No presente artigo será apresentado uma pesquisa quantitativa introdutória dos boletins da SGI. O intuito é fornecer uma noção de como parcelas da burguesia italiana viam a África e quais eram os temas de interesse ao se estudar aquele continente. No entanto, o método utilizado nem indica ao pesquisador as características concretas do colonialismo italiano, nem permite, sozinho, a compreensão das fases por que passou a Sociedade Geográfica Italiana.

A metodologia adotada para esta pesquisa foi: (1) classificou-se todos os artigos disponíveis presentes nos boletins da Sociedade Geográfica Italiana, de acordo com o tema e região sobre qual tratavam; (2) realizou-se interpolação para adquirir dados sobre os anos (1878 e 1879) que não se encontrou material disponível à época; (3) utilizou-se a ferramenta da regressão linear para o estudo estatístico dos dados coletados.

O método empregado trouxe a vantagem de revelar características não pressentidas sobre o comportamento estatístico dos artigos dos boletins da SGI. Pode-se chegar a cálculos quanto a importância relativa dos diferentes temas e regiões dentro dos boletins analisados.

No entanto, devido à forma de coleta de informação, que privilegiou a aquisição

---

Rome and Mogadishu. in: <http://site.ebrary.com/id/5001665?ppg=1>; CARAZZI, Maria. *La Società geografica italiana e l'esplorazione coloniale in Africa (1867-1900)*. Florença: La Nuova Italia, 1972. DEL BOCA, Angelo. *Gli italiani in Africa orientale: Dall'unità alla marcia su Roma*. Laterza, 1976.

<sup>3</sup> Uma análise do papel dos diferentes presidentes da SGI pode ser encontrada em: CARAZZI, Maria. *La Società geografica italiana e l'esplorazione coloniale in Africa (1867-1900)*. Florença: La Nuova Italia, 1972.

de volume de dados, foram incluídas as seções de notas dos boletins. Essa inclusão aumentou consideravelmente o peso de um dos temas<sup>4</sup> em específico, mas permitiu que se adquirissem dados relevantes, sem os quais a pesquisa estaria debilitada.

Para fins de apresentação, os resultados da pesquisa está dividido em duas seções deste artigo: *Os Boletins e as regiões da África*; e *Os Boletins e os temas dos artigos*.

### **Os Boletins e as regiões da África**

A verificação das regiões e locais sobre os quais tratavam os artigos publicados nos Boletins da Sociedade Geográfica Italiana pode ajudar a entender quais eram os locais de interesse da SGI. O simples estudo da quantidade de artigos pode não revelar todos os interesses sobre as regiões, mas é provavelmente um dos melhores pontos de partida.

Com essa finalidade, os artigos foram classificados de acordo com os países de qual tratavam, e foram posteriormente tratados estatisticamente. Na presente seção serão apresentados os (i) critérios de classificação; (ii) análise observacional dos interesses de distintas regiões; e (iii) quanto a região de maior importância, nordeste africano, serão apresentados os resultados da análise estatística mais detalhada.

Para classificação, destacou-se as localidades citadas e tratadas nos artigos. Os artigos foram classificados inicialmente pelo país a que corresponde hoje as áreas citadas. Posteriormente, realizou-se uma segunda classificação, de acordo com a região da África a qual esses países pertencem, com pequena modificação para a regionalização do continente.

Alguns artigos tratavam de mais de uma localidade. Nesses casos, deu-se prioridade para aquelas que expressavam maior número de informações no artigo. Os que não tratavam de uma região em específico, não foram classificados.

Tabela (1) – artigos por região, 1870 a 1889.

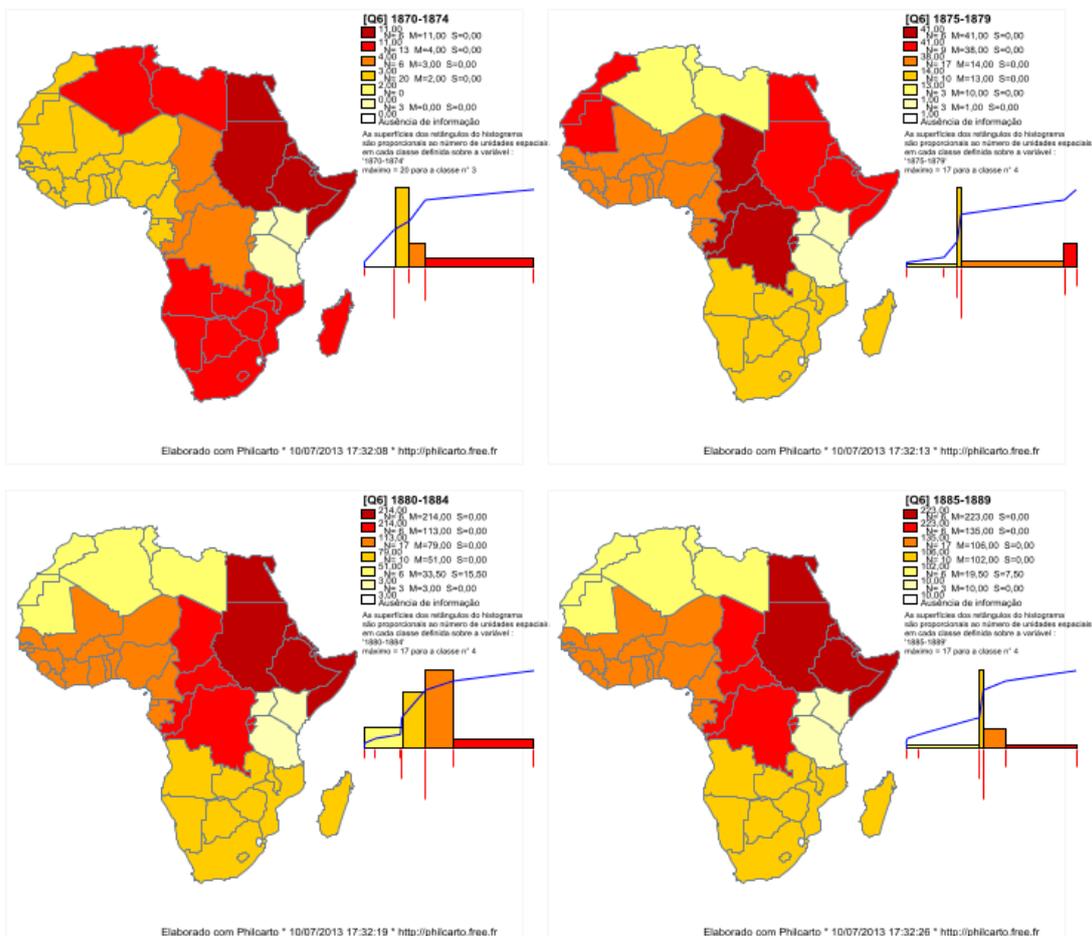
Artigos por região	
Centro	261
Leste	13
Nordeste	458

4 O tema “caminho” foi superestimado pelo método utilizado.

Noroeste	32
Norte	82
Oeste	188
Sul	162
Total	1196
Tabela de elaboração própria	

Para a realização da regionalização, dividiu-se o norte da África em três subregiões: Norte, Nordeste, e Noroeste. O “Chifre Africano” foi considerado parte da região nordeste. Essa regionalização buscou ser mais próxima das realizadas em mapas e artigos da Sociedade Geográfica Italiana, entre 1870 a 1889, fazendo-se as adequações julgadas úteis pelo pesquisador.

Conjunto de Mapas (1) - artigos por região, 1870 a 1889.



(\*mapas de elaboração própria, através do programa phillcarto.)

Os quatro mapas acima representam a quantidade de artigos sobre as diferentes regiões da África, de acordo com a divisão em regiões adotada pelo pesquisador. Os mapas estão divididos por caráter quinquenal, ou seja: o primeiro aglutina os artigos de 1870 a 1874; o segundo de 1875 a 1879; o terceiro de 1880 a 1884; o quarto de 1875 a 1879.

Com esses mapas, é possível captar possíveis características dos interesses da Sociedade Geográfica Italiana sobre distintas regiões da África ao longo do tempo. Observa-se que nos primeiros cinco anos, o principal interesse teria sido o nordeste do continente. Após este, aparecem, ambos em segundo lugar, o sul e o norte da África. Isso poderia expressar uma disputa geral por território. Dessa forma, os territórios assinalados seriam aqueles que a Itália via alguma possibilidade de exploração futura.

No segundo quinquênio, o interesse principal teria sido o centro do continente, seguido pelo nordeste e noroeste da África. De 1880 a 1884, o interesse principal parece ter voltado a ser o nordeste do continente, mas dessa vez seguido pelo centro. No último quinquênio aqui analisado, parece ter havido permanência no foco de interesse.

Diante dessa importância do nordeste africano, torna-se útil a investigação mais detalhada dos dados adquiridos na pesquisa, focando nas prioridades e interesses da Sociedade Geográfica Italiana. Foi analisado o comportamento estatístico das quantidades de artigos sobre a região nordeste e sobre os três países da região que mais foram tratados nos boletins.

Tabela (2.a) – análise de regressão dos artigos sobre a região nordeste.

Variável dependente: Nordeste variável independente: total de artigos rho = 0,549225				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
Total	0,337736	0,03594	9,3981	<0,00001
Estatísticas baseadas nos dados rô-diferenciados:				
R-quadrado	0,864941		R-quadrado ajustado	0,864941
F(1, 18)	88,3245		P-valor(F)	2,30E-08
rô	0,02763		Durbin-Watson	1,944221
Teste da normalidade dos resíduos - Hipótese nula: o erro tem distribuição normal				
Estatística de teste: Qui-quadrado(2)	15,2281			

Com p-valor	0,000493478
-------------	-------------

(\*tabela de elaboração própria através do uso dos softwares Action e Gretl.)

O que se observa na tabela acima são os resultados adquiridos na análise de um modelo de regressão linear generalizada pelo modelo AR, sem intercepto. Para a produção do modelo, os artigos sobre o nordeste da África foram considerados como variável dependente, e o total de artigos sobre a África foi tratado como variável independente. O modelo atingiu poder explicativo de oitenta e seis por cento ( $R^2$  0,865). Isso significa que oitenta e seis por cento das vezes os artigos sobre o nordeste da África apareceram de acordo com o esperado por esse modelo.

Deve-se destacar que se observou Rho de 0,55 para a equação generalizada. Isso significa que as oscilações na quantidade dos artigos sobre o nordeste da África em relação aos demais artigos sofreu impacto cumulativo de um ano para o outro. Ou seja: a alta relativa do número de artigos sobre a região tinha impacto em alta para os anos seguintes. É por essa característica que se fez necessário o modelo generalizado, ao invés do modelo de regressão linear simples.

A análise dos coeficientes da regressão permitem estimar que a região nordeste teria representado cerca de trinta e quatro por cento (33,77%) dos artigos, com margem de erro de cerca de três virgula seis (3,59) pontos percentuais. Esses dados permitem a leitura de que essa região do continente africano, que foi objeto de colonização e disputa italiana na década de 1880, teria recebido especial atenção da Sociedade Geográfica Italiana.

Tabela (2.b) – análise de regressão dos artigos sobre a região nordeste, considerando fator tempo.

Variável dependente: Nordeste				
Variáveis independentes: total de artigos sobre a África (total) e tempo (ti)				
rho = 0,524176				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
Const	1,98869	10,0413	0,1981	0,8455
Total	0,3136	0,06371	4,9222	0,00015
ti	0,14093	0,93225	0,1512	0,88173
Estatísticas baseadas nos dados rô-diferenciados:				
R-quadrado	0,86696		R-quadrado ajustado	0,85033
F(2, 16)	19,9189		P-valor(F)	4,5E-05
rô	0,01528		Durbin-Watson	1,96789

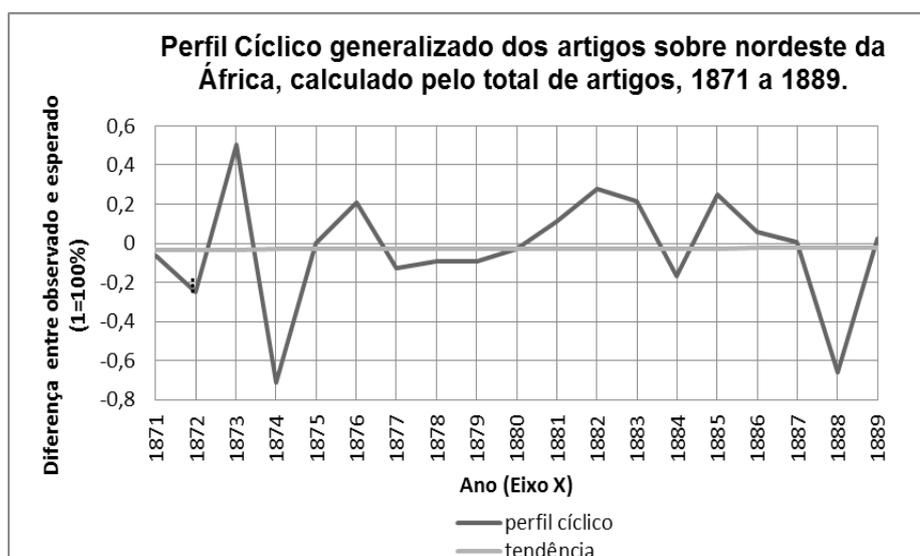
Teste da normalidade dos resíduos - Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal	
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) =	15,4935
Com p-valor =	0,000432

(\*tabela de elaboração própria através do uso dos softwares Action e Gretl.)

A tabela acima traz os resultados adquiridos para a análise de regressão linear generalizada dos artigos sobre o nordeste da África, considerando o fator tempo e o total de artigos sobre a África como variáveis independentes. A regressão calculada dessa forma permite inferir que os artigos sobre aquela região da África teriam variado muito mais conforme o total de artigos sobre a África, do que por influência do fator tempo.

Aparentemente, seria possível descartar a hipótese que os países da região nordeste da África ganharam mais importância com o tempo, devido ao p-valor do coeficiente da variável tempo ( $t_i$ ) ser superior 0,88 (o que é muito maior do que o nível crítico 0,05). Isso permitiria interpretar que o avanço dos projetos de colonização do “Chifre Africano” a partir de 1882 não teria impulsionado os estudos da SGI sobre a região de forma linear, visto a existência prévia de interesse na região. Isso poderia ser interpretado como indício de que a ocupação daquela região teria sido fruto de um projeto incubado durante quase dez anos.

Gráfico (1) – perfil cíclico dos artigos sobre o nordeste da África.



(\*gráfico de elaboração própria)

No gráfico acima há, no eixo Y, o índice<sup>5</sup> da diferença entre os valores observados e os valores esperados segundo a regressão generalizada. No eixo X, está a data referente. Em preto está o perfil cíclico dos artigos sobre o nordeste da África, calculado através do total de artigos sobre a África. Os valores acima de zero significam que houve publicações de artigos sobre o nordeste da África acima do esperado pelo modelo. Valores abaixo de zero significam publicação abaixo do esperado. Segundo o gráfico proposto dessa forma, observa-se ganho de importância relativa nos anos de 1873, 1875 a 1876, 1880 a 1882, e 1885. Observa-se ainda uma tendência crescente para o perfil cíclico.

Levando em conta que tropas italianas desembarcaram e ocuparam militarmente portos e regiões do Chifre Africano, em 1880, 1882 e 1885, percebe-se um impacto das Sociedades Geográficas italianas: Houve aumento pontual na importância relativa dada à região nos boletins da sociedade. No entanto, esse aumento foi seguido por um processo de queda nos anos seguintes.

A observação desse perfil cíclico permite o fortalecimento de uma proposição sustentada por Paolo Tripodi apresentada na obra *Colonial Legacy in Somalia : Rome and Mogadishu*<sup>6</sup>. Segundo esse autor, embora as ocupações no “Chifre Africano” tivessem impulsionado os projetos colonialistas da burguesia italiana, eles também teriam gerado polêmicas quanto à importância dada à região. Para parcelas da burguesia daquele país, haveria regiões mais importantes sobre as quais os italianos deveriam focar seus esforços. Evidentemente, a força da Itália naquele momento não permitiu mais do que aquelas ocupações.

Tabela (3.a) – análise de regressão dos artigos sobre a Etiópia.

Variável dependente: Total de artigos sobre a Etiópia (totaletiop).				
Variável independente: Total de artigos sobre o nordeste da África (nordeste).				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
nordeste	0,4896	0,02377	20,5931	<0,00001
Estatísticas baseadas nos dados ponderados:				
R-quadrado	0,9277		R-quadrado	0,9277

5 Para o cálculo do perfil cíclico, a diferença entre os valores observados e esperados foram divididos pelos valores observados somados em um. Essa forma de proceder permite analisar o perfil cíclico mesmo quando o valor observado é igual à zero. Tem a vantagem de não superestimar valores quando o observado foi igual à zero, mas subestima valores entre um e dois. Mesmo diante dessa limitação, a escolha se justifica por permitir alguma comparação fiável.

6 TRIPODI, Paolo. *Colonial Legacy in Somalia : Rome and Mogadishu*. in: <http://site.ebrary.com/id/5001665?ppg=1> última visualização em 12/07/2013.

		ajustado	
F(1, 19)	243,774	P-valor(F)	2,71E-12
Log da verossimilhança	-41,931	Critério de Akaike	85,8621
rô	0,2475	Durbin-Watson	1,45384
Teste da normalidade dos resíduos - Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal			
Estatística de teste: Qui-quadrado(2)		10,5786	
com p-valor		0,005045	

(\*tabela de elaboração própria através do uso dos softwares Action e Gretl.)

A tabela acima traz o resultado da análise de uma regressão generalizada, sem intercepto, do total de artigos sobre a Etiópia, explicado pelo total de artigos sobre o nordeste da África, com heterocedasticidade corrigida. A regressão corrigida atingiu o poder explicativo de quase noventa e três por cento ( $R^2$  0,9277), sem autocorrelação dos erros. No entanto, quando foi calculada a regressão linear simples, observou-se que os valores da segunda metade do período apresentaram maior distância em relação à reta de regressão do que aquelas da segunda metade.

Esse tipo de efeito era esperado, visto que o número de artigos dos boletins, em especial aqueles sobre a África, cresceu consideravelmente na década de 1880. Como consequência disso, é natural que as oscilações fossem também maiores. Por isso, para a análise dos coeficientes, se faz necessário realizar a correção de heterocedasticidade. Assim, tornou-se possível a percepção da importância relativa verossímil da Etiópia frente aos demais países do nordeste africano.

De acordo com o coeficiente captado dessa forma, espera-se que, para qualquer ano, a Etiópia representasse cerca de quarenta e nove por cento (48,96%) dos artigos sobre o nordeste africano, com margem de erro de dois (2,38) pontos percentuais, entre 1870 e 1889. Isso significa que o Estado etíope teria sido mais importante como objeto de investigação da sociedade geográfica italiana, do que as regiões que foram ocupadas por tropas italianas na década de 1880. Possivelmente, ele era visualizado como o centro para o sucesso da ocupação.

Duas explicações possíveis podem ajudar a entender a importância da Etiópia para a SGI: (a) mesmo que o Estado etíope estivesse em fase de fragilidade, abrangia uma área considerável do “chifre africano”; e (b) esse Estado era objeto de negociações e conflitos constantes com os italianos. Isso devido à importância que ele possuía na região, e aos

interesses da Itália no comércio daquela localidade.

Tabela (3.b) – análise de regressão dos artigos sobre a Etiópia, considerando o fator tempo.

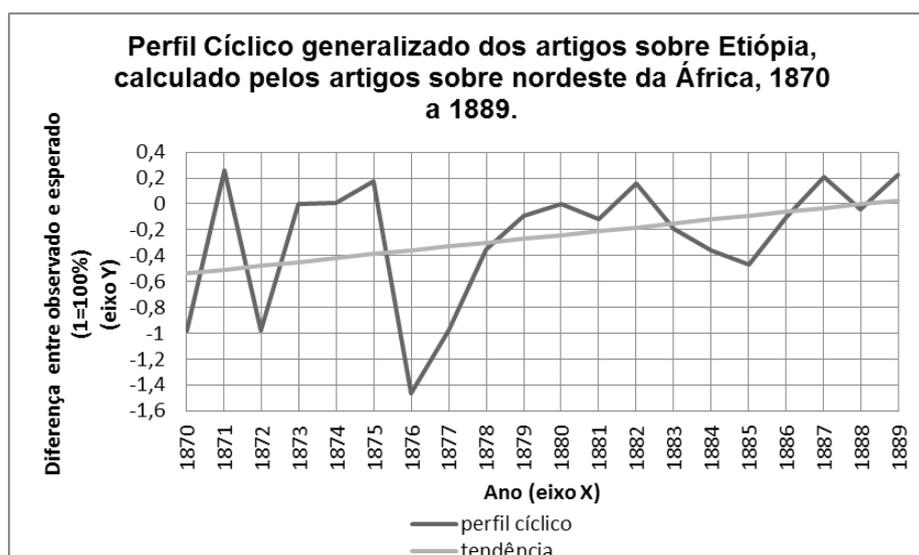
Variável dependente: artigos sobre a Etiópia (totaletiop).				
Variáveis independentes: artigos sobre o nordeste da Africa (nordeste); tempo (ti).				
<i>Coefficientes</i>				
<i>Preditor</i>	<i>Estimativa</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Estat. T</i>	<i>P-valor</i>
Intercepto	-1,687965422	1,551726981	-1,087797946	0,291866829
nordeste	0,356184007	0,056241388	6,333129691	7,49332E-06
ti	0,37884991	0,204159869	1,855653179	0,080925333
<i>Desvio Padrão dos Resíduos</i>	<i>Graus de Liberdade</i>	<i>R<sup>2</sup></i>	<i>R<sup>2</sup> Ajustado</i>	
3,229437229	17	0,906636387	0,895652432	
<i>DW</i>			<i>P-Valor</i>	
1,871338169			0,244121823	
<i>Teste de Normalidade</i>		<i>Estatística</i>	<i>P-Valor</i>	
Anderson-Darling		0,512494177	0,171319076	
Shapiro		0,95048185	0,374463083	
Kolmogorov		0,172559006	0,12273717	

(\*tabela de elaboração própria através do uso dos softwares Action e Gretl.)

A tabela acima traz os resultados da análise de regressão linear simples do número de artigos sobre a Etiópia, explicado através do total de artigos sobre o nordeste da África e pelo tempo. A introdução da variável tempo diminuiu o poder explicativo da regressão, mas adquiriu boas estatísticas nos testes de independência e de normalidade.

A análise dos coeficientes pode ser entendida como inconclusiva para a importância da variável tempo. Ou seja, não se deve descartar a hipótese que a importância da Etiópia nos boletins da SGI haja sido afetada pelo fator tempo entre 1870 e 1889. Se houve impacto desse fator, ele foi inconstante e não cumulativo.

Gráfico (2) – Perfil Cíclico dos artigos sobre a Etiópia.



(\*grafico de elaboração própria.)

No gráfico acima, no eixo Y, está o índice do perfil cíclico. No eixo X, está o ano referente. Em preto está a representação gráfica do perfil cíclico dos artigos sobre a Etiópia, calculado pelos artigos sobre o nordeste da África. O gráfico permite a divisão do perfil em duas conjunturas: (a) de 1870 a 1878, teria havido grande oscilação na importância relativa da Etiópia para a SGI, com fortes oscilações para baixo do esperado; e (B) de 1879 a 1889, com exceção dos anos de 1884 e 1885, essa importância foi mais estável.

Segundo a descrição proposta nesse gráfico, a ocupação de territórios na região da Eritreia (a partir de 1880) haveria tido impacto nas preocupações da SGI. A atenção dada ao território etíope teria se tornado menos oscilante e aumentou em proporção.

Tabela (4.a) – análise de regressão dos artigos sobre a Eritreia.

Variável dependente: artigos sobre a Eritreia.				
Variável independente: artigos sobre o nordeste da África (total).				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
Total	0,20834	0,01663	12,5294	<0,00001
Estatísticas baseadas nos dados ponderados:				
R-quadrado	0,81096		R-quadrado ajustado	0,810962
F(1, 19)	81,509		P-valor(F)	2,66E-08
Log da verossimilhança	-36,51		Critério de Akaike	75,01932
rô	-0,037		Durbin-Watson	2,072127
Teste da normalidade dos resíduos - Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal				
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) =			14,9588	

Com p-valor =	0,000564604
---------------	-------------

(\*tabela de elaboração própria através do uso dos softwares Action e Gretl.)

Na tabela acima estão os resultados da análise da regressão linear generalizada, sem intercepto, da quantidade de artigos sobre a Eritrêia, explicada pelo total de artigos sobre o nordeste da África. Através desse modelo, atingiu-se capacidade explicativa de oitenta e um por cento ( $R^2$  0,811), sem autocorrelação dos erros.

Considerando o coeficiente atingido, pode-se interpretar que a importância relativa da Eritrêia nos boletins da Sociedade Geográfica Italiana frente aos demais países do nordeste africano, foi cerca de vinte e um por cento (20,83%), com margem de erro de cerca de um e meio (1,6) pontos percentuais. Isso corrobora a interpretação já consolidada na literatura que existiriam interesses da Sociedade Geográfica Italiana, e seus membros, sobre a região.

Tabela (4.b) – Regressão dos artigos sobre a Eritrêia considerando o fator tempo.

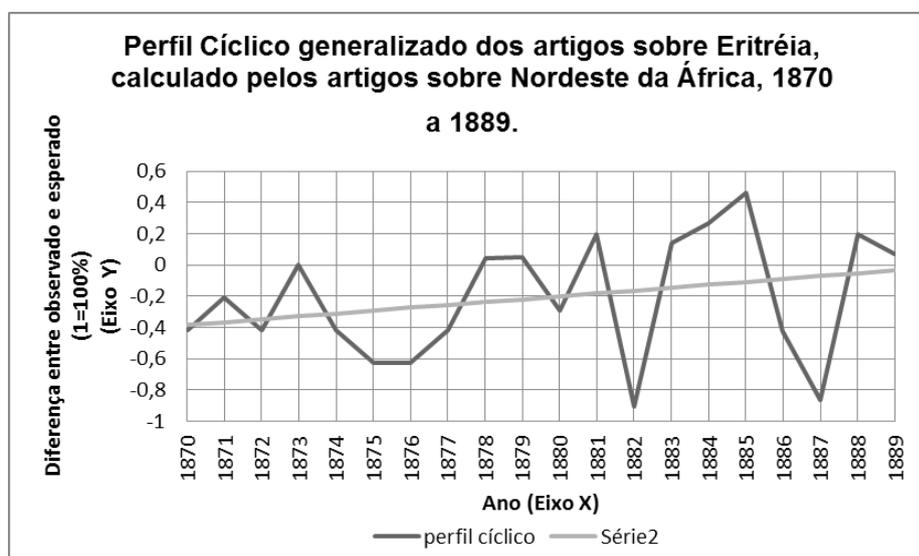
Variável dependente: Artigos sobre a Eritrêia				
Variáveis independentes: Total de artigos sobre o nordeste da África (total); tempo (ti)				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
Const	-0,3957	0,16711	-2,3681	0,03
Total	0,20276	0,02762	7,3401	<0,00001
ti	0,02774	0,05306	0,5229	0,60782
Estatísticas baseadas nos dados ponderados:				
R-quadrado	0,8712		R-quadrado ajustado	0,856044
F(2, 17)	57,4924		P-valor(F)	2,72E-08
Log da verossimilhança	-29,007		Critério de Akaike	64,01482
rô	-0,0266		Durbin-Watson	2,051893
Teste da normalidade dos resíduos - Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal				
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) =		15,2291		
Com p-valor =		0,000493		

(\*tabela de elaboração própria através do uso dos softwares Action e Gretl.)

A tabela acima traz os resultados de uma regressão linear generalizada para os artigos sobre a Eritrêia, explicados pelo fator tempo e pelo número de artigos sobre o nordeste da África. Atingiu-se maior fator explicativo e melhor resultado para o teste durbin-watson, em relação à regressão, considerando como variável independente apenas o total de artigos sobre o nordeste africano.

A análise dos coeficientes permite interpretar que o fator tempo não teve impacto cumulativo na importância relativa da Eritreia. Aquela região não teria ganhado importância linearmente ano a ano, de acordo com esse modelo de regressão.

Gráfico (3) – Perfil Cíclico dos artigos sobre a Eritreia.



(\*gráfico de elaboração própria.)

O gráfico acima traz, no eixo Y, o índice do perfil cíclico. No eixo X está a data referente. Em preto, está a representação gráfica do perfil cíclico dos artigos sobre a Eritreia, calculado pelo total de artigos sobre a região nordeste. De acordo com esse modelo, embora a região tenha recebido parte considerável da atenção em relação a outros países do nordeste africano, essa atenção parece ter surgido apenas na década de 1880, e com forte oscilação.

Intuitivamente, poderia se esperar que a presença italiana na região, e as negociações ocorridas desde 1869 com o porto de Assab, chamassem a atenção de forma linear da SGI. Paolo Tripodi<sup>7</sup> propôs que apesar da concessão do porto de Assab em 1869, não teria havido interesse italiano sobre a região até a década de 1880. A proximidade do final da repartição da África teria levado a satisfazer-se com o que podiam pegar. Os dados adquiridos nesse modelo poderiam servir para fortalecer essa proposição.

Tabela (5) – Análise de regressão dos artigos sobre a Somália

7 TRIPODI, Paolo. *Colonial Legacy in Somalia : Rome and Mogadishu.* in: <http://site.ebrary.com/id/5001665?ppg=1> última visualização em 12/07/2013

Variável dependente: artigos sobre a Somália				
Variável independente: artigos sobre o nordeste da África (total)				
<i>Coefficientes</i>				
<i>Preditor</i>	<i>Estimativa</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Estat. T</i>	<i>P-valor</i>
Total	0,082572593	0,012417225	6,649842654	2,3226E-06
<i>Desvio Padrão dos Resíduos</i>	<i>Graus de Liberdade</i>	<i>R<sup>2</sup></i>	<i>R<sup>2</sup> Ajustado</i>	
1,729028919	19	0,699464132	0,683646455	
<i>Teste de Independência</i>				
<i>DW</i>			<i>P-Valor</i>	
2,290781068			0,7562743	
<i>Teste de Normalidade</i>				
	<i>Estatística</i>		<i>P-Valor</i>	
Anderson-Darling	0,726119819		0,048810088	
Shapiro	0,930576197		0,158409813	
Kolmogorov	0,186066725		0,067864715	
<i>Breusch Pagan</i>				
<i>Qui-Quadrado</i>	<i>DF</i>		<i>P-Valor</i>	
13,31693843	1		0,000263019	
<i>Goldfeld Quandt</i>				
<i>Variável</i>	<i>GQ</i>	<i>DF 1</i>	<i>DF 2</i>	<i>P-Valor</i>
Total	37,85300082	7	7	4,84382E-05

(\*tabela de elaboração própria através do uso dos softwares Action e Gretl.)

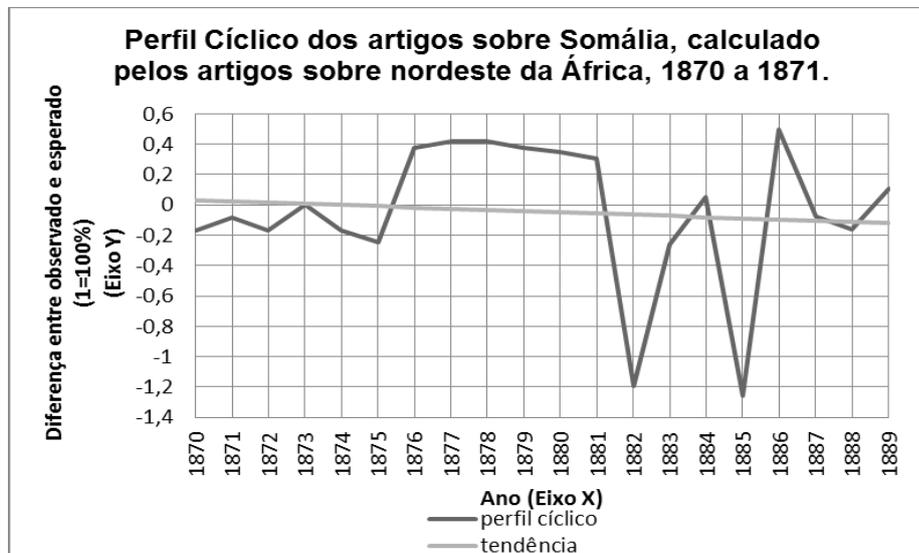
A tabela acima traz os resultados da análise da regressão linear simples, sem intercepto, dos artigos sobre a Somália, explicados pelo total de artigos sobre o nordeste africano. Apesar da presença de heterocedasticidade, verificada pelos testes Breush Pagan e Goldfeld Quandt, a tentativa de correção do mesmo não resultou em melhora da regressão. Diante disso, optou-se pelo uso da regressão linear simples. Foi atingido o poder de explicação de quase setenta por cento ( $R^2$  0,6995), sem presença de autocorrelação dos erros.

A análise dos coeficientes desse modelo permite a interpretação que a Somália teria recebido apenas cerca de oito por cento (8,26%) da atenção, com margem de erro de um ponto percentual (1,24) em relação ao nordeste africano, nos boletins da SGI. Isso significa que a Somália não teria sido objeto de especial investigação da sociedade antes de ser ocupada por tropas italianas, em 1889.

A regressão linear com variáveis independentes, o fator tempo e o total de artigos sobre o nordeste da África, foi inconclusiva. Possivelmente pela existência de pequena quantidade de artigos, uma análise levando em conta mais do que uma variável ficou

comprometida.

Gráfico (4) – Perfil Cíclico dos artigos sobre a Somália.



(\*Gráfico de elaboração própria.)

O Gráfico acima traz, no eixo Y, o índice do perfil cíclico. No eixo X, está a data referente. Em preto, há a representação gráfica do perfil cíclico dos artigos sobre a Somália, calculado pelo total de artigos sobre o nordeste africano. Observa-se no modelo descrito por esse gráfico a existência de quatro períodos distintos: (a) de 1870 a 1875, a região da Somália teria sido objeto de atenção abaixo do esperado; (b) de 1876 a 1881, ela foi objeto de um número maior de artigos do que se esperava; (c) de 1882 a 1885, a região voltou a receber menor atenção; e (d) de 1886 a 1889, os números de artigo sobre a Somália oscilou em torno do previsto pelo modelo de regressão. Observou-se ainda uma tendência de queda no perfil cíclico.

Essa divisão em quatro períodos permite uma tentativa de interpretação: a região da Somália teria sido objeto de atenção por parte da Sociedade Geografica Italiana a partir de 1876. Possivelmente, o sucesso das ocupações na Eritréia, entre final de 1879 e início de 1880, teria desviado a atenção da Somália para aquela. Somente após a ocupação do porto de Massaua na Eritréia em 1885, a região da Somália teria voltado a ganhar a atenção esperada.

### **Os Boletins e os temas dos artigos.**

Para além dos interesses da Sociedade Geográfica Italiana sobre as distintas regiões da África, é útil elencar quais eram os temas de interesse. Essa informação pode ajudar a entender quais eram as características do imperialismo italiano entre 1870 a 1889. É claro que não se deve confundir de forma mecânica os interesses da SGI com as características do imperialismo italiano. Mas, partindo do princípio de que essa organização teria servido como propagadora de um projeto, conforme a historiografia sobre o tema aponta, os temas tratados seriam de grande importância. Nesse sentido, parte da historiografia<sup>8</sup> sustenta que entre 1870 e 1889, a Itália estaria em fase de transição entre o colonialismo comercial (de velho tipo), e o colonialismo de ocupação (colonialismo de novo tipo). Partindo dessa historiografia, pode-se traçar uma hipótese que os boletins da SGI trariam uma quantidade relevante de artigos sobre comércio.

Tabela (6) – Os artigos por tema, 1870 a 1889.

Artigos por temas, 1870 a 1889.			
Caminho	605	Hidrografia	71
Cartografia	23	Língua	12
Científico	43	Mapeamento	62
Clima	11	Militar	21
Comércio	168	Problemas	54
Cultura	36	Recursos	35
Demografia	14	Política	81
Total			1236
Tabela de elaboração própria.			

Os artigos foram divididos de acordo com os temas sobre qual tratavam. Os critérios para a classificação utilizados pelo autor privilegiou o tema central de cada artigo. Das classes utilizadas, alguns merecem melhor detalhamento para facilitar a compreensão sobre o que tratavam os artigos: (a) na classe *caminhos*, foram aglutinados todos os artigos que tinham como tema central a descrição de caminhos utilizados ou planejados por expedições, a enumeração de estradas abertas, ou que apenas relatavam em que ponto da trajetória distintas expedições estavam. Esse tipo de artigo foi especialmente volumoso nas seções de *notas* dos Boletins; (b) na classe *cartografia* se incluiu unicamente os mapas

---

<sup>8</sup> Ver: CARAZZI, Maria. *La Società geografica italiana e l'esplorazione coloniale in Africa (1867-1900)*. Florença: La Nuova Italia, 1972; e MALVEZZI, Aldobrandino. *Italian Colonies and Colonial*. Journal of the Royal Institute of International Affairs, Vol. 6, No. 4 (Jul., 1927), pp.233-245.

divulgados pela SGI; (c) no tema *mapeamento* aglutinou os artigos que traziam levantamento de ao menos três dos seguintes itens: recursos, caminhos, postos de comércio, zona de influência de potências europeias, ou concentração de exércitos (nativos ou europeus); (d) na classe *problemas*, se reuniu os artigos que tratavam sobre assassinatos, falta de suprimentos, roubos, ou acidentes que prejudicaram expedições ou processo de colonização; e (e) na classe *política* foram incluídos os artigos que tratassem sobre acordos entre autoridades europeias e representantes de povos africanos; que descrevessem a forma de organização de um povo; ou que descrevessem acordos entre potências europeias, quanto a uma região da África.

Na presente seção, serão abordados os três temas que mais foram tratados nos artigos dos boletins. Os resultado da análise estatística serão comparados para o universo amostral entre todos os artigos sobre a África, e para o universo amostral para o nordeste africano. Essa comparação tem o intuito de localizar possíveis singularidades quanto aos temas de interesse para a região que tropas italianas ocuparam no período analisado.

Tabela (7.a) – análise de regressão dos artigos sobre caminho.

Variável dependente: caminhos Variável independente: artigos sobre a África				
rho = 0,724435				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
África	0,521382	0,0432159	12,0646	<0,00001
Estatísticas baseadas nos dados rô-diferenciados:				
R-quadrado	0,927129		R-quadrado ajustado	0,927129
F(1, 18)	145,5545		P-valor(F)	4,63E-10
rô	-0,03283		Durbin-Watson	2,005176
Teste da normalidade dos resíduos - Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal				
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) =			6,32175	
Com p-valor =			0,0423887	

(\*tabela de elaboração própria através do uso dos softwares Action e Gretl.)

Tabela (7.b) – análise de regressão dos artigos sobre caminho (universo amostral reduzido ao nordeste).

Variável dependente: caminhos e nordestes da África (caminhosnd) Variável independente: artigos sobre nordeste da África (nordeste)	
rho = 0,451046	

	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
Nordeste	0,45557	0,03561	12,7932	<0,00001
Estatísticas baseadas nos dados rô-diferenciados:				
R-quadrado	0,91341		R-quadrado ajustado	0,913412
F(1, 18)	163,667		P-valor(F)	1,79E-10
rô	0,17471		Durbin-Watson	1,619031
Teste da normalidade dos resíduos - Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal				
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) =			0,940334	
Com p-valor =			0,624898	

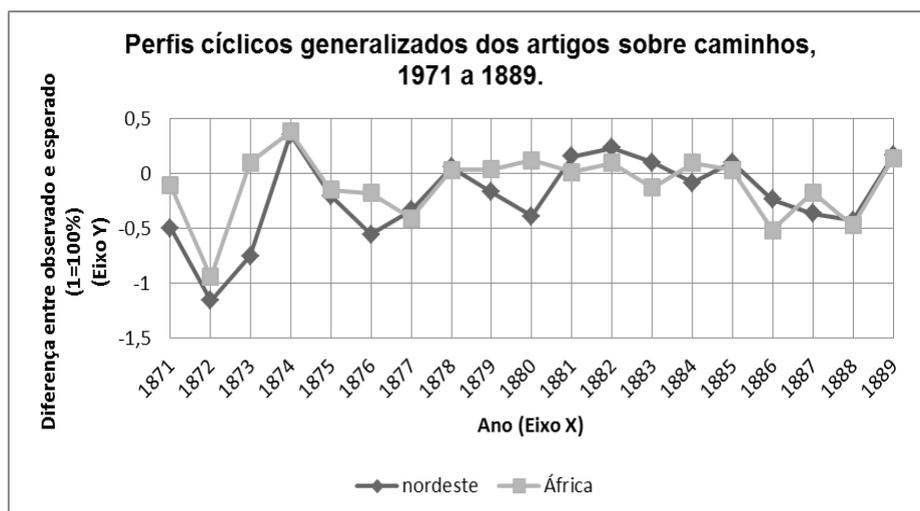
(\*tabela de elaboração própria através do uso dos softwares Action e Gretl.)

Nas tabelas acima, estão os resultados para a análise de duas regressões. Na tabela (7.a) estão os resultados referentes à regressão linear generalizada, sem intercepto, dos artigos sobre caminhos explicados pelo total de artigos sobre a África. Na tabela (7.b) estão os resultados dos artigos acerca dos caminhos que tratam sobre o nordeste da África, explicados pelo total de artigos quanto ao nordeste. Tratam-se, portanto de regressões equivalentes, sendo a primeira para toda a África, e a segunda para um universo amostral, considerando apenas o nordeste africano.

Ambas as regressões atingiram alto poder explicativo ( $R^2$  acima de 0,90). Contudo, a primeira regressão generalizada apontou valor Rho superior. Isso significa que havia maior tendência cumulativa nos erros para a regressão para o total da África no que na equivalente tratando apenas o nordeste dela.

Comparando os coeficientes das regressões, é possível inferir que a importância dos artigos sobre caminhos era maior quando observado o conjunto da África do que se isolado o nordeste dela. Isso corrobora, em certa medida, a hipótese de que os artigos sobre o nordeste da África divulgados nos boletins da Sociedade Geográfica Italiana tinham especificidades frente aos demais.

#### Gráfico (5) – Perfis Cíclicos dos artigos sobre caminhos.



(\*grafico de elaboração própria)

O gráfico acima traz, no eixo Y, o índice do perfil cíclico. No eixo X, há a data referente. Em diferentes formatos geométricos (losângulo e quadrado, respectivamente) estão os perfis cíclicos dos artigos sobre caminhos calculados pelo nordeste da África e pelo total de artigos sobre a África. Observando o movimento gráfico desses perfis, de acordo com os modelos propostos, observa-se apenas poucos pontos de distanciamento.

A coincidência dos perfis cíclicos permite interpretar que a especificidade do nordeste da África, no que tange os artigos sobre caminhos nos boletins geográficos da SGI, teria se dado apenas no grau de importância relativa. Mas as oscilações nessa importância teriam sido equivalentes.

Tabela (8.a) – análise de regressão dos artigos sobre comércio.

Variável dependente: comércio				
Variável independente: total de artigos sobre a África				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
África	0,1313	0,01326	9,8985	<0,00001
Estatísticas baseadas nos dados ponderados:				
R-quadrado	0,74531		R-quadrado ajustado	0,745306
F(1, 19)	55,5994		P-valor(F)	4,69E-07
Log da verossimilhança	-40,43		Critério de Akaike	82,85977
Rô	0,08654		Durbin-Watson	1,751992
Teste da normalidade dos resíduos - Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal				
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) =			11,7379	
com p-valor =			0,00282587	

(\*tabela de elaboração própria através do uso dos softwares Action e Gretl.)

Tabela (8.b) – análise de regressão dos artigos sobre comércio (universo amostral reduzido ao nordeste).

Variável dependente: comércio e nordeste (comerciond)				
Variável independente: artigos sobre nordeste da África (nordeste)				
rho = 0,399231				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
Total	0,17423	0,04609	3,78	0,00137
Estatísticas baseadas nos dados rô-diferenciados:				
R-quadrado	0,38477		R-quadrado ajustado	0,38477
F(1, 18)	14,2881		P-valor(F)	0,00137
Rô	0,07782		Durbin-Watson	1,84294
Teste da normalidade dos resíduos - Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal				
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) =			8,87237	
com p-valor =			0,011841	

(\*tabela de elaboração própria através do uso dos softwares Action e Gretl.)

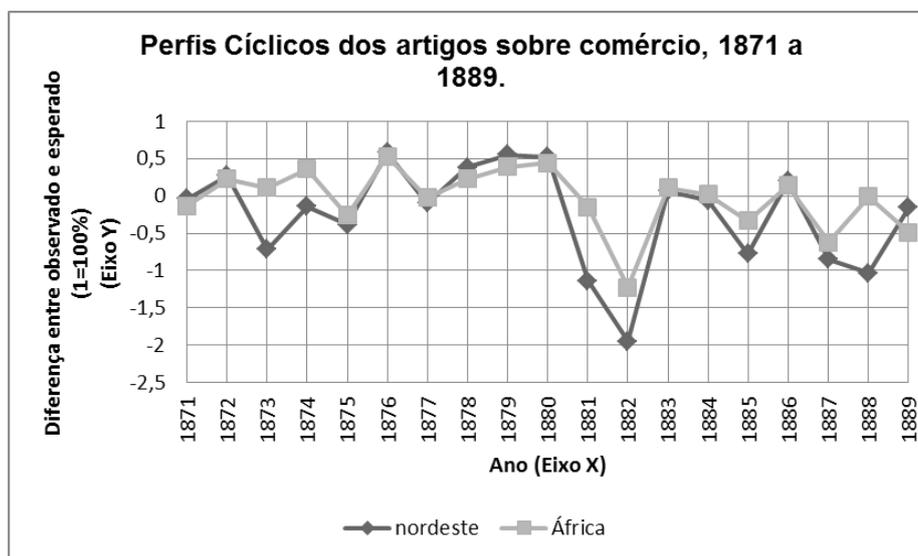
As tabelas acima trazem o resultado da análise de duas regressões distintas. A tabela (8.a) é referente à regressão linear generalizada, sem intercepto, do número de artigos sobre comércio, explicado pelo total de artigos sobre a África. A tabela (8.b) traz uma regressão similar para universo amostral, reduzido apenas ao nordeste africano.

Enquanto a primeira regressão foi generalizada pela heterocedasticidade corrigida, a segunda o foi pelo AR. Isso se deu pelo fato da segunda apresentar impacto cumulativo dos erros. Para a regressão referente ao conjunto da África, atingiu-se capacidade explicativa de mais de setenta e cinco por cento ( $R^2$  0,7453). Para a referente ao nordeste africano, a capacidade explicativa foi de cerca de trinta e oito por cento ( $R^2$  0,38477). Pode-se interpretar isso da seguinte forma: possivelmente, o número de artigos sobre comércio era uma função do total de artigos, quando tratado no universo amostral do conjunto de artigos sobre a África. No entanto, quando reduzido o universo amostral, apenas à região nordeste, o tema “comercio” foi fortemente influenciado por outros fatores.

A análise dos coeficientes corrobora essa forma de interpretar. Os artigos sobre comércio teriam significado, segundo o primeiro modelo, treze por cento (13,13%) com cerca de um (1,3) ponto percentual de margem de erro dos interesses nos artigos sobre a

África. Para o universo amostral reduzido ao nordeste africano, o comércio teria representado dezessete por cento (17,42%), com mais de quatro (4,61) pontos percentuais de margem de erro. Daí pode-se inferir que haveria tido interesse maior para o comércio no nordeste africano, mas com maior variação ao longo do tempo.

Gráfico (6) – Perfis Cíclicos dos artigos sobre comércio.



(\*gráfico de elaboração própria.)

O gráfico acima traz, no eixo Y, o índice do perfil cíclico. No eixo X, há a data referente. Em diferentes formatos geométricos estão representados os perfis cíclicos dos artigos sobre comércio calculados pelos artigos sobre nordeste e pelos artigos sobre o conjunto da África.

O gráfico proposto permite observar a equivalência entre as oscilações nos artigos sobre caminhos. Para o nordeste da África, fica visível a existência de uma oscilação quantitativa maior. Possivelmente, isso pode se explicar pela existência de forças similares que impulsionaram as variações para cima ou para baixo nos artigos da SGI sobre o tema. A maior variação do perfil cíclico com universo amostral do nordeste da África sugere maior suscetibilidade à essas forças, no que tange aos interesses naquela região.

Tabela (9.a) – análise de regressão dos artigos sobre política.

Variável dependente: política Variável independente: artigos sobre a África
rho = 0,615084

	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
Total	0,06131	0,00832	7,3652	<0,00001
R-quadrado	0,82066		R-quadrado ajustado	0,82066
F(1, 18)	54,2455		P-valor(F)	7,79E-07
rô	0,24323		Durbin-Watson	1,481092
Teste da normalidade dos resíduos - Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal				
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) =		14,097		
com p-valor =		0,000869		

(\*tabela de elaboração própria através do uso dos softwares Action e Gretl.)

**Tabela (9.b) – análise de regressão dos artigos sobre política (universo amostral reduzido ao nordeste)**

Variável dependente: política e nordeste (politicand)				
Variável independente: artigos sobre nordeste da África (nordeste)				
<i>Coefficientes</i>				
<i>Preditor</i>	<i>Estimativa</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Estat. T</i>	<i>P-valor</i>
Nordeste	0,079826401	0,010785421	7,40132418	5,21616E-07
<i>Desvio Padrão dos Resíduos</i>	<i>Graus de Liberdade</i>	<i>R<sup>2</sup></i>	<i>R<sup>2</sup> Ajustado</i>	
1,544500975	19	0,742476239	0,728922357	
<i>Teste de Independência</i>				
<i>DW</i>		<i>P-Valor</i>		
1,291138518		0,049712828		
<i>Teste de Normalidade</i>				
	<i>Estatística</i>		<i>P-Valor</i>	
Anderson-Darling	0,55968618		0,12862571	
Shapiro	0,945873692		0,308755445	
Kolmogorov	0,187778844		0,062787019	

(\*tabela de elaboração própria através do uso dos softwares Action e Gretl.)

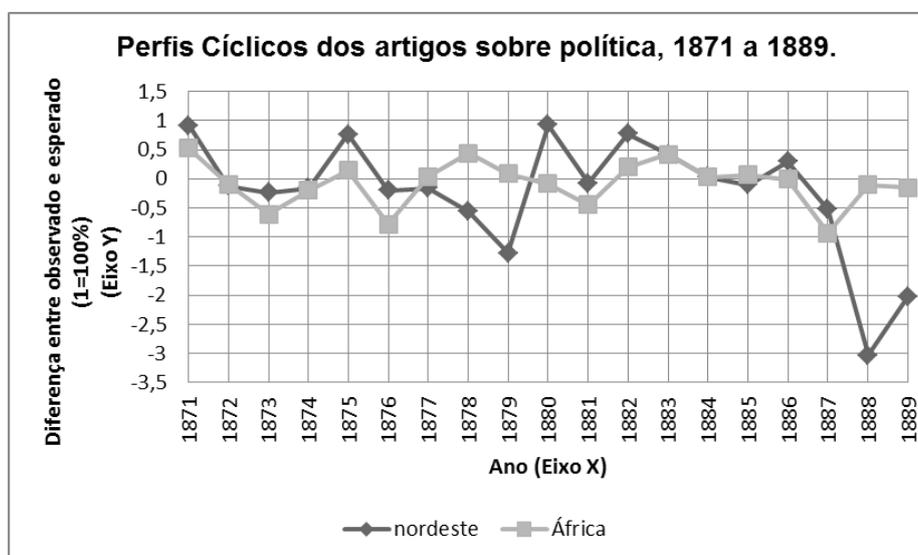
As tabelas acima trazem os resultados da análise de duas regressões. A tabela (9.a) é referente à regressão generalizada, sem intercepto, dos artigos sobre política, explicados pelo total de artigos sobre a África. A tabela (9.b) é referente a uma regressão similar para um universo amostral, reduzido ao nordeste africano. Para a primeira foi necessária a generalização através do método AR. Para a segunda, foi possível o uso da regressão linear simples.

Ambas as regressões atingiram elevado poder explicativo (respectivamente R<sup>2</sup> 0,82066 e R<sup>2</sup> 0,74248). No entanto, a regressão original com universo amostral igual ao conjunto de artigos sobre a África demonstrou autocorrelação dos erros. Isso significa que

um valor acima do esperado na quantidade de artigos sobre política influenciou os valores para o ano seguinte. Isso não ocorreu para o universo amostral, reduzido ao nordeste africano.

A análise dos coeficientes aponta que a importância dos artigos sobre política era seis por cento (6,1%) com menos de um ponto percentual (0,83) de margem de erro, com o universo amostral completo. Para o cálculo referente apenas ao nordeste africano, a importância relativa encontrada pelo modelo utilizado foi de quase oito por cento (7,98%), com margem de erro de mais de um ponto percentual (1,08). Isso permite interpretar que o tema *política* teria sido mais importante para a Sociedade Geográfica Italiana, quando referente ao nordeste da África.

Gráfico (7) – perfis cíclicos dos artigos sobre política



(\*gráfico de elaboração própria.)

O gráfico acima traz, no eixo Y, o índice do perfil cíclico. No eixo X, há a data referente. Em diferentes formatos geométricos estão as representações gráficas do perfis cíclicos dos artigos sobre política calculados com universo amostral dos artigos sobre o nordeste da África e do total de artigos sobre a África. Observa-se que tirando poucos momentos, os movimentos cíclicos foram similares.

A similaridade dos movimentos, somado à maior oscilação no perfil referente ao universo amostral do nordeste da África, permite uma tentativa de interpretação. Para ambos os casos teriam operado as mesmas forças históricas no aumento acima ou abaixo do

esperado no número de artigos sobre a política. Os interesses no nordeste da África por parte da Sociedade Geográfica Italiana podem ter sido mais suscetíveis à essas forças do que os interesses para o conjunto da África.

### **Conclusão**

Diante dos dados adquiridos e aqui apresentados, torna-se possível conhecer um pouco melhor algumas características gerais dos boletins da Sociedade Geográfica Italiana. Aparentemente, teria sido dada prioridade por essa Sociedade ao nordeste africano, o que corrobora a hipótese do papel de fomentadora do colonialismo italiano. No entanto, observou-se a primazia da Etiópia como objeto de estudo da SGI, ao invés das regiões que de fato a Itália ocupou na década de 1880.

Ainda, no que toca os estudos sobre o nordeste africano, houve singularidades quanto aos temas tratados, em comparação aos estudos sobre o restante da África. Contudo, aparentemente o conjunto de forças que influenciaram as escolhas do conjunto de artigos, também operou na seleção de artigos sobre o nordeste.

Apenas para o tema “comércio” foi possível encontrar indícios de singularidade nos critérios de seleção dos artigos, quando tratando da região nordeste. Possivelmente, isso foi resultado do processo de transição entre o colonialismo comercial e o colonialismo de novo tipo. Entre 1870 e 1889, a SGI teria olhado para o conjunto da África ainda com a visão antiga, enquanto estaria em processo de adoção de uma nova forma de pensar a exploração de outros povos quando se tratava do nordeste africano, em especial a Etiópia.

Além dessas observações e indício adquiridos, buscou-se também demonstrar a utilidade de adoção de métodos quantitativos para esse tipo de estudo. Fica claro que as ferramentas quantitativas não substituem a análise qualitativa e crítica, mas fornece bom complemento que permite avançar na delimitação, reconstituição, e interpretação do que teria sido a história concreta.

**Fonte:**

*Bollettino Della Società Geografica Italiana*: vols. 1870 – 1878; 1880 – 1889.

**Bibliografia de apoio:**

CARAZZI, Maria. *La Società geografica italiana e l'esplorazione coloniale in Africa (1867-1900)*. Florença: La Nuova Italia, 1972.

DEL BOCA, Angelo. *Gli italiani in Africa orientale: Dall'unità alla marcia su Roma*. Laterza, 1976.

MALVEZZI, Aldobrandino. Italian Colonies and Colonial. *Journal of the Royal Institute of International Affairs*, Vol. 6, No. 4 (Jul., 1927), pp.233-245

SILVÉRIO, Valter Roberto (coordenador) *História Geral da África*, vol VI. Brasília: Unesco, 2010

TATE, H.R. The Italian Colonial Empire. *Journal of the Royal African Society*, Vol. 40, No. 159 (Apr., 1941), pp. 146-158

TRIPODI, Paolo. Colonial Legacy in Somalia : Rome and Mogadishu. in: <http://site.ebrary.com/id/5001665?ppg=1> última visualização em 12/07/2013.

## **Reformas Políticas E O Regime Da Prefeitura Em Cabo Verde Da Primeira Metade Do Séc. Xix (1832-1834).**

Eduardo Adilson Camilo Pereira<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo procura compreender as reformas políticas e a nova reconfiguração administrativa, com a introdução do regime da prefeitura em Cabo Verde, na primeira metade do séc. XIX (1832-1834). Além disso, procura analisar essas reformas em decorrência das novas exigências da elite política local, como forma de manutenção do seu poderio tanto político quanto econômico.

**Palavras-chave:** Cabo Verde; Regimes políticos; Reformas administrativas;

### **ABSTRACT**

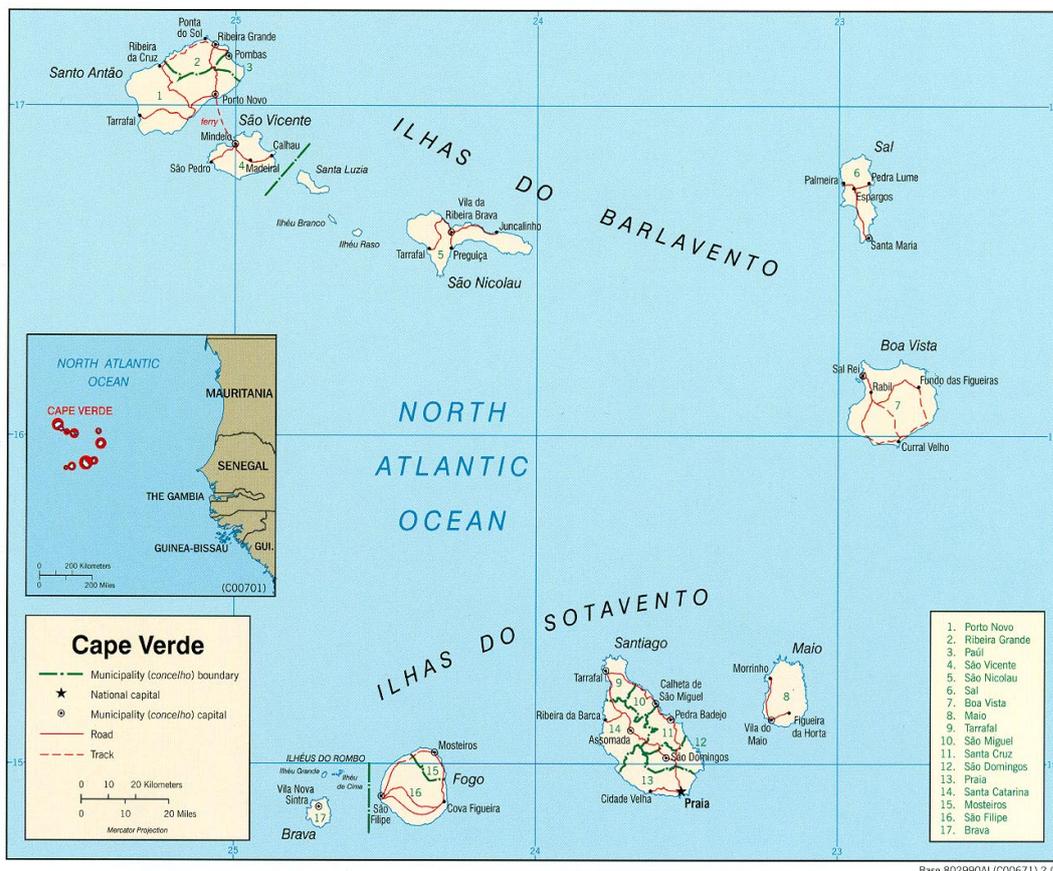
This article seeks to understand political reforms and new administrative reconfiguration, with the introduction of the system of city government in Cape Verde, in the first half of the 19th century (1832-1834). Furthermore, analyzes these reforms as a result of growing demand for local political elite as a way of maintaining their power both political and economic.

**Keywords:** Cape Verde; Political Regimes; administrative reforms;

---

<sup>1</sup> Professor Doutor na Universidade de Cabo Verde e no Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais, ambas na cidade da Praia. É também membro da Cátedra Amílcar Cabral.

### MAPA 1 - DE CABO VERDE - DETALHES



Mapa 1 – Localização das ilhas de Cabo Verde.

O modelo de colonização portuguesa em Cabo Verde procurou responder às particularidades do arquipélago, nomeadamente as dificuldades de território.<sup>2</sup> Assim sendo, o caminho encontrado pela Coroa portuguesa para o início do povoamento foi a doação das ilhas, no caso de Santiago, para um *nobre*, o infante D. Fernando, por Carta Régia de 3 de Dezembro de 1460<sup>3</sup>, como “recompensa pelos serviços prestados ao rei e para aumentar a

2 DOMINGUES, Ângela. “Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento”. In: *História Geral de Cabo Verde*. Coordenação de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia: Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991, v. I, p. 41 – 123.

3 CARREIRA, António. *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma sociedade escravocrata (1460 – 1878)*. Porto: Imprensa portuguesa, 1972, p. 19.

riqueza da sua casa senhorial, em relação direta com a sua dignidade e prestígio social...”.<sup>4</sup> De sua parte, pelo ato da doação, o rei abstinha-se da árdua tarefa de povoar as ilhas, mas, como este mecanismo político era decisivo, concedeu ao donatário um conjunto de “privilégios”, dentre os quais, a plena jurisdição sobre as terras doadas.<sup>5</sup>

Como é possível constatar, também a Carta de doação de D. Manuel, de 1497, à Dona Branca d’Aguiar, contraria os argumentos apresentados por Cadamosto. Nesta Carta de D. Manuel, a donatária tinha para além da exigência de contrair casamento digno, a de que somente os filhos varões herdassem. Segundo a vontade da Coroa, Jorge Correa, fidalgo<sup>6</sup> da Casa Real e de digna descendência, tinha a prioridade de escolha para o casamento. Tal doação, ao invés de romper com a descendência de Antonio de Noli, prolongou-a por meio de um casamento consentido pela Coroa. Por outro lado, com esta doação pretendia-se que os bens ficassem sempre na posse de um fidalgo protegido do rei. Nesta Carta de doação, a mesma teria os mesmos direitos, jurisdições e rendas da capitania da ilha de Santiago. Note-se uma sucessão imposta e limitada pelo casamento, tendo como objetivo resguardar a imagem do “descobridor” da ilha de Santiago e fidalgo da Casa Real. Esta imposição por parte da Coroa portuguesa garantia, para sempre a sucessão da capitania para os filhos e netos varões.<sup>7</sup>

Entretanto, o povoamento da ilha de Santiago foi grandemente comprometido, pelos fracos incentivos econômicos inicialmente propostos por D. Fernando e pela própria falta de colonos portugueses dispostos a irem viver na ilha, dada a longa distância de Portugal. Estes fatos somados a dificuldade de adaptação ao clima árido, a condições de

---

4 *Id., Ibid.*, p. 42; 52: “Assiste-se (...) à recompensa de um grupo social: a nobreza, que serve o rei pelo exercício de cargos militares e administrativos”.

5 CAETANO, Marcello José das Neves Alves. *História do direito português (Fontes – direito público: 1140 – 1495)*. 3<sup>a</sup> ed., Lisboa: Ed. Verbo, 1992, p. 525 – 527. HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições: época medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982, p. 101 – 106.

6 Segundo as Ordenações Afonsinas, fidalgos são todos aqueles que descendem de “boa linhagem” até 4º grau, herdando as boas maneiras, evitando a má conduta e do erro, por isso com vergonha da prática de conduta reprovável. Em outros termos, homem de bem (homem bom), mostrando tanto a nobreza como a bondade deve resguardar a prática de determinados atos. Esta “gentileza” se adquiria de três maneiras diferentes: por linhagem, como neste caso, pelo saber ou ainda por bondade. *Ordenações Afonsinas*, Liv. I, t. LXIII, §§ 6 – 8: “...filhos-dalgo devem ser escolhidos que venham de direita linha de padre, e de madre, e d’avoo atta quarto graao, a que chamam visavoos....”

7 ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, Livro 30, fl. 62, de 8 de Abril de 1497. Posteriormente, em 1536, Dom João, pela falta de filho legítimo de Belchior Correa, fidalgo da Casa Real, fez a doação da capitania da Ribeira Grande, com todas as rendas, jurisdições e direitos que o antigo Jorge Correa detinha, a João Correia de Sousa – ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 21, fls. 151v.-152 v.

insalubridade e as epidemias e implicou no “atraso” da colonização do Arquipélago. Coube a D. Fernando encontrar fortes atrativos, preferencialmente econômicos, na tentativa de atrair indivíduos para a ilha de Santiago, estratégia que tinha sido empregada com sucesso nas ilhas da Madeira e dos Açores.

Além disso, devido à posição estratégica das ilhas, importante ponto de reabastecimento para o encontro marítimo da Índia e quase ao mesmo tempo para o estabelecimento de portos de trato, locais de comércio com as costas africanas, um esforço por parte da Coroa, no sentido de povoar a ilha de Santiago. Para tal, além da instalação de um acabou se impondo um aparelho jurídico-administrativo faziam-se necessários quadros para tornar seu funcionamento efetivo. Quanto a importância da ilha nos descobrimentos portugueses mais ao sul da costa atlântica africana acentuou-se a necessidade de povoá-la.<sup>8</sup>

Contudo, como exigência o armador deveria ter residência fixa na ilha de Santiago, mais precisamente na cidade da Ribeira Grande, por pelo menos quatro anos.<sup>9</sup> Neste sentido, a *donataria* é consensualmente considerada como o principal instrumento para viabilizar a ocupação efetiva da ilha. Além de representar uma unidade econômica e jurídico-administrativa, a donataria distinguia-se por estar dissociada do patrimônio real, fazendo parte dos bens do donatário, com todos os direitos, rendas e jurisdições. O donatário agraciado, passava a exercer o seu domínio sobre as terras doadas e sobre os colonos, utilizando os poderes concedidos pelas jurisdições exceto: no que se referia às punições criminais e nas garantias legais dos colonos facultando-lhes *apelar* ao rei contra uma dada sentença do donatário.<sup>10</sup>

Ainda no que se refere a donataria é interessante salientar que as melhores terras da ilha de Santiago foram doadas aos donatários pela Coroa portuguesa, ficando grande número de trabalhadores agro-pastoris na qualidade de rendeiros, parceiros e meeiros.<sup>11</sup>

---

8 *Carta dos moradores da ilha de Santiago* – ANTT, *Gavetas*, 3-10-8. Ribeira Grande, Maio de 1510.

9 Pelas Cartas de cobrança de impostos devidos à Coroa, nelas se acham expressa que o armador é vizinho e morador na ilha de Santiago – ANTT, *maço 8*, Livro da receita da renda de Cabo Verde – anos de 1513 – 1516.

10 DOMINGUES, Ângela, *op. cit.*, p. 42.

11 Por rendeiros entende-se aqueles que arrendavam pequenas ou grandes dimensões de terras ao Morgado (a grande maioria) ou ao proprietário das mesmas, mediante um contrato feito na forma oral e sem nenhuma garantia, sujeitando-se aos caprichos do Morgado, que o podia expulsar quando bem quisesse. Parceiros são aqueles que se associam aos rendeiros, trabalhando a terra à custa do seu trabalho, dos familiares ou quer ainda pela entajuda no seio da comunidade (*djunta mon*). Possuíam insignificantes parcelas de terras e praticavam essencialmente uma agricultura de subsistência.

Melhor explicando: com o aparecimento dos morgadios, as terras foram arrendadas de ano em ano aos rendeiros que, por vezes, eram expulsos arbitrariamente das mesmas após o término das colheitas. Por isso, os rendeiros não se empenhavam para tirar da terra todo o seu potencial. O mau aproveitamento das terras permeou o surgimento de parcelas de terra incultas. Ademais, os abusos de poder institucional e simbólico eram identificados como o principal responsável pela miséria dos rendeiros, parceiros e meeiros.

Não parece desmedido acrescentar que o poder senhorial contava com um forte privilégio que conferia perpetuidade à doação, característica apontada, por António Pusich, como sendo o principal instrumento de defesa de privilégios e de concentração do poder em mãos dos morgados, bastante evidente na irracionalidade e despropósito do mando sobre os trabalhadores rurais.

Segundo o modelo de capitánias hereditárias, a ilha de Santiago foi dividida em duas partes: a do sul, centrada na Ribeira Grande, e a do norte, sediada em Alcatrazes, confiadas por D. Fernando ao navegador genovês António de Noli e a Diogo Afonso, respectivamente, como “recompensa” pela “descoberta”.<sup>12</sup> Como “capitães-donatários”, passaram a deter um cargo hereditário que lhes outorgou o direito de “*assegurar o povoamento, de repartir a terra em regime de sesmarias, de organizar um sistema administrativo...*”. Dom Manuel concedeu a Rodrigo Afonso amplos poderes sobre a capitania doada.<sup>13</sup>

A Carta de doação feita por D. Manuel a Rodrigo Afonso, reservava para a Coroa portuguesa o direito de decisão sobre a pena de morte ou a mutilação de membros. Ainda obrigava o donatário a conceder terras a quem julgasse ter melhor condição para explorá-las, o que deveria ser feito em um período de cinco anos, sob pena de as terras serem confiscadas e arrendadas para outra pessoa. Em outros termos, a doação configurava um direito adquirido sob a forma de benefício, mas sempre respeitadas as condições impostas pela Coroa portuguesa.

A excessiva concentração do poderio político e económico nas mãos de poucos foi sempre uma das características marcantes do sistema administrativo local em Cabo Verde,

---

12 FURTADO, Cláudio Alves. *Transformação das Estruturas Agrárias numa Sociedade em mudança – Santiago Cabo Verde*. São Paulo, 1988. 357 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 23. Infelizmente não dispomos nos arquivos portugueses desta Carta de doação. Entretanto, temos a doação feita a Dona Branca d’Aguiar, filha de Antonio de Noli, deduzindo-se a partir desta, a forma possível da dita Carta.

13 ANTT, *Livro das Ilhas*, fl. 69 v.

desde os primórdios do seu povoamento. Em 1824, os cargos administrativos de menor relevância nas Câmaras eram ocupados por pessoas sem escolaridade formal, o que facilitava sua manipulação, mediante suborno, por parte dos monopolistas e traficantes. Ademais, os juizes ordinários, responsáveis pelas sentenças, mal sabiam assinar o nome e eram assessorados, na maior parte das vezes, por degredados que representavam os interesses dos traficantes.

Ao apresentar o estado da atual administração nas ilhas de Cabo Verde, em 1824, António Pusich destacou a parcialidade da administração local, manipulada por monopolistas e traficantes de escravos. Não deixou ainda de notar que os seus funcionários eram constituídos por degredados, os quais aplicavam as leis unicamente para favorecer os interesses de ricos morgados.

As Camaras destas Ilhas quaze sempre cumpostas de homens ignorantes, ou degradados; por que os que melhor podiam occupar estes Cargos, ou responsabilidade ter ás suas Ordens uma Camera venal, ignorante, ou mal intencionada, e dar-lhe com a sua occulta influencia, bem como de um autômato o movimento que lhes pairesse: o que he muito fácil de conciguir n'aquellas Ilhas, cujos habitantes ou aquella desgraçadamente, aprendem a moral Publica, ou fugitivos monopolistas, e traficantes, que elludem dos rusticos com promessas fantásticas e atrahem os degradados com peitas, e sobornos; da que resulta que muitas destas Câmeras não se juntam para as vereações nos dias da Ley; nem cuidam do bom regimento da terra; mas as mais das vezes são convocadas para fabricarem nos abaixo assignados, attestados e protestos contra as Autoridades que querem coibir os excessos dos monopolistas e traficantes, e nessa mesma occasião são animadas com copos de agoardente, e mil promessas: d'aqui se pode coligir quaes serão as Sentenças de semelhantes Juizes Ordinarios, e dos quaes uma grande parte mal sabem assignar o seu nome, e não tem por Acessores se não algum Rabúla, ou degradados práticos dos traficantes (...).<sup>14</sup>

Na verdade, as câmaras municipais estavam nas mãos de indivíduos nascidos na ilha – “e chegou a terra (ilha de Santiago) a taes termos, que quantos há hoje na Camara são crioulos”.<sup>15</sup>

Os poderosos detinham assim grandes poderes e influência sobre a justiça e as câmaras municipais. Por sua vez, a ausência de *juizes* facilitava a concentração de poder por parte de homens, como Domingos Ramos Monteiro, Nicolau dos Reis e Manuel

14 AHU, *Cabo Verde*, Cx. Nº. 077/ Doc. Nº. 95-A, de 1824.

15 ARSI, *Lus.*, cód. 74, fls. 141 – 143 v., de 27 de Junho de 1617.

Tavares Homem. Os juizes poderiam representar uma barreira quase intransponível para os proprietários, tendo em vista que à luz das legislações, os morgados teriam, por exemplo que elaborarem contratos de arrendamento por escrito, o que na maioria dos casos não acontecia. Por outro lado, a presença do magistrado deveria implicar, na investigação das diversas condutas discricionárias dos morgados, como as sucessivas violências perpetuadas contra os rendeiros. Por tudo isto, evitavam a todo custo a presença de magistrados, o que facilitava a manipulação de oficiais, reduzidos a meros executores de seus interesses.<sup>16</sup>

Pelo exemplo da disputa de Jozé dos Santos Landim pelo morgadio de *Pico Vermelho*, um dos mais ricos da ilha de Santiago, pode-se compreender a inoperância da justiça local, sempre atrelada aos interesses dos morgados. Landim reclamava junto do governo geral a falta de imparcialidade da justiça e os abusos cometidos contra ele, bem como a existência de “paixões particulares” ao invés da aplicação das leis e da razão. Apesar da sentença proferida pela justiça da Câmara ter estabelecido que António Correa Landim não dispunha de qualquer bem no referido morgadio, este continuava pressionando e interferindo na administração do referido vínculo, afrontando seu legítimo proprietário.<sup>17</sup>

O surgimento, desde 1821, de um projeto “*revolucionário*” em Portugal foi decisivo para reivindicação de um conjunto de reformas das câmaras municipais, em mãos de monopolistas e traficantes. Pela carta enviada de Lisboa pelo Tenente de Infantaria, José Antonio Serrão, ao coronel governador militar da ilha de Santiago, Gregório Freire de Andrade, de 1838, sabe-se que havia um projeto de revolução em Portugal que, por sua vez, deveria ser posto em prática em Cabo Verde. A carta também revela que os liberais exaltados mantinham contatos com integrantes do partido em Lisboa. Por ser um dos líderes do partido dos “revoltosos”, o referido tenente foi transferido para Lisboa.

Além disso, a revolta política em Cabo Verde devia-se, sobretudo ao menosprezo da Coroa perante o período de fome registada em Cabo Verde, o que levou a administração colonial a não pagar os funcionários. Tal deliberação administrativa levou ao descontentamento da elite política local. Sabe-se que durante a fome de 1831 e 1833, o governador geral Costa Macedo solicitou socorros à Coroa portuguesa que, por sua vez, não atendeu ao apelo. Os índices de mortalidade gerados pela fome só não foram maiores porque, em 1834, oito navios norte americanos, atendendo aos apelas do então governador

---

16 AHU, *Cabo Verde*, Cx. N° 060/ Doc. N° 3, de 24 de Janeiro de 1812.

17 AHU, *Cabo Verde*, Cx. N° 049/ Doc. N° 9, de 4 de Março de 1796.

geral Manoel Antonio Martins, distribuíram gêneros alimentícios para populações das ilhas, chegando a atender por volta de 40 mil pessoas. Segundo o ofício, a prefeitura teve que tirar dos seus próprios cofres três contos de reis para pagar o frete desses navios, sem qualquer apoio e reconhecimento por parte da Coroa portuguesa, que havia “abandonado” o arquipélago à sua sorte. Por isso mesmo, o referido prefeito, a par da “ingratidão” de Sua Magestade, o rei de Portugal, dirigiu uma carta de agradecimento ao governo dos Estados Unidos pela “esmola”.<sup>18</sup> Para os liberais exaltados o flagelo da fome de 1831/1833 foi interpretado como punição dos crimes do governo geral anterior, e que impediram a “sonhada revolução”. O prefeito ainda considerava que os “cidadãos” dos Estados Unidos da América salvaram em 1832 a maior parte dos habitantes das ilhas de Cabo Verde. Não por acaso, a prefeitura, em sinal de reconhecimento, tenha concedido várias regalias a esses comerciantes. Além disso, era a única “nação” que continuava a comprar produtos e manufaturas de Cabo Verde. A leitura desse ofício permite compreender o descontentamento das elites políticas locais quanto a omissão da Coroa portuguesa perante a fome.

Por essa razão, determinou-se que todas as mercadorias provinientes dos EUA passariam a gozar direitos nos portos de Cabo Verde, em sinal de reconhecimento pelo gesto. Os corregedores norte americanos vinham pagando impostos de 12%, ao invés de 24% , nas alfândegas do arquipélago. Segundo o ofício, “*Se agora se puzer a Pauta em vigor (...) conservando-se os mesmos direitos de 24%, os primeiros Corregedores Americanos (...) terão logo de pagar direitos duplicados do que antes pagavão*”. Porém, mantiveram-se cauteloso diante da possibilidade dos navios americanos deixarem de frequentar os portos do arquipélago, reclamando dessas medidas administrativas: “*Hé esta a maneira por que vos outros, Colonos portugueses, galardoaes a quem vos salvou a existencia d’entre as garras da morte?*”. Também o próprio prefeito reconheceu que os colonos começavam a romper com a antiga “*raça estúpida da colónia*”, onde o inglês, pela necessidade de comunicação com os americanos do norte, era mais conhecido do que a própria língua portuguesa. O ofício demonstra que os navios americanos frequentavam continuamente os portos de Cabo Verde, responsáveis pela difusão de ideias reformadores em várias ilhas. No imaginário coletivo dos habitantes de Cabo Verde, os

---

18 Os navios norte americanos aportavam frequentemente os portos cabo-verdianos para fazer transações comerciais. Devido ao comércio com o arquipélago, tinham uma representação consular na vila da Praia.

norte americanos passaram a ser vistos como salvadores e libertadores, e suas chegadas aos portos cabo-verdianos representavam a libertação e a salvação das práticas tirânicas dos sucessivos governos. A fome ganhou novos significados com as disputas políticas e ficou associada aos sinais do fim do mundo e a vinda dos anticristos.<sup>19</sup> Por isso, os rendeiros deveriam se armar para combater a opressão dos morgados.

Essa perspectiva foi reforçada por outro depoimento que além de denunciar o desprezo por parte da Coroa, confirma a existência de benefícios concedidos a alguns dos escolhidos dela. Fica evidente o medo das populações por conta das ações das autoridades de Cabo Verde. Não resta dúvida acerca da displicência das autoridades que importaram pequenas quantidades de gêneros de primeira necessidade como o milho. Delegavam esta responsabilidade à população, sendo que muitos indivíduos vendiam panos de seda nos portos ou mesmo terras por pequenas quantidades de arroz e de milho.<sup>20</sup> O fato da documentação ter destacado que os rendeiros não quiseram trabalhar as terras, demonstra que os mesmos deram-se conta que a parca colheita conseguida dava unicamente para pagar as rendas atrasadas das terras e comprar algum mantimento.

Esta fala oficial revela a emergência e o poder político de uma elite local. Um primeiro exemplo referia-se a Gregório Freire de Andrade que, além de comandante da infantaria da ilha de Santiago, rico proprietário rural, reverendo da igreja católica no interior da ilha, detinha grande influência político-religiosa sobre as suas populações, principalmente sobre os rendeiros. Um segundo referia-se Marcelino Rezende Costa, escrivão da Junta governativa desde 1829. Considerado pelo prefeito de Cabo Verde, Manoel Antonio Martins, como o principal responsável pelas *intrigas*, exercia grande influência política na ilha de Santiago, ao ponto de levar o mesmo governante a considerar que *“aumentava a confusão para ter maior numero de infelizes, que dependessem delle”*. Reiterou os atentados que fora vítima, em 1832, quando sua residência era frequentada *“unicamente dos liberais mal olhados, e mal olhados eu mesmo pela Junta”*. Não deixou de destacar a grande conspiração política dos *“sectarios Baptista”* que, na noite de três de Julho de 1832, *“tomaram uma attitude marcial contra huma sonhada revolução de que me apelidaram chefe”*. O poderio político de Gregório Freire d’Andrade foi reforçado com a sua nomeação, em 21 de dezembro de 1835, para o cargo de administrador do concelho de

---

19 Aqueles que cometiam injustiças.

20 Boletim Official do Governo Geral de Cabo-Verde, N°. 119, de 27 de Dezembro de 1845, p. 480.

Santa Catarina. O referido ofício permite-nos compreender o exercício do poder político no interior da ilha. O morgado e comandante da infantaria da ilha de Santiago “*obteve maior numero de votos para administrador deste concelho*”.

Ainda segundo Martins, tanto Gregório Freire de Andrade quanto Marcelino Rezende Costa perseguiram os seus inimigos políticos, principalmente “*todos quantos contradiziam, ou simplesmente censuravam os seus desatinos*”. O fato dos liberais exaltados dirigirem “*insultos a indivíduos conhecidos por seu liberalismo*”, mostra o descontentamento quanto às opções políticas postas em prática. Também os considerou como “*negros terroristas*” que em alguns casos fizeram com que a Junta da Fazenda procedesse a “*devassas*”, “*calumnias*”, roubos de propriedade, bem como “*apoiar contrabandos*”. Além disso, começaram a ser promovidos para cargos públicos tanto “*degredados turbulentos*” quanto “*mulatos bêbados*”, desprezados pelos anteriores governos. Tais iniciativas representavam um conjunto de mobilizações políticas, para a promoção dos simpatizantes da elite local, como também a consciência de que a introdução do liberalismo no arquipélago não resultou na plena liberdade dos seus habitantes.

Estes fatos atestam que tanto Marcelino quanto Gregório Freire de Andrade detinham grande influência e confiança não só de determinados morgados, como principalmente dos rendeiros, a ponto de os mobilizar politicamente contra os seus morgados. Não é por acaso que Manoel António Martins os denominou de “*terroristas*”, tendo em vista as suas *maquinações políticas* contra o regime liberal implantado em Cabo Verde. Ademais, para o então prefeito, as iniciativas dos referidos políticos era “bifronte”.<sup>21</sup> Se de um lado, apoiavam os morgados que eram seus aliados políticos; de outro mobilizavam os rendeiros a rebelarem contra os morgados que eram seus adversários políticos, fazendo crer aos primeiros que deveriam denunciar todos os abusos que vinham sofrendo dos mesmos proprietários. Todos os morgados que discordassem das decisões políticas eram perseguidos. Para tal, esses políticos faziam crer aos rendeiros que deveriam se mobilizar para contestar a ordem político-econômica vigente, pois que a nova Constituição protegia os seus direitos.

Esses exaltados também exigiam da prefeitura profundas reformas políticas, com destaque para a realização periódica de eleições dentro das freguesias. Para atender às pressões, por meio do ofício de 31 de maio de 1834, o então prefeito considerou que os

---

21 Que tem duas frentes e caras, falso, traiçoeiro.

seus esforços e empenho para garantir a eleição dos deputados às Cortes com a maior liberdade objetivavam servir a “*pátria portuguesa*”. Para tal, destacou o papel de D. João VI, por ter castigado os tiranos, os “*malvados e os seus crimes*”, bem como sabendo procurar nos seus “*domínios*” pessoas que servissem o bem público. Considerou os flagelos da fome e da miséria em Cabo Verde, principalmente nas ilhas de sotavento, como resultado da tirania e prevaricações dos seus funcionários, vista com “*desprezo*” pela Junta da Fazenda, dentre os quais destacava Marcellino Resende Costa, considerado um adulator. Segundo estas atitudes demonstraram como os tiranos viam a miséria dos povos, nada mais que “*escravos*” dos seus caprichos. Também resultou na perseguição dos “*sectarios*” de Baptista aos liberais moderados, dentre os quais o então prefeito.

Entretanto, as divergências políticas não se limitavam ao calendário eleitoral, como também à melhoria das condições de vida das camadas sociais mais pobres e exploradas. Um dos exemplos dessas confrontações políticas verificava-se, por meio das participações dirigidas à Coroa portuguesa. Foi assim que o Conde da Póvoa, enquanto Ministro, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Erário régio, de 14 de Fevereiro de 1833, determinou à Junta governativa o envio da “*Relação da quantidade da urzella que existia em cada huma dellas*”, bem como a capacidade de produção anual de todas as ilhas. Este governante questionou a demora no envio da relação, em descumprimento a uma ordem régia, que visava recolher subsídios para melhorar a produção da urzela em Cabo Verde. A Junta deveria dar cumprimento a essa ordem enviando uma declaração sobre as vantagens ou prejuízos resultantes à Real Fazenda durante a administração de Manoel Antonio Martins, bem como em relação à sua administração. Aproveitando desta determinação, Marcellino Rezende da Costa, na qualidade de escrivão, deputado da Junta da Administração e Arrecadação da Fazenda Pública e um dos Fiscais dos bens da Coroa no arquipélago, dirigiu uma representação à Coroa portuguesa contra Antonio Manoel Martins, administrador do contrato da urzela em Cabo Verde, de 24 de Outubro de 1833, acusando-o de “*mao comportamento*” em relação aos bens da Coroa. Este administrador, como parte da estratégia política para enfraquecer o poderio político-econômico de Martins, determinou por meio de circular dirigido tanto às câmaras municipais quanto aos feitores, a afixação de editais “*nos lugares mais publicos*”, com a lista de todos os urzeleiros do arquipélago. Segundo este, a publicação desta lista resultaria em grande “*benefício*”, tendo em vista de “*virem a receber para o futuro dinheiro*

*sem ser admissível outro genero em pagamento de venda*". Tanto as câmaras municipais quanto os feitores deveriam aceitar queixas, representações e denúncias contra o referido contratador, devendo ser remetidas à administração da fazenda, por escrito, registradas nos "*Livros competentes*" das câmaras municipais. Tal iniciativa política obteve apoio dos deputados Antonio de Brito do Lago, Joze da Silva Pereira e Ambrozio Gomes de Carvalho.

Por outro lado, para fazer face às mobilizações partidárias e das rebeliões daí decorrentes, a prefeitura lançou mão de um conjunto de medidas político-administrativas. Por meio da mesma portaria, o referido Conde homologou a determinação do prefeito Manoel Antonio Martins, de 23 de julho de 1834, por meio da qual designou provedores para todos os distritos do arquipélago. Martins nomeou para a vila da Praia e Santa Catarina dois de seus principais aliados políticos, Nicolau dos Reis Borges e Luiz Freire de Andrade respectivamente. Dessa nomeação ficou de fora Gregório Freire de Andrade, principal opositor político e um dos que ambicionava o cargo de provedor de justiça. Não é por acaso que este político incitou os rendeiros a revoltarem contra Nicolau dos Reis, na qualidade de morgado de Achada Falcão.<sup>22</sup>

Os adversários políticos de Martins eram, grande parte, seguidores de Baptista<sup>23</sup>, na maioria dos casos formados de liberais exaltados, eram conhecidos em Cabo Verde como um dos grandes defensores e promotores do abolicionismo, divulgando doutrinas religiosas contra a escravidão e o monopólio. Fizeram crer aos rendeiros que a Bíblia justificava todas as suas ações de rebeldia contra os seus morgados e que perante Deus eram criaturas com direito à plena liberdade. Além disso, que os rendeiros não deveriam trabalhar para os "*lobos cruéis*" (Atos, 20: 29 – 30), sob pena de serem castigados por Deus, com a perda de suas almas. Ao falar sobre a salvação, os seus seguidores salientaram a *presença dos falsos profetas*. Segundo eles, "*E não é maravilha, porque o próprio Satanás se transfigura em anjo de luz. Não é muito, pois, que os seus ministros se transfigurem em ministros da justiça; o fim dos quais será conforme as suas obras*" (2 Coríntios, 11:13 – 15). Para eles, a Bíblia reduz o mundo ao maligno. Por isso, ao se submeterem aos desmandos dos morgados, os rendeiros estariam seguindo as obras do demônio – "*Sabemos que somos de*

---

22 AHN, SGG, Portarias do Ministério do Reino (Janeiro – Dezembro/1834). Originais manuscritos, Cx. 285.

23 Secretário de D. Duarte, governador geral de Cabo Verde em 1830.

*Deus e que o mundo inteiro jaz no Maligno*”. Acreditando num breve retorno de Cristo, faziam crer aos rendeiros que deveriam apartar-se de tais práticas, como inscrito no livro de Apocalipse, 18: 4 – “Retirai-vos dela, povo meu, para não serdes cúmplices em seus pecados e para não participardes dos seus flagelos”. Os rendeiros deveriam estar vigilantes quanto às suas práticas, pois “Vigiai, pois, porque não sabeis quando virá o dono da casa: se à tarde, se à meia-noite, se ao cantar do galo, se pela manhã, Para que, vindo ele inesperadamente, não vos ache dormindo. O que, porém, vos digo, digo a todos: Vigiai” (Marcos, 13:35-37).

Dentre as principais vítimas de Baptista, António Manoel Martins destacou o nome de João Joze Antonio Frederico, ex-tesoureiro da Junta da Fazenda. Em 1831, foi forçado por este segmento político a abandonar a sua casa e a sua família, aonde não regressou até 1834, quando da instituição dos corpos administrativos da prefeitura da província de Cabo Verde e Guiné. Segundo o mesmo prefeito, tratar-se-ia de “*hum dos filhos destas Ilhas, em que se encontra mais illustração, á qual reúne conhecimentos locais da Prov<sup>a</sup>, e que as suas virtudes civicas são geralmente reconhecidas*”. Como forma de reparação política, pediu ao prefeito de Cabo Verde o cargo de sub-prefeito da camara da Guiné, somando ao pedido feito também pelo Coronel Joaquim Antonio de Mattos que, segundo Martins, fez “*penozos (...) sacrificios a prol da cauza das Liberdades Patrias*”. A estratégia política de Baptista consistia na perseguição e na expulsão do arquipélago de todos aqueles que se opusessem às medidas administrativas tomadas pelo governo geral.

Além das perseguições políticas aos liberais moderados, os exaltados exigiram da prefeitura a urgência da apresentação dos deputados junto às Cortes, em Lisboa. Tal mobilização fez com que o prefeito, para atender às pressões políticas das várias freguesias do interior da ilha de Santiago, procedesse à contratação de uma embarcação para essa finalidade. Tal prática revela que os habitantes do interior da ilha de Santiago, organizados em torno do partido separatista, vinham pressionando politicamente para que as autoridades realizassem eleições periódicas em Cabo Verde, como parte das reformas políticas. Caso contrário, subverteriam a ordem política vigente, como também inviabilizariam a governação da província, não reconhecendo as suas determinações. A própria preocupação do governador geral, Marinho, quanto à realização urgente da eleição, atesta as pressões políticas que vinha sofrendo não só por parte dos representantes das demais ilhas, como também dos morgados do interior da ilha de Santiago.

(...) Sendo eu dado em Setembro ultimo as ordens mais positivas para se reunirem os Elleitores das Ilhas em São Thiago no primeiro de Novembro, nem huma so camara das outras ilhas satisfazer aesta ordem, foi preciso eu trazer commigo, e hir pessoalmente buscar os elleitores de Santo Antão, S. Vicente (...) São Nicolao, Boa Vista (...) da Ilha do Maio, os do Fogo, e Brava ainda não chegaram apesar de ter mandado lá uma embarcação para este fim, e julgo ser preciso mandar outra com hum official. He tãobem a cauza desta apathia a excessiva pobreza das Camaras Municipaes, e da maior parte dos habitantes, e em todas as Ilhas não haver embarcações capazes de soffrerem as fortes tensões dos ares neste Arquipelago (...).<sup>24</sup>

Entretanto, as disputas políticas por ocasião da realização das eleições para cargos políticos nas freguesias levaram as populações da ilha de Santiago a revoltaram-se contra algumas arbitrariedades do prefeito de Cabo Verde. Uma dessas revoltas ocorreu, devido aos saques realizados pelo prefeito de Cabo Verde na casa de Antonio Pereira da Borja. Este político era conhecido como um dos principais apoiantes do regime constitucional em Cabo Verde. Político e comerciante, era declaradamente um liberal exaltado, o que motivou a revolta dos seus aliados contra a prefeitura. Em resposta registou-se uma grande mobilização política para forçar a abdicação do cargo do então prefeito de Cabo Verde.<sup>25</sup> Martins, utilizando de seu poderio político, determinou a utilização da violência contra os seus opositores políticos, na maioria dos casos, compostos de liberais exaltados.

Para o mesmo prefeito, tais mobilizações políticas deviam-se, sobretudo às reformas políticas levadas a cabo pela prefeitura, que tem “*cauzado grande regozijo no miseravel povo, cuja voz não pode passar além do Atlantico, mas tem-me suscitado novos inimigos nos opulentos Feotas, que chupavam as substancias do povo, contudo não desanimo*”. Fica evidente que para o prefeito de Cabo Verde o exercício do poder político não permitia quaisquer manifestações de descontentamentos da população. Para tal, este estava determinado a promover um conjunto de reformas político-econômicas para derrubar o regime de monopólio vigente no interior de Santiago. Por conta disso implementou duas importantes reformas administrativas: substituiu os comandantes militares, os principais

---

24 AHN, SGG, Ofícios expedidos ao Ministério e Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (1830/Abr/02 – 1836/Jan/13). Cópias manuscritos. Liv. 520, fl. 220.

25 AHN, SGG, Ofícios expedidos ao Ministério e Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (1830/Abr/02 – 1836/Jan/13). Cópias manuscritos. Liv. 520, fl. 191.

responsáveis pelo regime de monopólio, em todas as ilhas pelos provedores de justiça, câmaras municipais e juizes da paz. E depois determinou a redução dos efetivos militares e das milícias, substituindo-os por uma “Guarda Nacional”, que teria melhores níveis de instrução e preparação. Tais iniciativas políticas da prefeitura revelam a incompatibilidade do cargo militar com o regime liberal. Também granjeava antipatias e receios dos principais capitães militares, dentre os quais cabe destacar Gregório Freire de Andrade. Além disso, revela que os rendeiros estavam inteiramente excluídos dos centros de decisões políticas.

Um desses exemplos é a proposta de criação de uma “*companhia mercantil*”, de 28 de junho de 1834, com o objetivo de “*levar esta (...) Colonia ao ponto de poder ressarcir á Metropole a perda do Brazil*”. A companhia, aproveitando-se da boa situação geográfica do arquipélago, deveria ser capaz de articular os interesses do Estado e dos respectivos sócios proponentes. Carecia ser composta de capitalistas e de “*peessoas mais acreditadas*” das ilhas. Propunha-se também a fazer com que o monopólio do comércio com as ilhas fosse assumido pelos portugueses e não, como vinha acontecendo, pelos estrangeiros. Não é por acaso que no art. 5º da ata da fundação, além de determinar que só pudesse ser seus acionistas os “*portugueses natos*” ou “*estrangeiros naturalizados em Portugal, e Seus Dominios*”, também predispõe que os estrangeiros não teriam direito ao voto. Também tinha como objetivo garantir o desenvolvimento das ilhas com os grandes lucros da companhia. Para a escolha do presidente, procuradores e deputados, determina pelo artº. 6º que fosse realizada uma “*votação feita por Escrutinio Secreto em Listas de sete nomes*”. A companhia teria sob sua incumbência a administração das ilhas, nomeando para tal um administrador geral da colônia, coadjuvado por um diretor geral de finanças. Pretendia ainda manter a administração municipal, com ressalva que as câmaras deveriam nomear anualmente seus procuradores à junta geral da província. Para resolver as contendas deveria haver um magistrado nomeado pelo governo com o poder de fiscalização da administração. Para a defesa das ilhas, poderia nomear um governador militar subordinado às ordens do administrador geral da colônia. A arrecadação de impostos e tributos ficaria sob jurisdição da companhia, bem como a importação estrangeira.

A companhia tinha com obrigação, “*promover a cultura, indústria, Artes (...) e tudo quanto for para a prosperidade, e Civilização dos Povos*”. Só ela poderia proceder à distribuição das terras em regime de “*sesmarias*”, aplicando os despositivos da Ordenação Afonsina, L. IV, t. 43, como também procedendo à distribuição de sementes a todos os

agricultores. Obrigava-se ainda a promover a extinção da escravatura como meio eficaz para a “*Civilização e prosperidade daquelles Povos*”. O tráfico de escravos era ruim ao olhos do novo regime político-econômico, uma vez que a falta de braços para a lavoura seria “mal suppridas com braços enervados pelos grilhões da escravidão”. Tendo em conta que as leis anteriores não abarcavam os casos de “suspeição”, a Coroa portuguesa deveria aprovar uma nova lei, proibindo todo tipo de tráfico de escravatura e sem subterfugio, impondo penas pesadas àqueles que se dedicarem à “*tão abominavel navegalção*”. Deveriam ainda sofrer penalidades todos os casos de suspeitas bem fundamentadas em “*vestigios permanente*”, uma vez que toda a fiscalização tinha sido delegada às embarcações norte-americanas. Os liberais moderados defendiam a rápida transição de uma agricultura tradicional para uma agricultura voltada para o comércio, o que possibilitaria romper com o parasitismo dos morgados do interior da ilha de Santiago.

Na prática, as reformas políticas propostas reconduziram os morgados mais influentes da ilha ao poder. Um desses exemplos se verificou com a nomeação do coronel de milícias Joaquim Joze Pereira para o cargo de recebedor geral de Cabo Verde em 1834. Para o prefeito Manoel Antonio Martins, além de ser um “*rico proprietario, Capitalista, e Negociante da ilha de São Thiago*”, o candidato foi funcionário da extinta Companhia Grão- Pará e Maranhão<sup>26</sup>, “*respeitado dos grandes, venerado dos pequenos*”. Como condição, o negociante pediu para nomear os seus secretários, “*cuja escolha recahio com effeito nos dous mais habeis sujeitos deste paiz*”. Ainda para Martins, tornava-se indispensável que a receita de Cabo Verde correspondesse às despesas, o que não vinha se registrando desde 1819, quando o deficit entre 18 e 20 contos de reis. A comissão financeira teria como principal desafio o de regularizar a *confusão* existente, reduzir a cobrança de impostos com pequenos acréscimos nos rendimentos, sem os “*immensos vexames, de q. os povos tem sido aliviados*”.

Também propôs a nomeação de Antonio dos Santos Chaves Júnior para a recebedoria, por ser “*Negociante de grande crédito*”. Para pagar os empregados, o referido prefeito devia, ao invés de fazê-lo em gêneros, como era prática, efetuá-lo com dinheiro. Tal medida se impunha, tendo em vista que os valores dos gêneros eram irrealis, muitas das vezes excedendo o valor dos salários.

---

26 Antiga companhia mercantil que, em finais do século XVIII, detinha o monopólio da administração de Cabo Verde e costa da guiné.

Como parte das reformas, o mesmo prefeito denunciou à Coroa portuguesa, por meio do ofício, de 9 de julho de 1834, o fato de estar a ser “*incomodado com queixas contra os juizes leigos*”, segundo as quais praticavam injustiças “*mais atrozes, mais vexatorias*”, mediante despachos dos “*mais absurdos*”. Quando eram arguidos em processo por tais excessos, reiteravam que eram leigos, “*que nada entendem do Processo Antigo, e muito menos do Moderno*”. Sustentavam ainda que não eram responsáveis pelos “*efeitos da sua ignorancia*”. Porém, para o prefeito, tais argumentos constituía pretextos encobertos por malícia. Tendo em vista que não poderia passar por tal desordem, tendo em vista que o Poder Judiciário era, pela Constituição, independente do Poder Executivo, a Coroa portuguesa deveria fazer entrar em funções os magistrados legalmente nomeados. Tal ignorância dos juizes fazia com que fossem facilmente manipulados pelos credores, os quais aproveitando da miséria geral dos rendeiros do interior da ilha obtinham penhoras de prédios que valiam de 10 e 12 vezes mais que o montante das dívidas. As dívidas colocadas em praça no tempo da pobreza, eram arrematadas pelos credores. Em resposta a tais “*infracções das Leis naturaes, civis, e sociaes*”, o prefeito determinou a ilegalidade de tais arrematações, ficando os credores com o “*jus de se indemnizar das suas dividas pela única maneira*”. Segundo Manoel Antonio Martins, tal medida administrativa foi recebida com contentamento pelos “*despojados colonos*”, que limitavam a mendigar “*o pão quotidiano á porta dos mesmos predios, que dantes os sustentavão, e que a usura lhes havia arrebatado com a mais enorme lizão*”. Porém, ao invés de uma simples substituição dos detentores de cargos políticos, os liberais exaltados exigiam reformas políticas profundas no governo geral, possibilitando que todos os cidadãos pudessem ser candidatos a cargos políticos.

Por outro lado, Martins levou avante um conjunto de iniciativas legais contra os seus oponentes, constituído por liberais exaltados. Em primeiro lugar reapresentou o “*lebello*” do ex. secretário do governo dirigido por Antonio Marques da Costa, em que acusou Gregório Freire de Andrade, enquanto Coronel de Milícias, de ser “*suspeito em huma Participação dirigida a V. Mag.e Imperial*”. Para reforçar a acusação reafirmou que “*Cumpre-me assegurar a V. Mag.e Imperial, que tudo quanto allega o Ex- Secretario são verdades incontestáveis, e aqui geralmente sabidas*”. Em segundo lugar, destacou que Marques da Costa sempre manteve uma íntima ligação com os partidários do regime liberal em Cabo Verde a ponto de ser considerado pelo ex-governador, D. Duarte, não só como

conselheiro daquele partido no arquipélago, como também um dos “*principaes agentes da revolução de 23 de Setembro de 1833*”. Figura destacada no Brasil, em Lisboa e em Cabo Verde, ficou conhecido como um liberal exaltado. Detinha profundos conhecimentos da literatura, legislação, diplomacia, bem como “*conhecimentos locais*”, por ter sido um dos dirigentes dos negócios do arquipélago durante dez anos. Segundo Martins, justificava-se a sua nomeação para Delegado do Procurador Régio, ainda mais tendo em vista a “*falta de homens habéis nesta Provincia*”.<sup>27</sup> Martins propunha que para cargos públicos deveriam ser indivíduos reconhecidos como sendo liberais e favoráveis às reformas políticas em curso no arquipélago, como é o caso de Joze Joaquim Lopes de Lima. Em terceiro lugar, determinou por meio do ofício nº 22, de 30 de junho de 1833, que todas as câmaras municipais redobrassem os esforços para que “*as Eleições se concluão com a mais brevidade possivel, attentas as dificuldades que offerece a distancia em que se achão huãs das diversas partes de que a mesma Prov.ª se constitui*”. Pelo quadro a seguir pode-se constatar que foram nomeados para cargos administrativos indivíduos que, além de ser integrantes do partido Liberal, também eram militares, ricos proprietários e comerciantes em Cabo Verde.

**Figura 1 – Quadro do Corpo administrativo de Cabo Verde proposto pelo prefeito Manoel Antonio Martins (1834 – 1835)**

<b>CORPO ADMINISTRATIVO DE CABO VERDE (1834)</b>
<b>Para Conselheiros da Prefeitura</b>
Para Conselheiro da prefeitura, o juiz de Direito nomeado; o Director Geral das Alfândegas nomeado; e o Honrado Coronel de Milicias Joaquin Joze Pereira, da Ilha de S. Thiago, que serve actualmente de Recebedor Geral Interino, homem de Concelho, e de virtude, amante da Lei, e izento de Paixões; conhecedor do Paiz, e bom Agricula.
<b>Para Provedores</b>
Nicolau dos Reis Fonseca Borges – para o Districto da vila da Praia na Ilha de S. Thiago, Ex- Capitão –Mór, e Morgado
Luiz Freire de Andrade – Coronel de Milicias, para o Districto de S.ta Catharina, na mesma Ilha de S. Thiago; Morgado

27 AHN, SGG, “Ofícios expedidos ao Ministério e Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar” (1830/Abr/02 – 1836/Jan/13). Cópias manuscritas, liv. 520, de 16 de Maio de 1834.

Antonio Carlos d'Araujo – Rico proprietário, para o Districto da Ilha Brava
Antonio Carlos de Mello – Tenente Coronel de Milicias, rico negociante, para o Districto da Ilha do Maio
Francisco Joze de Senna – Rico proprietário, para o Districto da Ilha Brava
João Antonio Leite – Major de Milicias; da opulenta familia Dias, para o Districto da Ilha de S. Nicoláu
Luis Antonio de Mello – Rico proprietário, para o Districto das Ilhas de Sto. Antão, e S. Vicente
Joaquim Pereira da Silva – Major de Milicias com soldo, rico proprietário, e Capitalista para o Districto da Ilha da Boa Vista, aonde primeiro levantou o grito da Liberdade

A nova organização administrativa proposta pelo prefeito de Cabo Verde baseava-se na criação de modelos de provedores e sub-prefeitos nos distritos que, na prática, manteriam os mesmos poderes das câmaras municipais. Note-se que os dois provedores propostos para a ilha de Santiago eram os morgados mais abastados da ilha de Santiago. Apesar das reformas administrativas impressas na máquina burocrática de Cabo Verde, no interior da ilha de Santiago o poder político continuou a ser monopolizado pelos morgados. Além de destacar o nome dos novos provedores, o prefeito também destacou as “*faculdades*” político-econômicas dos mesmos: “morgado” ou “rico proprietário”. As nomeações demonstram que para poder exercer um cargo político, tornava-se necessário que o indivíduo tivesse bens ou propriedades. Tais reformas foram duramente contestadas pelos segmentos políticos, principalmente do interior da ilha de Santiago. Para os rendeiros, tais reformas não iam ao encontro das suas aspirações por uma maior participação política. Por meio desta nova organização administrativa, a prefeitura pretendia “(...) *a extinção dos ódios e discórdias civis, e de conciliarem, e reunirem em hum só espírito, e obediência todos os membros da Família Portugueza, para que fazem mais pertinentes e ousados os maos Cidadãos inimigos da ordem publica (...)*”.<sup>28</sup> Porém, os liberais exaltados não acreditavam nas reformas, tendo em vista que os cargos políticos continuaram sendo

28 AHN, SGG, Portarias do Ministério do Reino (Janeiro – Dezembro/1834). Originais manuscritos, Cx. 285.

ocupados por ricos morgados e comerciantes da ilha de Santiago. A leitura desse ofício possibilitou a esta pesquisa articular os “*ódios*”, as “*discórdias civis*” e políticas na emergência de ações contestatórias no interior da ilha de Santiago. Os exaltados eram designados como sendo “*inimigos da ordem pública*”, uma vez que promoviam ações contestatórias contra o governo dos moderados.

Entretanto, todas essas reivindicações seriam, em parte, atendidas pelos ofícios de 21 de junho de 1834 e de 12 de julho de 1834, que colocaram em prática as determinações do Decreto, de 28 de maio desse mesmo ano, que determinou a eleição de deputados às Cortes em Cabo Verde, garantindo assim os direitos políticos àqueles que pudessem exercer o direito ao voto. Já o ofício de 12 de Julho determinou a realização das eleições paroquiais, compelindo os eleitores das ilhas de: Santiago, Maio, Fogo e Brava a se reunirem no dia 15 de agosto na ilha da Boa Vista para elegerem os deputados às Cortes, tendo em vista que as moléstias e doenças provocadas pelo período de chuvas impediriam sua realização na ilha de Santiago. Além disso, para uma maior eficácia no cumprimento das portarias remetidas de Lisboa, o conselheiro advertiu quanto à necessidade de aplicação das determinações régias, de acordo com as circunstâncias peculiares de cada freguesia, de cada concelho e de cada paróquia.

(...) Parte das Instruções de 7 de Agosto de 1826, que se refere ás Elleições Parochiaes ás quaes VS<sup>a</sup>. se servirá mandar proceder sem demora nas Ilhas de Santiago, Maio, Fogo e Brava, que se achão debaixo da sua immediata direcção; remettendo para isso às respectivas Camaras Copias das dittas Instrucções; e fazendo-lhes saber que os Elleitores se devem reunir impreterivelmente no dia 15 d’Agosto do corrente anno para formarem a Assembleia Provincial, na Ilha da Boa Vista, actual residencia da Prefeitura; pois seria tão improprio, como inhumano sujeitar os Cidadãos Elleitores das outras Ilhas ás molestias agudas, e perigozas, que nesta Quadra são quasi inevitaveis na Ilha de S. Thiago, aonde aliás se acha dissolvida por falta de população a Camara da arruinada, e deserta Cidade da Ribeira Grande, que servia de Capital (...).<sup>29</sup>

O ofício acima referido destaca as motivações de ordem naturais e econômicas que intervieram na escolha da ilha da Boa Vista para a realização das eleições para deputados às Cortes em Portugal. Também não deixou de destacar a ausência da população na Ribeira Grande, onde habitualmente eram realizadas as eleições. Além dos fatores anunciados pelo

---

29 AHN, SGG, Cx. 119.

ofício, era do interesse político da prefeitura realizar as eleições na ilha da Boa Vista, tendo em vista a decisiva influência nos resultados do escrutínio. Com esta iniciativa política, a prefeitura pretendia minimizar as manipulações dos resultados por parte das elites locais da ilha de Santiago, como também favorecendo os eleitores das ilhas do barlavento, como São Vicente, Santo Antão, São Nicolau e Boa Vista. Por isso, a prefeitura tinha todo o interesse que as eleições fossem realizadas na ilha da Boa Vista, donde partiram as mobilizações políticas em torno dos princípios liberais em Cabo Verde. É importante reiterar que para o liberalismo, o indivíduo é o principal destinatário do poder político, tornado pelo contrato social um cidadão.

Segundo o relatório de 26 de agosto de 1834, o então prefeito de Cabo Verde, Manoel Antonio Martins, comunicou à Coroa portuguesa que as eleições nas várias ilhas de Cabo Verde decorreram com a maior “*liberdade e ordem*”, apesar de falta de pessoas ilegíveis segundo a legislação vigente. Também não deixou de destacar as grandes distâncias percorridas pelos eleitores e a necessidade de adaptar as diversas determinações régias às circunstâncias locais, como principais dificuldades para o processo eleitoral no interior da ilha de Santiago. Foram eleitos Joaquim da Silva e o secretário geral da prefeitura, Joze Joaquim Lopes de Lima, apoiantes desde 1824 do governo constitucional. Para tanto, destacou a importância da organização tanto dos “*Registros Civis*” quanto das “*pautas juramentadas*” nos diversos concelhos.

No que se refere à prefeitura, esta determinou, sob pretexto de manter a tranquilidade pública e a monarquia constitucional, a criação de uma Guarda Nacional, formada por cidadãos tidos como idôneos. A estratégia dos morgados visava constituir uma milícia em cada freguesia pretendendo, com isso, impedir que os rendeiros organizassem revoltas contra os seus morgados. Caberia às autoridades locais das freguesias a escolha desses cidadãos tidos como “*qualificados*” para ocuparem o posto de guarda nacional. Como exigência os candidatos deveriam ter 100 mil reis de renda anual, proveniente tanto dos bens de raiz, do comércio e da indústria, o que excluía os rendeiros. Também estavam fora desta qualificação os condenados por roubo, atentado aos costumes e a moral pública. Os provedores de justiça dos concelhos deveriam observar as exigências impostas pelo Decreto. Caberia às autoridades locais solicitar a intervenção da guarda nacional, em caso de desordem que colocasse em causa a *tranquilidade pública das pessoas e bens*.

Com a deposição do prefeito, Manoel Antonio Martins, acusado de atacar os liberais

exaltados da ilha, se pretendendo atender às reivindicações políticas dos liberais moderados, tornava-se urgente a realização de novas eleições nas diversas freguesias do interior da ilha de Santiago. Pelos ofícios dirigidos ao prefeito de Cabo Verde, Manoel Antonio Martins, dos dias 5, 12 e 21 de julho de 1834, o conselheiro honorário da prefeitura e encarregado da administração das ilhas de Cabo Verde, Joaquim Joze Pereira demonstrou a urgência quanto às eleições de deputados às Cortes, segundo o Decreto de 28 de maio daquele ano. Segundo este ofício, tornava-se indispensável a realização de eleições paroquiais para cargos políticos locais nas ilhas de Santiago, Maio, Boa Vista, Fogo e Brava, por forma a conseguir que todos os eleitores da província pudessem reunir no dia 15 de agosto, evitando protestos de desordens nas referidas ilhas. Além disso, apesar das grandes distâncias que separavam as freguesias umas das outras, reiterou que a prefeitura vinha se esforçando para enviar a todas as câmaras da província as cópias das determinações das Cortes, de 26 de Agosto de 1826, para que as eleições fossem realizadas o mais breve possível.

Sob pressão dos exaltados foram eleitos *novos eleitores* para representarem o concelho de Santa Catarina. Segundo o ofício de 8 de agosto de 1834, o referido conselheiro apresentou Paulo Jozé dos Mosquitos de Santa Maria e João Pereira de Barros como sendo os novos eleitores desse concelho. Além disso, sugeriu aos vigários de todas as freguesias do interior da ilha de Santiago que, devido tanto às grandes distâncias percorridas pelos candidatos diante da extensão das freguesias e pela pobreza dos seus habitantes, que a eleição fosse realizada numa localidade, num ponto central, no interior da ilha. Esta fala oficial demonstra que os rendeiros do interior da ilha de Santiago reivindicavam uma representação política junto ao governo geral. Para tal, exigiram que o prefeito procedesse à eleição dos deputados também no interior da ilha de Santiago como determinava a Carta constitucional de 1826, posteriormente substituída pelas Cartas de 1822 e de 1838.<sup>30</sup> Esses políticos exigiam não só novas eleições, como também novas condições para a realização delas. Damos destaque a aquela que determinava que fosse fixado um local mais próximo para o ato eleitoral.

Entretanto, a simples realização de novas eleições para cargos dentro dos concelhos não agradou as elites políticas que, por sua vez, exigiram profundas reformas quanto à

---

30 AHN, SGG, Correspondências trocadas entre o prefeito de Cabo Verde, Manoel Antonio Martins, e os secretários e o conselheiro honorário da prefeitura (Abril – Dezembro/1834). Originais e cópias manuscritos. Cx. 119.

distribuição das riquezas. Para tal, o governo geral deveria mudar os “*usos e costumes*”, por meio de fundação de “*pequenas povoações*” que favorecessem tanto o comércio interno quanto o comércio externo de Cabo Verde. Para o aumento das riquezas do arquipélago e do seu “*povo*”, a Coroa deveria apostar na fundação de um novo “*centro de civilização*” que, segundo o governador geral Joaquim Marinho, deveria ser sediado na ilha de São Vicente. Nesta ilha poderia ser estabelecido um depósito de todas as produções agrícolas, manufatureiras das restantes ilhas de Cabo Verde e da costa da Guiné, o que facilitaria o comércio e “*sem risco algum para todos os europeos*”. Tal iniciativa reanimaria o comércio e a navegação com os portos da ingleses e franceses. Segundo o mesmo governador, a Coroa portuguesa deveria “*fazer hum centro de cevilização, para dali se espalhar as outras ilhas, onde se devem assentar todos os estabelecimentos da industria, de comercio e da navegação*”.

Por outro lado, deveria também criar novas leis que aumentando as rendas do governo permitissem acabar com o deficit. O governo geral utilizava o argumento legal que o trabalho enaltecia os valores da civilização, enquanto que a indolência estava associada à selvageria. Além disso, a ilha dispunha de bons portos, sendo sua posição geográfica “*a mais vantajoza pela navegação*” para os navios que iam para o sul, e era capaz de receber “*mais de duzentos grandes navios, e muitas especies de embarcações pequenas*”. Esta estratégia política visava não só impedir que os rendeiros tivessem acesso aos cargos políticos, como também *educar* a população nos valores da “*civilização européia*”.<sup>31</sup> Segundo o prefeito Manoel Antonio Martins, os rendimentos públicos em Cabo Verde provenientes dos impostos não chegavam sequer a uma quinta parte do que seriam necessários para pagar os funcionários e suportar as despesas públicas, pressupostos fundamentais em qualquer país civilizado.

Segundo o relatório de 26 de agosto de 1834, o então prefeito de Cabo Verde, Manoel Antonio Martins, comunicou à Coroa portuguesa que as eleições nas várias ilhas de Cabo Verde decorreram com a maior “*liberdade e ordem*”, apesar de falta de pessoas ilegíveis segundo a legislação vigente. Também não deixou de destacar as grandes distâncias percorridas pelos eleitores e a necessidade de adaptar as diversas determinações régias às circunstâncias locais, como principais dificuldades para o processo eleitoral no interior da ilha de Santiago. Foram eleitos Joaquim da Silva e o secretário geral da

---

31 AHU, SEMU: *Ofícios do governador Joaquim Pereira Marinho*. Cx. 53, doc. 31.

prefeitura, Joze Joaquim Lopes de Lima, apoiantes desde 1824 do governo constitucional. Para tanto, destacou a importância da organização tanto dos “*Registros Civis*” quanto das “*pautas juramentadas*” nos diversos concelhos.

No que se refere à prefeitura, esta determinou, sob pretexto de manter a tranquilidade pública e a monarquia constitucional, a criação de uma Guarda Nacional, formada por cidadãos tidos como idôneos. A estratégia dos morgados, detentores de cargos administrativos, visava constituir uma milícia em cada freguesia pretendendo, com isso, impedir que os rendeiros organizassem revoltas contra os seus morgados. Caberia às autoridades locais das freguesias a escolha desses cidadãos tidos como “*qualificados*” para ocuparem o posto de guarda nacional. Como exigência os candidatos deveriam ter 100 mil reis de renda anual, proveniente tanto dos bens de raiz, do comércio e da indústria, o que excluía os rendeiros. Também estavam fora desta qualificação os condenados por roubo, atentado aos costumes e a moral pública. Os provedores de justiça dos concelhos deveriam observar as exigências impostas pelo Decreto. Caberia as autoridades locais solicitar a intervenção da guarda nacional, em caso de desordem que colocasse em causa a *tranquilidade pública das pessoas e bens*.

Para coibir tais práticas arbitrárias e abusivas, a provedoria do concelho de Santa Catarina determinou, em consonância com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal de Santa Catarina, que em todas as compras e vendas se observassem as medidas e padrões estabelecidos pela provedoria, de acordo com o Alvará de 15 de julho de 1779. Caso contrário, incorreria em multa de cinco mil reis pela primeira prática e, sendo reincidente, receberia uma multa de 10 mil reis, além de pena de prisão de um mês, revertendo metade da multa para o concelho e outra metade para o denunciante. Ainda solicitava a colaboração de todos os habitantes do concelho quanto ao cumprimento dos pesos e medidas estabelecidas pela provedoria, uma vez que os abusos praticados pelos morgados resultavam em grande prejuízo para a agricultura no interior da ilha de Santiago. É importante salientar que durante o governo de D. António Coutinho de Lencastre (1804 – 1811), foram enviados de Lisboa instrumentos de pesos e medidas. Porém, na prática, os morgados não executavam as determinações do governo geral, o que inviabilizou a pretensão do governo de padronizar pesos e medidas nas vendas e compras. Os provedores de justiça, instituído pela prefeitura, se apresentavam como defensores dos mais fracos, dentre os quais, os pobres rendeiros do interior da ilha de Santiago.

Segundo a portaria de 6 de novembro de 1834, remetida pelo prefeito de Cabo Verde, os morgados do interior da ilha de Santiago, entre os meses de janeiro e fevereiro, deveriam comprar todas as colheitas dos seus rendeiros pelo preço de 300 a 400 reis um alqueire, deveriam revendendê-las nos meses de setembro e outubro pelo preço de 1000 a 1200 reis. Caso o rendeiro recusasse a vender por um preço baixo as suas colheitas ao morgado poderia até ser expulso injustamente das terras onde constituiu a sua família. Esta tática econômica estava articulada a uma estratégia política que visava empobrecer cada vez mais o rendeiro que já vivia em extrema pobreza. Apesar das determinações da Coroa portuguesa para favorecer o comércio público e a economia, os morgados do interior da ilha de Santiago continuavam tendo práticas de *tirannia* e monopólio das riquezas geradas pela terra. O mesmo prefeito considerou que os “*criminosos abusos de monopolios, revenda e travessias*” de gêneros estavam proibidas pela Ordenação, Liv. 5, folhas 76, como também previstas nos Alvarás de 4 de outubro de 1644, de 24 de setembro de 1649, de 20 de outubro de 1651, quanto pelos Decretos de 25 de janeiro de 1679 e de 12 de agosto de 1695. Por isso, determinou que os provedores, nos limites da suas jurisdições, fiscalizassem o “*criminoso monopolio do milho ou qualquer outro mantimento de primeira necessidade*”, previnando e policiando todas as práticas comerciais, garantindo a concorrência. Além disso, os provedores deveriam divulgar regulamentos que favorecessem a “*economia pública*”, impondo grandes penalidades para os infratores, por meio de constituição de processos crimes. Esta fala oficial revela a estratégia política dos morgados que, por meio da transgressão da legislação vigente, compravam todas as colheitas dos seus rendeiros e faziam o monopólio do livre comércio de bens no interior da ilha de Santiago. O prefeito mantinha sua oposição política aos morgados defensores de governos militares, denunciando suas iniciativas econômicas contra os seus respectivos rendeiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAETANO, Marcello José das Neves Alves. *História do direito português (Fontes – direito público: 1140 – 1495)*. 3<sup>a</sup>. ed., Lisboa: Ed. Verbo, 1992.
- CARREIRA, António. *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma sociedade escravocrata (1460 – 1878)*. Porto: Imprensa portuguesa, 1972.
- DOMINGUES, Ângela. “Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento”. In: *História Geral de Cabo Verde*. Coordenação de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos. Lisboa: Centro de Estudos de História e

Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia: Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991, v. I.

FURTADO, Cláudio Alves. *Transformação das Estruturas Agrárias numa Sociedade em mudança – Santiago Cabo Verde*. São Paulo, 1988. 357 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições: época medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

## **Documentos pesquisados**

### **Manuscritos**

*Arquivo Histórico de Cabo Verde (A.H.N.)* – Secretaria Geral do Governo (S.G.G.).

Caixas: 119; 285.

Livro: 520.

*Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.) – Cabo Verde – Concelho Ultramarino (C.U.)*.

Caixas: 49, 53, 60, 77.

*Arquivo Arquivo Romano da Companhia de Jesus (ARSI), Roma*

Cod.: nº 74.

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)*

*Chancelaria de D. Manuel*, Livro 30.

*Chancelaria de D. João III*, Livro 21.

*Carta dos moradores da ilha de Santiago* – ANTT, *Gavetas*, 3-10-8. Ribeira Grande, Maio de 1510.

*Maço 8*, Livro da receita da renda de Cabo Verde – anos de 1513 – 1516.

*Livro das Ilhas*, fl. 69 v.

### **Periódicos**

Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo-Verde, Nº. 119, de 27 de Dezembro de 1845.

### **Legislação**

*Ordenações Afonsinas* (reprodução fac-similada da edição da Universidade de Coimbra de 1792), 5 v., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984, Liv. I.

## **Masculinidades coloniais no fim do império português: o ataque à Vila Alice, Luanda 1975<sup>1</sup>**

Margarida Paredes<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho reflete sobre o Ataque à Vila Alice, ataque conduzido em Luanda, Angola, pelas Forças Armadas Portuguesas no dia 27 de Julho de 1975 contra o MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola. A reflexão enquadra esta ação militar num quadro de violência colonial ligada a arquétipos predominantemente masculinos e a paradigmas de masculinidades transversais a hierarquias de raça e género destinadas a humilhar e inferiorizar os africanos. Do ponto de vista da História e da Memória, no que diz respeito à análise de factos apurados na investigação historiográfica são confrontadas fontes escritas *versus* fontes orais. Na análise crítica e reflexiva, o trabalho centra-se fundamentalmente na desconstrução racial e genderizada<sup>3</sup> do Ataque.

**Palavras-chave:** memória, história oral, testemunhos, racismo, género, masculinidades, colonialismo português

**Abstract:** This study reflects upon the Attack on Vila Alice, an attack launched in Luanda, Angola, by the Portuguese Armed Forces on 27 July 1975 against the MPLA – the Popular Movement for the Liberation of Angola. The military strike will be looked at from within the framework of colonial violence linked to the predominantly masculine archetypes and the transversal paradigms of masculinity evident throughout the racial and gender hierarchies, and aimed at humiliating and belittling the Africans. From the perspective of History and Memory, where the analysis of facts has been made in historiographical research, written sources are compared with oral sources. The ensuing critical and reflexive analysis will focus mainly on the racial and gendered deconstruction

---

1 Uma primeira versão deste artigo, intitulada *Building Violence: Portugal responsibility in the failed Political Transition in Angola, in 1974-75* foi apresentada no congresso anual da ASA (2006), *African Studies Association* em San Francisco, USA, integrada no painel da LASO (*Lusophone African Studies Organization*) sobre *Political Transitions: Democracy, State Formation, and Violence in Colonial and Postcolonial Lusophone Africa*.

2 Pesquisadora membro do CRIA, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal e NUER, UFSC, Florianópolis, Brasil

3 *Gendered*

of the Attack.

**Keywords:** memory, oral history, testimonies, racism, gender, masculinities, Portuguese colonialism

### **Introdução**

Este artigo é resultado de uma reflexão elaborada na dupla condição de cientista social e sujeito da história. Decidi debruçar-me sobre o Ataque à Vila Alice, levada pela inusitada circunstância de ter estado diretamente envolvida no confronto que opôs as Forças Armadas Portuguesas às FAPLA, Forças Armadas Populares de Libertação de Angola do MPLA e com a intenção de entender as razões do Ataque. Como refere Yussuf Adam, *A minha análise abrange um período e um espaço geográfico em que [...] vivi. É o meu chão* (2005:60).

Quando iniciei a pesquisa bibliográfica fui confrontada com a ausência de estudos académicos sobre este recorte histórico e não estava à espera de encontrar versões escritas antagónicas em livros de memórias de antigos combatentes, narrativas biográficas, relatos históricos ou artigos de jornais, versões que produziram em mim um profundo estranhamento na medida em que não coincidiam com as minhas memórias. Na esteira de Beatriz Sarlo (2007), quando se fala de passado, a História tem dificuldade em dar credibilidade à Memória e esta, por sua vez, reivindica o direito de recordar quando se trata de reconstituições históricas, este desencontro cria alguns conflitos epistémicos entre História e Memória.

Como mulher e antropóloga enunciativa deste artigo, o recurso à História como ferramenta de análise é resultado da convergência que existe entre a Antropologia e a História e do encontro que historiadores e antropólogos protagonizam no campo da memória coletiva (Goff, 2006: 468) e da História Oral.

Mais de trinta anos depois do Ataque à Vila Alice questionava-me sobre o que teria conduzido as FAP<sup>1</sup> no dia 27 de Julho de 1975, no fim do Império Colonial e nos últimos meses da presença portuguesa em Angola, a tomarem a iniciativa de atacar um bairro

---

1 Após a bibliografia, segue a relação de siglas e abreviaturas.

residencial de Luanda, a Vila Alice, onde, dispersas por várias moradias disseminadas num quarteirão habitado pela classe média luandense se encontravam várias estruturas dirigentes do MPLA, nomeadamente a Delegação Oficial do movimento e o COL, Comando Operacional das suas forças armadas. Pode-se dizer que a Vila Alice era o centro do MPLA em Luanda e atacar as estruturas do MPLA na Vila Alice significava atingir a coluna vertebral do Movimento.

A derradeira ofensiva militar portuguesa em África, depois de séculos de ocupação territorial, ficou marcada por um forte simbolismo, representou o canto fúnebre do Império Colonial Português na hora da partida. No dia 11 de Novembro de 1975, encontrava-me presente na praça onde foi proclamada a independência de Angola e além da grande emoção que foi testemunhar o nascimento de um novo país, da nação pela qual tinha lutado, senti-me como se estivesse a “fechar a porta” do Império.

### **O Problema da Ilusão Biográfica<sup>2</sup>**

Para refletir sobre o Ataque à Vila Alice e escrever na primeira pessoa, por razões éticas, sinto-me compelida como mulher, branca e europeia a definir o meu lugar de enunciação e situar-me no processo de descolonização<sup>3</sup> em Angola, em virtude de entender que nenhum testemunho é independente do contexto em que é produzido e porque, como nos diz a teórica feminista da condição mestiça, Gloria Anzaldúa, falamos sempre a partir de um determinado lugar situado nas estruturas do poder (Anzaldúa, 1983).<sup>4</sup>

Pertenço a uma minoria da comunidade portuguesa residente em Angola, que lutou pela independência do país ao lado MPLA. Pode parecer que o MPLA não era o lugar natural de pertencimento de uma filha do Império, mas para a autora deste texto, essa opção, foi feita de uma maneira muito espontânea e solidária. Confrontada com a desigualdade e as humilhações que os angolanos sofriam durante a ocupação colonial e refém da má consciência que a dominação produzia, assumi como meus os ressentimentos e dores dos angolanos. Rebelde e embalada por utopias poderosas, como o discurso

---

2 Título de um capítulo de um livro de Pierre Bourdieu, *Razões Práticas: sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997  
3 Descolonização o processo de transição que conduziu ao fim do Império português em África.  
4 Para Donna Haraway o conhecimento também é sempre situado (Haraway 1988)

internacionalista da revolução cubana e a ideologia libertária de Che Guevara, mudar para o outro lado da barricada e lutar ao lado do MPLA pareceu-me, nos anos setenta, uma opção carregada de sentidos para quem aspirava à ação. A escolha do MPLA ficou a dever-se ao ter sido sensível, ao capital simbólico de esperança que este Movimento acumulou durante a Luta de Libertação nacional, ao seu discurso internacionalista e antirracista, e ter sido o único movimento que, na época, identificava como moderno e progressista.

Nos últimos anos da guerra, guerra que os portugueses chamam de Colonial e os angolanos de Luta de Libertação, os ventos da história e das independências africanas sopravam contra Portugal, o país era condenado internacionalmente pela ocupação colonial e a ditadura projetava Portugal no mundo como um país periférico, subalterno e atrasado. Neste cenário, ainda hoje me parece muito natural o caminho que percorri apesar de sectores mais ultranacionalistas e “ultramarinistas” em Portugal me acusarem de traição à pátria (Mata, 2011).

Aos dezanove anos, em 1973, tomei a iniciativa de aderir ao MPLA<sup>5</sup> e depois do 25 de Abril fui simultaneamente instrutora política no CIR Hoji Ya Henda, Centro de Instrução Revolucionária e instruenda militar tendo completado a instrução armada juntamente com o malogrado Destacamento Feminino<sup>6</sup> das FAPLA o que me coloca numa posição pouco comum como sujeito da guerra ou seja como agente da guerra no feminino. Num mundo em que geralmente os homens fazem a guerra e as mulheres são atiradas para lugares estereotipados de vítimas ou essencializadas de pacifistas, isto quando não são completamente invisibilizadas, colocar-me no sistema da guerra e assumir-me como agente da violência vai permitir uma análise genderizada e racializada do Ataque, isto é, vai permitir responder à pergunta: - como reagiram os militares portugueses a uma jovem mulher branca fardada durante o Ataque?

Quando iniciei a pesquisa fui confrontada, como já foi referido, com fontes escritas contraditórias que serão identificadas mais à frente, e que não correspondiam à memória que tinha dos acontecimentos. No entanto, no contexto da historiografia ocidental a fonte

---

5 A adesão foi feita através da Delegação do MPLA na Tanzânia, confirmada pelo atual dirigente do Bureau Politico, França Van-dúnem (Mbinda).

6 Malogrado porque a comandante do Destacamento Feminino, Virinha, Elvira Maria da Conceição a comissária política, Nandi, Fernanda Delfim e chefe de operações, Boneca (nome de guerra) foram fuziladas pelo MPLA no morticínio que se seguiu à insurreição armada do 27 de Maio de 1977.

escrita é sempre um documento privilegiado que produz um regime de verdade. Ousar confrontar fontes escritas com uma narrativa baseada num testemunho pessoal, pareceu-me desde o início, além da *Ilusão Biográfica*,<sup>7</sup> suscetível de pouca credibilidade em termos de um trabalho com aspirações a ser científico e a ser elaborado segundo as regras da arte praticadas pela história e pelas ciências sociais. Depois de Rousseau e Rossi o passado é “concebido, ‘reconstruído’ e organizado sobre a base de uma coerência imaginária” (Rossi, 2003:87-8) o que pode ser problemático para a historiografia.

À versão oficial do MPLA, enunciada na literatura e na imprensa, contrapunha-se a memória pessoal de quem tinha estado no terreno e tinha sido testemunha de uma das versões da história. Como sujeito, a pretensão e tentação de contribuir para clarificar um facto histórico era grande mas, como analista, o terreno apresentava-se minado na medida em que não é objetivo da investigação histórica validar factos mas sim entender as diferentes versões da História.

Como mulher e guerrilheira o terreno ainda se configurava mais pantanoso porque as forças militares são instituições patriarcais, os homens têm o monopólio do poder militar e neste cenário as mulheres não são percebidas como agentes sociais e tradicionalmente é-lhes recusado o papel de atores que lutaram e pertenceram a exércitos. Hoje em dia sabemos que a democratização dos atores da História (através da guinada subjetiva da História) e a autoridade com a qual a História Oral é investida deram *a palavra ao indivíduo que tem que encontrar o seu lugar na história coletiva; ele retorna a si mesmo para definir suas próprias marcas e fazer a sua própria história.* (Delory-Momberger, 2006:106)

Para encontrar o meu lugar neste fragmento da história foi necessário equacionar algumas questões metodológicas: (1) como sair do velho porém atuante paradigma que privilegia fontes escritas em detrimento das fontes orais e da memória individual? (2) como refletir sobre um acontecimento do qual também fui protagonista? (3) como me situar no campo da investigação histórica e ao mesmo tempo ser uma “fonte viva”?

Uma das opções metodológicas, em termos da historiografia, foi possibilitar que as diferentes versões dialoguem umas com as outras na tentativa de ultrapassar a ambiguidade

7 as histórias de vida não podem ser desvinculadas do conjunto de acontecimentos que fazem parte da trajetória do sujeito.

e a subjetividade de um trabalho que se quer historiográfico. A transcrição das diferentes fontes escritas e o registo das fontes orais, incluindo a da autora criam um corpus de testemunhos abrangente aos dois lados do conflito que permite refletir e confrontar fontes. A reflexão do Ataque é feita, no entanto, sem tentar escamotear que é uma sensibilidade carregada de subjetividade de quem esteve envolvida no terreno e numa ação militar do outro lado da barricada. Quanto à análise crítica acabou por se revelar um desafio transversal a várias áreas do conhecimento através das lentes da teoria crítica feminista, dos estudos de género e dos estudos pós-coloniais.<sup>8</sup>

### **Breve Genealogia da violência**

#### **- Do 25 de Abril de 1974 ao Ataque à Vila Alice**

1. O historiador Mabéko-Tali na obra “O MPLA perante si próprio, II” considera que a sociedade colonial em 1974 foi apanhada de surpresa pela revolução do 25 de Abril ” (2001:24). Para este analista, as duas comunidades, africana e portuguesa, viviam em universos culturais e sociais diferentes e com identidades distintas, por isso as mudanças que o golpe de estado do MFA introduziu na agenda política da época não foram percebidas da mesma maneira por colonizados e colonizadores. (2001:30-31). Insistindo no que separava os africanos dos colonos, Mabéko-Tali refere que as manifestações na capital mergulharam num ciclo de inaudita violência as duas comunidades [branca e negra] e que os ódios acumulados mostraram, durante longas semanas, toda a sua medida. (2001:32) A partir de Julho, a situação agravou-se e degenerou em autênticos confrontos raciais na capital – *provocados, principalmente pelos brancos de baixa renda que foram expulsos dos musseques*. (Tali 2001:33)

2. A comunidade branca entrincheirada numa supremacia política e socioeconómica não percebeu o sentido do golpe de estado em Lisboa e em Angola nunca valorizou as estratégias de resistência que a sociedade africana criou para reagir à dominação e ocupação portuguesa. Não percebeu que as guerras de resistência tinham entrado pelo séc. XX, não percebeu o papel das igrejas sobretudo a protestante, do associativismo, da

---

<sup>8</sup> É de notar que apesar da autora ter estado ao lado dos angolanos como sujeito da história, este trabalho em termos da historiografia não teve como objetivo investigar o ponto de vista ou os atores africanos.

literatura, da música, da cultura e a força da não-resignação dos angolanos. Também não percebeu o papel dos Movimentos Nacionalistas e a pressão das Lutas de Libertação e durante quatro longos meses após o 25 de Abril reagiu violentamente, envolvendo-se em conflitos de matriz racial liderados sobretudo por taxistas e comerciantes brancos, como já foi dito.

3. O MFA, não pensou em incluir no seu programa o reconhecimento do direito das colónias portuguesas à autodeterminação e independência já reconhecido pela Carta das Nações Unidas e pela Assembleia Geral da ONU. Durante três meses até à promulgação da lei 7/74, de 27 de Julho que viria a permitir que a descolonização se fizesse por negociação direta com os movimentos de libertação, a situação, neste período degradou-se política e militarmente. Enquanto em Portugal o povo gritava “nem mais um soldado para as colónias”, nas colónias os militares das FAP recusavam-se a lutar por uma “guerra” que já não era deles e os movimentos de libertação ansiosos por negociar numa posição de força aumentavam o tom das suas exigências.

4. O 25 de Abril criou novas dinâmicas políticas e a pressão dos movimentos de libertação MPLA, FNLA e UNITA sobre o MFA, ao defenderem o princípio da legitimação política revolucionária através da luta armada, afastou todos os outros grupos do processo de transferência do poder, ratificado pelos Acordos de Alvor assinado a 15 de Janeiro de 1975 (cf Tali 2001:37-45)

5. Heimer no seu livro *O Processo de Descolonização de Angola, 1974-1976*, defende que apesar da integração gradual, supervisionada pelas forças portuguesas das forças militares dos três movimentos num exército [único], isso não impediu que a competição entre os três movimentos assumisse formas outras que não políticas (1980:67). Depois dos conflitos entre os africanos e a comunidade branca, numa segunda fase, a luta pela hegemonia militar foi protagonizada pelos três movimentos numa estratégia de exclusão mútua (Tali 2001,19)<sup>9</sup> e num contexto de polarização mundial dependente da Guerra Fria. A 14 de Fevereiro a delegação do dissidente Chipenda, líder da Revolta de

---

9 A “estratégia de exclusão mútua” que Tali refere teve origem no início da Luta de Libertação, 1961, com os três movimentos, MPLA, FNLA e mais tarde UNITA (1966) a disputarem projetos políticos nacionalistas conflitantes e a lutarem entre si.

Leste<sup>10</sup> foi atacada pelo MPLA. A competição política pacífica até ao 11 de Novembro, data acordada para a independência colapsou completamente e o caminho para a independência foi feito debaixo de uma confrontação militar generalizada. A comunidade branca, pressionada pelo medo e insegurança dos conflitos armados entre os três Movimentos de Libertação<sup>11</sup> abandonou em massa Angola.

### **A batalha por Luanda e o ataque à Vila Alice - as fontes escritas**

Em 9 de Julho, o MPLA lançou a chamada “Batalha por Luanda” para vencer militarmente a FNLA e UNITA sob o olhar das Forças Armadas Portuguesas. As lutas políticas e militares em Angola decidiam-se em Luanda e por meio de uma ação combinada das suas “forças regulares, FAPLA [...] e das milícias do Poder Popular, o MPLA dominou a maior parte da capital ao fim de uma semana”. (Heimer 1978:81)

A “Batalha por Luanda” uma verdadeira luta pelo poder, marcou o início da guerra civil pós-colonial em Angola, ainda sob soberania portuguesa. O General Silva Cardoso, alto-comissário<sup>12</sup> na altura, face ao ciclo de violência que se instalou em Luanda entrincheirou-se na *neutralidade ativa* não envolvendo as FAP nos confrontos.<sup>13</sup>

Num comentário carregado de desespero e registado a 14 de Julho de 1975 no seu livro, *Angola, Anatomia de uma tragédia*, o General Silva Cardoso escreveu:

---

10 ‘Revolta de Leste’, dissidência interna no MPLA na 3ª Região Militar que contestava a liderança do presidente Agostinho Neto, comandada por Daniel Chipenda em 1973 e que reunia grande parte dos guerrilheiros da Frente Leste. No início de 1975, Daniel Chipenda tinha uma Delegação em Luanda que foi atacada a 14 de Fevereiro pelas forças das FAPLA/MPLA lideradas pelo comandante Valódia, Joaquim Domingos Augusto, morto no ataque.

11 Fanon em “Os Condenados da Terra” defende que não é possível que colonos e colonizados vivam em paz num mundo novo e para o “colono” logo que o contexto colonial desaparece, não tem mais interesse em ficar, em coexistir (2006[1961]:62)

12 O mais elevado representante da soberania portuguesa em Angola.

13 Norrie Macqueen analisa o Ataque no quadro de *self-defence* e *peacekeeping operations* e defende: *it's difficult to see how the Portuguese doctrine of “active neutrality” in Angola would have prevented punitive action against the MPLA. Even the most minimalist rules of engagement for peacekeeping operations give a high priority to freedom of movement and the inherent right to self-defence. Both of these lay at the centre of the Vila Alice affair.* Norrie Macqueen, University of Dundee, 29 December 2005, H-LUSO-AFRICA, RE: Query: Attack at Vila Alice, 1975

*Que faço aqui? Há três dias que Luanda está a ferro e fogo. [...] Creio que a minha missão chegou ao fim. O Acordo do Alvor onde tinha sido definida acabou. Julgo mesmo que nunca chegou a existir para as outras partes. [...] Vou [...] pedir a minha exoneração. [...] Mas antes da partida ainda tive de resolver um incidente de alguma gravidade. No dia 26, já tarde, talvez pouco antes da meia-noite, fui informado que uma patrulha do MPLA tinha intercetado um jipe das FAP que transportava um sargento e o respetivo condutor. Apesar de estarem fardados, foram obrigados a identificar-se e depois deixados seguir. No entanto o impensável aconteceu: os elementos das FAPLA alvejaram os nossos militares pelas costas e feriram gravemente o sargento. De imediato reuni os meus comandantes, o Almendra e CCPA. Feita a análise do que tinha ocorrido foi decidido, sem vozes discordantes, que no dia seguinte de manhã cedo o Almendra montaria uma operação para que fossem entregues os responsáveis pelo crime praticado e que esta entrega far-se-ia a bem ou a mal. A operação foi montada, os homens não foram entregues e as NT entraram em ação... (2000: 648-656), (sublinhado da autora).*

### **Guerra de memórias, os “agentes infiltrados”**

Apesar do Gen. Silva Cardoso identificar no seu livro uma patrulha das FAPLA como responsável do incidente que vitimou o oficial português, todas as narrativas posteriores sobre o incidente defendem que não se tratou de uma patrulha das FAPLA mas sim de agentes infiltrados nas FAPLA. Como acontece em muitas situações militares as declarações das fontes são contraditórias. Competindo no terreno multiplicam-se em declarações com o objetivo de ganhar espaço político. A historiadora Christine Messiant estava certa quando enunciou que *Em Angola, até o passado é imprevisível...* (1997:803).

Uma notícia de grande destaque na primeira página do *Jornal República*, intitulada *O Povo Angolano resiste a novas provocações* já avançava já no dia 28 de Julho com a versão dos agentes infiltrados nas FAPLA:

*Um incidente verificado, neste fim-de-semana, entre forças do MPLA e*

*soldados portugueses, veio pôr novamente na ordem dia, a questão da “neutralidade ativa” das tropas portuguesas. As explicações dadas pelo MPLA e pelo Comando português, são em parte contraditórias, mas alguma coisa já se compreende: elementos infiltrados (ou disfarçados) no MPLA terão provocado uma patrulha portuguesa e o Comando português em vez de propor uma comissão de inquérito conjunta, deu um prazo curtíssimo para receber as explicações do MPLA, sem as quais desencadearia uma “ação punitiva”. A tática dos agentes infiltrados e consequente “ação punitiva”, é conhecida do Médio Oriente já há muito tempo. O cerco à Vila Alice com um aparato militar que o MPLA classifica de “estranho” e as vítimas provocadas pelas forças portuguesas (14 mortos e 22 feridos), em nada ajuda a clarificar a situação político-militar em Angola.<sup>14</sup>*

Foi neste clima de instabilidade e suspeições que o Bureau Político do MPLA num comunicado de 29 de Julho, reafirmou a versão dos agentes infiltrados, “Na noite de sábado, 26 de Julho, uma patrulha das Forças Armadas Portuguesas foi intercetada e atacada por elementos infiltrados nas FAPLA, já identificados”<sup>15</sup>

O historiador militar, Brigadeiro Pezarat Correia, no livro *Descolonização de Angola, A Joia da Coroa do Império Colonial Português*, não hesitou em subscrever a versão dos agentes infiltrados e refere que

*o MPLA não entregara os responsáveis nem os poderia entregar. Como mais tarde veio a ser denunciado, aquela ação não fora da responsabilidade do MPLA, mas sim dum grupo da FRA<sup>16</sup>, ou pelo menos sob o comando de seu antigo dirigente, que se fizera passar pelo MPLA para provocar um incidente entre este movimento e as tropas portuguesas. (1991:137)*

O jornalista luso-angolano Artur Queirós no livro *A Via Agreste da Liberdade*, (1978)

---

14 *Jornal República*, 28 de Julho de 1975, O Povo Angolano resiste a novas provocações, p.1 e 10

15 *Jornal O Século*, 29 de Julho de 1975, Situação Angolana em equilíbrio instável, p.6

16 FRA, Frente de Resistência Angolana, organização da minoria branca, liderada pelo eng. Pompílio da Cruz, que tentou um golpe à rodesiana no dia 23 Outubro de 1974, imediatamente neutralizada pelas FAP.

também subscreveu a versão dos agentes infiltrados do MPLA,

*Um dos grupos, que já trabalhara para a FRA (Frente de Resistência Angolana) [...] era comandado por Toni Rodrigues, [...] Ngola Kabangu estudou com Rodrigues um processo de lançar as forças portuguesas contra o MPLA. [...] E o “esquadrão da morte” de Rodrigues recebeu ordens para atacar uma patrulha portuguesa. Assim, os seus homens fardaram-se de guerrilheiros das FAPLA e numa das ruas da Vila Alice, onde se encontrava o Comando Operacional de Luanda do MPLA, emboscaram um jeep das forças portuguesas. Depois de desarmarem os seus ocupantes mandaram-nos embora, tendo-os alvejado pelas costas.*

Pompílio da Cruz dirigente da organização FRA, Frente de Resistência de Angola, que lutava por um protagonismo na cena política angolana, no livro *Angola, os Vivos e os Mortos*, confirma a versão dos agentes infiltrados avançada pelo MPLA e acusa um dos seus acólitos, um branco:

*Foi a quadrilha de Toni Rodrigues [...] que, envergando fardas das FAPLA, apresaram uma viatura militar portuguesa, obrigando os seus ocupantes a despirem-se e ferindo um deles a tiro. Em desforço, tropas portuguesas, enganadas pelo ardil, atacaram a delegação do MPLA na Vila Alice. (1976:221)*

Em que medida estas memórias em concorrência não se destinam, a rasurar a responsabilidade das FAPLA/MPLA no incidente?

### **Masculinidades coloniais**

A reflexão teórica sobre este recorte histórico leva-nos a pensar no Ataque à Vila Alice à luz dos estudos de género e da teoria crítica feminista, seguindo o quadro teórico de Raewyn Connell conceptualizado no seu livro “Masculinities” (2011 [1995]), sobretudo o

conceito de ‘masculinidade hegemónica’ sobre o qual, o antropólogo português Vale de Almeida também reflectiu:

*Masculinidade entendida não como uma mera formulação cultural de um dado natural mas sim como um processo social, cultural e histórico, como uma estrutura de relações sociais [...] construídas através de relações de poder e socialmente dominantes. Masculinidade hegemónica como um elemento central de uma ordem de género, o patriarcado, na qual a masculinidade hegemónica define a inferioridade do feminino e de masculinidades subordinadas (Almeida, 2000).*

A construção da masculinidade hegemónica é particularmente visível no campo militar e na guerra. Quando nos referimos a masculinidades militares estamos a identificar as masculinidades que se produzem nas instituições militares, um dos espaços mais importantes da demonstração de várias masculinidades e sobretudo da masculinidade hegemónica (Connell 1995, Enloe 2002, Higate 2005). Quando identificamos “masculinidades coloniais” estamos a falar de ordens de género, isto é, estamos a falar de relações sociais desiguais e também de relações de poder entre colonizadores e colonizados (Connell 1987, 1995, Almeida 1996, 2000, Butler 1990).

Embora a versão dos agentes infiltrados nas FAPLA domine as narrativas posteriores aos acontecimentos como vimos, o comando português em Angola parece não ter tido dúvidas quanto à responsabilidade das FAPLA/MPLA no incidente que vai desencadear o Ataque à Vila Alice na madrugada do dia 27 de Julho. No entanto, a escrita da história confronta-nos com memórias em conflito, memórias que não coincidem com os discursos oficiais. O MPLA tem todo um historial de “narrativas oficiais”, destinadas a estabelecer legitimidades ou a desacreditar adversários, que têm sido postas em causa por memórias dissidentes e pelos historiadores. Neste artigo também é questionada, pelas fontes orais apresentadas, a versão dos “agentes infiltrados”.

Mas será que o MPLA representava um perigo para as FAP ou para a comunidade

branca? Num pequeno apontamento sobre os ingleses que abandonaram Angola na noite do incidente, veiculada pelo jornal *República* na mesma edição em que dá notícia do Ataque à Vila Alice, lê-se:

*O Cônsul Geral Britânico, Stanley Croft, [...] declarou que a situação se estava a tornar cada vez mais perigosa, mas presentemente não havia qualquer movimento de vingança contra os brancos de Angola. Os brancos não são molestados mas tem havido massacres de negros feitos por negros*.<sup>17</sup>

Esta afirmação é muito interessante porque expõe a situação em que se encontrava tanto a comunidade branca como as forças militares portuguesas; ambas estavam fora da luta pelo poder e tinham deixado de ter protagonismo político, ambas foram secundarizadas como atores sociais no meio daquele *programa de desordem absoluta* (Fanon, 2006[1961]:52) que foi a descolonização.

Obrigados a viver sob o signo da violência, o Major-General Heitor Almendra numa entrevista ao Coronel Manuel Amaro Bernardo no livro *Memórias da Revolução* em relação à política da *neutralidade ativa*, recordou: *Foi-se tolerando a situação [...] até que aconteceu a Vila Alice...* (2004:257-258)

Habitados à dominação colonial, à autoridade militar, confrontados com a perda repentina do privilégio, impedidos de dar continuidade a um imaginário nacional ligado à supremacia da raça branca<sup>18</sup> e à missão civilizadora dos portugueses em África, a expressão *Foi-se tolerando* expõem uma situação de descontentamento com este “rito de passagem” de um poder colonial para um poder africano. O entrevistador continua,

*P: O que aconteceu nessa altura?*

---

17 *Jornal República*, 28 de Julho de 1975 p10, O Povo Angolano resiste a novas provocações.

18 Raça como uma categoria com origem no senso comum, construída historicamente e que impregnou as relações sociais. Ou categoria socialmente construída no tempo e no espaço segundo ideologias dominantes. A branquidade como um *constructo ideológico extremamente bem-sucedido do projeto modernista de colonização, é, por definição, um constructo do poder: os brancos, como grupo privilegiado, tomam a sua identidade como a norma e o padrão pelos quais os outros grupos são medidos.* (Styen in Ware, 2004:115)

*R: A atuação foi levada a cabo por um pelotão de comandos e um pelotão de reconhecimento dos Dragões, [...] Como consequência do assalto das nossas tropas, julgo que morreram todos os militares do MPLA presentes...” ...*

*P: A partir dessa altura a tropa portuguesa conseguiu normalizar a situação?*

*R: Passámos a ser muito mais respeitados... (2004:257-258)*

As FAP, habituadas à hegemonia e supremacia militar, intoxicadas pela ideologia colonial assente em discursos fundadores sobre a coragem do homem português e em valores de heroicidade e dignidade dos militares, tentaram com o ataque à Vila Alice recuperar o seu papel no tecido social e repor a ordem no meio de um universo que desabava à sua volta. O major-general Almendra realça na entrevista o facto de, após o Ataque, terem passado *a ser muito mais respeitados*.

O entrevistador tenta avaliar a “neutralidade” das FAP em relação à guerra entre o MPLA e a FNLA:

*P: Entretanto decorriam aquelas guerras entre os movimentos...*

*R: [...] a guerra foi entre a FNLA e o MPLA [...]*

*P: Desculpe insistir, mas terá havido uma orientação de Lisboa, através dum telex, para ele [Gen. Silva Cardoso] apoiar o MPLA contra a FNLA...*

*R: Estava nas nossas mãos fazermos o que entendêssemos. Desrespeitar ordens de Lisboa, isso ocorria com muita frequência. Então alguém me podia violentar a fazer ações que considerava não dever efetuar?... (2004:257-258)*

Sem negar o ressentimento deste ato de retaliação, convoco Albert Memmi em *Retrato do Colonizado Precedido Pelo Retrato do Colonizador* para situar este discurso de animosidade em relação às ordens da metrópole:

*O colonialista exige que a metrópole seja conservadora. [...] Mas o nacionalismo do colonialista é, na verdade, de natureza especial. [...]. Se a metrópole se tornasse democrática, por exemplo, a ponto de promover a igualdade de direitos até mesmo nas colônias, arriscar-se-ia também a abandonar as empresas coloniais. Semelhante transformação seria, para o colonialista, uma questão de [traição]. Compreende-se que seu nacionalismo vacile e que recuse reconhecer essa perigosa imagem da sua pátria. (1977[1957]:61-64).*

Memmi escreveu estas palavras em 1957, palavras que anteciparam uma dos marcadores da descolonização em Angola, o ressentimento dos *retornados* em relação à metrópole, ressentimento que deixou marcas no tecido social português na pós-colonialidade.

### **Modulações raciais no ataque à Vila Alice**

Qual terá sido a verdadeira natureza da missão dos soldados portugueses na Vila Alice? O major-general Almendra responde a esta pergunta: *Como consequência do assalto das nossas tropas, julgo que morreram todos os militares do MPLA presentes...* Será que a intenção era matar todos os militares do MPLA? Terá sido o Ataque à Vila Alice uma missão de represália motivada pela vingança? Mas que vingança foi essa?

### **“A menina branca”**

Como terão os marcadores sociais de “raça”, “sexo” e “género” funcionado nesta ação militar? Quem eram os militares do MPLA que o Major-General Almendra julga terem sido *todos mortos*?

Para Fanon *a descolonização é sempre um fenómeno violento* (2008[1961]: 51), durante a “Batalha por Luanda” as forças de guerrilha do MPLA que integravam instrutores cubanos e equipamento soviético, lutavam contra as forças da FNLA que integravam soldados e equipamento militar do exército zairense nas ruas da capital. À luz da teoria da luta revolucionária, que enquadrava o exército guerrilheiro do MPLA e no seguimento do

apelo à Resistência Popular Generalizada feito por aquele movimento no dia 21 de Julho de 1975 (Júnior, 2007:38), quem tivesse cumprido a instrução militar num CIR, Centro de Instrução Revolucionário e fosse detentor de uma farda e arma combatia no mato ou na cidade e se fosse necessário combatia à margem da organização militar dos esquadrões das FAPLA e fora do enquadramento das estruturas do comando<sup>19</sup>.

### **Testemunhos**

Sarlo, seguindo as pistas interpretativas que Benjamin abriu, diz-nos que *os chamados “fatos da história são um “mito epistemológico” que reifica e anula a sua possível verdade, encadeando-os num relato dirigido por alguma teleologia* (2005:28), os testemunhos que vão ser apresentados têm como objetivo acrescentar outras versões ao relato da história.

Para registar e entender as diferentes versões do Ataque à Vila Alice a autora cruza o seu testemunho com o do oficial das FAP que foi ferido a 26 de Outubro de 2006 e cuja agressão esteve na origem da represália, António Manuel Rodrigues Guimarães, dado como morto na bibliografia consultada, e com o testemunho do General Almendra que comandou o Ataque à Vila Alice.

### **O meu testemunho**

*No dia 26 de Julho de 1975, próximo das 23 horas abandonei o cerco à FNLA que se encontrava entrincheirada na Fortaleza de São Pedro da Barra e regressei à Vila Alice, sede do comando operacional e constatei que nenhum responsável se encontrava presente no COL, nessa circunstância assumi as responsabilidades possíveis. Pouco tempo depois apresentou-se um grupo de quatro a cinco soldados das FAPLA, responsáveis pela barreira onde se deu o incidente já relatado com o oficial português. Os guerrilheiros chegaram visivelmente abalados e convencidos que tinham morto o oficial português. Segundo os seus depoimentos terão reagido de*

---

19 No livro *Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, 1º Exército Nacional (1975-1992)*, o historiador militar angolano Tenente-General Miguel Júnior, aponta que *as forças guerrilheiras do MPLA teriam 20.000 homens em 1975*.

*forma violenta à derrogação 'pretos de merda' e atirado no oficial. Os jovens eram todos negros e face à gravidade da história que narraram não tive outra alternativa senão pedir para entregarem as armas e dar-lhes voz de prisão. Quando mais tarde, telefonaram do Estado-Maior das FAP a intimar que os responsáveis do incidente fossem entregues, não pude responder à exigência porque, como guerrilheira, não estava investida de poderes para assumir essa responsabilidade.*

Randall Kennedy no livro, *The Stange Career of a Troublesome Word* (2002), referindo-se à palavra *nigger* diz que é *the nuclear bomb of racial epithets*. A apropriação desta imagem para a língua portuguesa, permite dizer que 'preto de merda' é seguramente o insulto de ódio racial, a agressão verbal que mais emoções violentas provoca.

O ataque foi desencadeado de manhã cedo. Na guerra dos comunicados que se seguiram ao incidente da Vila Alice, no jornal *A Capital*<sup>20</sup>, pode-se ler:

*... o Exército português encabeçado por comandos [...] terá desencadeado uma ação de repressão contra as instalações do Movimento Popular de Libertação de Angola, na Vila Alice, cercando-as com carros de combate e disparando selvaticamente com todo o tipo de armas incluindo lança-granadas-foguetes além de carros de combate sem o mínimo respeito pelas dezenas de civis ali presentes e centenas de moradores da zona...*

### **O Dispositivo do ataque segundo o General Heitor Almendra**

O General Almendra descreveu<sup>21</sup> na entrevista, um dispositivo militar poderoso composto por 2 Companhias de Cerco e duas Companhias de Ataque, 1 Pelotão de Comandos e um Pelotão de Reconhecimento dos Dragões com blindados, carros de combate, 5 autometralhadoras, lança-granadas-foguetes e armas pessoais ligeiras. O total dos efetivos terá variado entre 300 a 350 militares, o general não se recorda. No

---

20 no dia 28 de Julho, sob o título Trabalhadores de Luanda acusam Silva Cardoso

21 Entrevista realizada a 18 de Maio de 2006 pela autora.

mapeamento da tragédia, como já foi referido na citação do jornal *Republica*, 14 guerrilheiros e guerrilheiras do MPLA foram mortos e 22 feridos. Dois militares das FAP sofreram ferimentos.

Durante o Ataque a autora foi feita prisioneira e colocada em cima de um Unimogue<sup>22</sup> donde escapou posteriormente com a ajuda do comandante da Segurança do MPLA, Onambwé e de um oficial das FAP que apareceram juntos no rescaldo da operação.

Trinta e um anos depois, no dia 18 de Maio de 2006, o agora General Heitor Almendra identificou-se numa entrevista realizada pela autora no âmbito de um trabalho académico, como o oficial das FAP responsável por a narradora deste trabalho não ter sido levada prisioneira para o QG das FAP. Segundo afirmou o General, quando chegou à Vila Alice com o comandante Onambwé viu *uma menina branca fardada, rodeada de mortos e feridos, logo tomou a decisão de evitar que sofresse maiores humilhações ou até a morte à mão dos comandos* e por isso ordenou à autora para descer do Unimogue. Quando perguntei ao General, durante a entrevista, porque não tinha sido atingida a resposta foi: - *Margarida, acha que algum comando ia ter coragem de atirar numa menina branca?* Do testemunho do General Almendra, se intui que a intersecção entre raça, sexo e género terá salvado a autora de ser ferida, morta ou violentada. Mesmo na condição de “inimigo” a autora não escapou a ser uma “menina branca” e foi apropriada através da raça pelo grupo que supostamente a devia atacar. Os militares da FAP recusaram o agenciamento da identidade política da guerrilheira e sob o paradigma da masculinidade hegemónica e do manto do poder patriarcal protegeram a “menina branca”. Serão raça, sexo e género inextricáveis um do outro? É possível, o sexo/género não salvou as minhas camaradas negras que foram atingidas. O protecionismo não se alargou a todas as mulheres presentes no teatro da guerra. Lembro-me de uma camarada que segurava nas mãos os intestinos após ter sido atingida por balas expansivas<sup>23</sup> proibidas pelas Convenções de Haia e Genebra. Acho que este facto é suficiente para entender como estas categorias afetam a militarização das mulheres na guerra, como os papéis militares são genderizados ao mesmo tempo que ilustra a clivagem racial existente durante o ataque à Vila Alice.

---

22 Viatura militar

23 Balas cortadas na ponta.

## **Memória do outro lado da história**

### **Testemunho do oficial das FAP António Manuel Rodrigues Guimarães<sup>24</sup>**

*... No dia 26 de Julho de 1975 [...] já há noite -cerca das 22 horas saí do quartel em patrulhamento, sendo o [...] militar mais graduado, acompanhado por mais dois militares e o condutor da viatura. Perto da 7ª esquadra (estrada Catete - Luanda) fomos confrontados com mais um episódio que era já banal, de ter elementos fardados - farda essa que identificava qual o movimento a que pertenciam MPLA- a agredir um individuo de raça branca que não cheguei a identificar.*

*Ao ver tal situação paramos junto aos tais elementos, saí da viatura desarmado, deixando no jipe a G3 que sempre me acompanhava e, com mais dois camaradas perguntei quem era o comandante da patrulha e qual o motivo que os levava a agredir o senhor.*

*Respondeu-me um elemento que era ele que mandava e que o “branco” circulava sem salvo-conduto - vigorava o recolher obrigatório na altura e que resistira ao tentar fugir quando mandado parar. Questionei o homem que sofria a agressão do porquê de andar na rua sem autorização, tendo ele dito que morava perto e que vinha de casa da filha. Foi advertido para não voltar a cometer nova violação do recolher obrigatório e com a anuência do comandante da patrulha do MPLA foi mandado embora.*

---

24 O oficial António Manuel Rodrigues Guimarães enviou este testemunho à autora pelo correio numa carta datada de 26 de outubro de 2006. Pertenceu à CPM 8241, com a patente de Alferes Miliciano e em resultado dos ferimentos que sofreu é portador de um grau de invalidez de 60%. As narrativas dos antigos combatentes do exército colonial dão-no como morto na maior parte da bibliografia porque era essa a informação que circulava nos regimentos. Depois de um ano hospitalizado e várias intervenções cirúrgicas o oficial sobreviveu, aposentou-se do exército e hoje trabalha como engenheiro.

*A já citada patrulha era constituída por 4 ou 5 elementos todos de raça negra. Sanado o incidente - quero referir que todo o diálogo decorreu debaixo de grande tensão e de alguns gritos dirigi-me para a viatura dando ordens aos meus camaradas para seguirmos com o patrulhamento e quando já me sentava na viatura, surgiu um desaguisado entre um soldado do MPLA com um camarada que me acompanhava e pressuponho eu por ter sido desautorizado, disparou uma rajada com a arma que empunhava para cima da viatura, tendo um dos projeteis atingido um camarada que já estava sentado no jipe numa perna e outro atingiu-me nas costas.*

*Como se depreende da descrição feita – a verdade nua e crua do que se passou - não fomos intercetados, nem desarmados como na altura se constou.*

Através dos relatos de memória do oficial António Manuel Rodrigues Guimarães e da autora, relatos que remetem para memórias em conflito e que no entanto coincidem no que diz respeito à origem da agressão, ou seja o MPLA/FAPLA, o esforço de fixação da memória dos protagonistas da história contribui para questionar as versões dos agentes infiltrados no MPLA anteriormente apresentadas.

Esta narrativa demonstra também que os guerrilheiros das FAPLA na barreira, quando detiveram um colono agiram de acordo com a linha da identidade racial binária que separava brancos e negros e a partir de uma posição de poder que as armas conferiam. Memmi defende que *a xenofobia e o racismo do colonizado contêm, seguramente, um imenso ressentimento e uma evidente negatividade* (Memmi, 1977[1957]:114). Nas entrelinhas do testemunho do oficial, na expressão dos não-ditos é possível ler o conflito de ódio racial que os jovens guerrilheiros relataram - *quero referir que todo o diálogo decorreu debaixo de grande tensão e de alguns gritos!* R.W. Connell no livro *Masculinities*, situa o papel das masculinidades coloniais dominantes e subordinadas e escreve que *Paul Hoch in White Hero, Black Beast pointed to the pervasiveness of racial imagery in [...] discourses of masculinity. White fears of black men's violence have a long history in colonial and post-colonial situations, Black fears of white men's terrorism, founded in the history of colonialism, have a continuing basis in white's men's control of police, courts and prisons ...* (Connell 2011[1995]:75)

### **Concluindo**

Este ataque ilustra particularmente a clivagem racial que existia na sociedade colonial e que se revelou durante o processo de descolonização através de incidentes de provocação mútua. Para Memmi *é significativo que o racismo faça parte de todos os colonialismos, em todas as latitudes. Não é uma coincidência: o racismo resume e simboliza a relação fundamental que une colonialista e colonizado.* (Memmi, 1977[1957]:68).

Segundo Heimer, quem já se debruçou sobre o processo de colonização em África não pode ignorar que *a dominação portuguesa tinha uma forte componente racial. [...] atrás da “cortina de fumo” de uma ideologia “lusotropical”, as relações sociais eram gradualmente, mas não constitutivamente, diferentes do que em qualquer outra parte do continente.* (Heimer, 1978:20)

A maior parte dos estudos contemporâneos é unânime em contrariar alguns dos mitos enraizados na memória coletiva portuguesa como o da exceção de um império não-racializado ou ainda a fábula da colonização ter sido “branda”. Por muito que os historiadores e cientistas sociais repitam que, ao contrário do que a “cartilha colonial” publicitava, da interação entre portugueses e africanos não parece ter emergido uma sociedade menos racista do que as que foram projetadas por outros Impérios europeus, esta análise não consegue contaminar o discurso público e do senso-comum talvez porque como Memmi nota *o opressor precisa de sair inocente...*(Memmi, 1977[1957]:73).

António de Almeida Santos no segundo volume do seu livro *Quase Memórias* refere um episódio elucidativo da cultura patriarcal e do “olhar” colonial que o Alto-Comissário e o Gen. Almendra derramavam sobre os africanos e sobre os exércitos dos movimentos de libertação,

*No regresso ao Palácio do Governo, de novo por entre a sinfonia de tiros [...] deparou-se-me um espetáculo insólito. Um oficial português, devidamente fardado,*

*numa pequena praça, esbofeteava dois africanos” [...] Quando cheguei ao palácio do governo referi o facto ao alto-comissário, exprimindo a minha estupefação. Mas o alto-comissário Banalizou: - Ah! Isso é o Almendra! [...] Quando recebo a queixa de uma querela entre membros dos movimentos [...] mando o Almendra. [...] O Almendra vai desarmado, ouve as razões de cada parte e arbitra. Se a arbitragem é acatada, o conflito morre. Se não, aplica os métodos que os pais costumam usar com os filhos. Quando é preciso sai tabefe...” ao que o Coronel Almendra retorquiu mais tarde: “- Sabe, [...] um militar desarmado infunde mais respeito do que um pelotão carregado de armas. E os velhos métodos, por vezes, ainda são melhores que os modernos! (1986:181)*

Os “velhos métodos”, os *tabefes* paternalistas eram os métodos utilizados pelos paradigmas das masculinidades coloniais que infantilizavam o negro, o consideravam imaturo, ridicularizavam e inferiorizavam o “Outro”. Esta narrativa, para usar palavras de Mark Sabine expõe a “emasculação” do “outro” africano. *Expõe o papel do [white hero] que assenta numa fantasia da hipermasculinidade do colonizador português, o qual [...] dissemina “civilização” europeia na “barbárie” africana.* (Sabine, 2010:189)

As FAP ao serem obrigadas a renunciar ao poder e conscientes de que tinham perdido o estatuto de dominadores protegeram e asseguraram o êxodo da comunidade branca em segurança como convinha a um exército colonial. Quando reagiram no terreno, fizeram-no em função de ‘masculinidades coloniais’ feridas, e ancoradas na identidade racial branca. Para o exército português mergulhado num tecido ideológico onde a heroicidade das suas forças não podia ser posta em causa por um exército guerrilheiro de ‘bárbaros’ negros, exército que sempre foi olhado e sentido como ‘inferior’ - o MPLA, o *impensável aconteceu* e uma lição exemplar foi dada aos culpados. Os mortos e os feridos são testemunho da brutalidade do Ataque. Através da violência foi imposta a supremacia militar num contexto racializado.

As declarações do general Almendra enquadram o ataque à Vila Alice numa tomada de decisão política independente do poder central, que a demissão do Alto-Comissário Silva

Cardoso três dias depois do ataque parece confirmar, portanto é neste contexto que tem que ser enquadrada a legitimidade das FAP para desencadear a ação punitiva. – *Estava nas nossas mãos fazermos o que entendêssemos!* ou seja a emasculação do “outro” africano através das masculinidades coloniais e da violência direta. Cem dias depois Portugal abandonou Angola sem transmitir a soberania aos novos governantes, aos ‘bárbaros’ negros no dia da Independência Nacional, 11 de Novembro de 1975. – *O que seria de nós sem os bárbaros?*<sup>25</sup>

### Referência bibliográfica

- ADAM, Yussuf, 2005, *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo. Trajectory de Moçambique pós-colonial (1975-1990)*, Maputo, Promédia
- ALMEIDA, Miguel Vale de, 2000, *Senhores de Si, Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século
- ANZALDÚA, Gloria, 1987, *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*, San Francisco, Aunt Lute Books
- BERNARDO, Manuel A., 2004, *Memórias da Revolução*, Lisboa, Editora Prefácio
- CARDOSO, Silva, 2000, *Angola, Anatomia de uma tragédia*, Lisboa, Oficina do Livro
- CONNELL, R.W., 2011[1995], *Masculinities*, Cambridge, Polity
- CORREIA, Pezarat, 1991, *Descolonização de Angola, A Joia da Coroa do Império Colonial Português*, Mem Martins, Editorial Inquérito
- CRUZ, Pompílio da, 1976, *Angola, Os Vivos e os Mortos*, Lisboa, Editorial Intervenção
- DELORY-MOMBERGER, C., 2006, Fotobiografia e formação de si. in Souza, Elizeu Clementino, orgs, *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre, Salvador, Edipucrs e Eduneb, p. 104-117
- FANON, Frantz, 2006[1961], *Os Condenados da Terra*, Salvador, Juiz de Fora, UFJF
- FANON, Frantz, 2008[1952], *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Salvador, EDUFBA
- GOFF, Jacques le (2006), *História e Memória*, Campinas, Editora Unicamp
- HARAWAY, D., 1991[1988], Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective, in Haraway, D. (ed.). *Symians, Cyborgs and Women: the Reinvention of Nature*, NY, Routledge, p. 183-202

---

25 Referência a “Esperando os Bárbaros” (1904) in *Poemas de Konstantinos Kavafis*, (trad., estudo e notas de Isis Borges da Fonseca), S. Paulo, Ed. Odysseus, 2006, pp. 65-67. K.Kavafis poeta de Alexandria que trouxe a Grécia para África “E agora que será de nós sem bárbaros? Esses homens eram uma solução.”

- HEIMER, Franz Wihlem, 1978, *O Processo de Descolonização de Angola, 1974-1976*, Lisboa, A Regra do Jogo
- JUNIOR, Miguel, 2007, *Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, 1º Exército Nacional (1975-1992)*, Lisboa, Prefácio
- MATA, Inocência, 2011, *Uma intensa disseminação: a África como locus na literatura portuguesa, Letras com Vida – Literatura Cultura e Arte*. nº 3, p.132 a 140
- MEMMI, Albert, 1977[1957], *Retrato do Colonizado Precedido Pelo Retrato do Colonizador*, Rio de Janeiro, Paz e Terra
- MESSIANT, C., 1997, Em Angola até o passado é imprevisível: A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: Fontes, crítica, necessidades atuais de investigação, in *Atas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola: Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p.803-859
- QUEIRÓS, Artur, 1978, *Angola, do 25 de Abril ao 11 de Novembro, a Via Agreste da Liberdade*, Lisboa, Ulmeiro
- Rossi, Paolo (2003), *El pasado, la memoria, el ovildo*, Buenos Aires, Nueva Visión
- Sabine, Mark, 2010, *Nós matámos o cão-tinroso: A emasculação de África e a crise do patriarca negro*, *Revista Atlântica*, nº 17, p. 12 a 35
- SANTOS, António de Almeida, 1986, *Quase Memórias*, 2º Vol., Lisboa, Casa das Letras
- SARLO, Beatriz, 2007, *Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte, UFMG e Companhia das Letras.
- TALI, Jean-Michel M., 2001, *Dissidências e Poder de Estado, o MPLA Perante Si Próprio (1962-1977)*, Ensaio de História Política, IIº vol. 1974-1977, Luanda, Nzila
- WARE, Vron org., 2004, *Branquidade, Identidade Branca e Multiculturalismo*, RJ, Garamond

#### SIGLAS E ABREVIATURAS

CIR, Centro de Instrução Revolucionária

COL, Comando Operacional de Luanda

CPPA, Corpo de Polícia Popular de Angola

FAP, Forças Armadas Portuguesas

FAPLA, Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola

FRA, Frente de Resistência de Angola

MFA, Movimento das Forças Armadas

NT, Nossas Tropas

QG, Quartel-general

UNITA, União Nacional para a Independência Total de Angola

## Entrevista: Paris Yeros

### 4 O sr. tem uma trajetória muito particular e interessante. Poderia falar um pouco dela, para que nossos leitores que não o conhecem possam conhecê-lo?

Sai do meu país nativo, da Grécia, com 18 anos e fui estudar nos Estados Unidos, na Universidade de Denver. Na época, fim dos anos 80, existia um programa de Estudos Africanos na universidade que acolhia estudantes africanos, e especialmente militantes do movimento de libertação da África do Sul, que se exilavam nos EUA depois de períodos de encarceramento nas prisões do apartheid. Naquele ambiente era difícil não se inspirar nas experiências dos colegas de sala – e logo amigos próximos –, e de fato foi ali, com eles, que comecei a me interessar por política e pela possibilidade de estudar na África. Foi o meu primeiro momento de transformação intelectual. Em seguida, fui fazer doutorado na Universidade de Londres. Já era num momento pós-Guerra Fria e em pleno voo neoliberal. Naquela altura, a vida acadêmica e intelectual em Londres (como em tantos outros lugares) era bastante confusa. Segui um caminho intelectual mais ou menos solitário, porém intensivo em leituras dos mais diversos assuntos. Inclusive, resolvi caminhar na contramão das tendências dominantes por me juntar a um grupo de estudos dedicado ao *Capital* de Marx, sem ser marxista.

Mas a minha segunda transformação intelectual aconteceu bem depois, na virada do século, quando finalmente consegui financiamento para fazer a minha pesquisa de campo no Zimbábue, sobre as relações trabalhistas e agrárias do país na fase de ajuste estrutural neoliberal. Tive a sorte de ser orientado por alguns dos melhores pensadores do país e do continente, especialmente o Prof. Sam Moyo. Também, durante aquele ano e meio que passei na Universidade do Zimbábue, tive que dar conta de uma grande disputa histórica, uma verdadeira situação revolucionária, que estava se acirrando no país. Era um confronto entre o partido de libertação nacional, em vias de re-radicalização, e um novo partido de oposição de caráter neoliberal, ambos altamente mobilizados e preparados a lutar até as últimas consequências. O embate resultou em uma reforma agrária radical, que transformou o país pela raiz, e em uma colisão internacional que acabou submetendo o país a pesadas sanções econômicas e ameaças de intervenção militar. Aquela briga me transformou de vez, ensinando-me e obrigando-me a fazer análise social rigorosa e responsável, agora dentro do marxismo, mas fora e contra o marxismo

ocidental que, além do mais, já tinha fechado fileiras com a oposição e as investidas imperialistas. Em 2002, depois de defender a minha tese de doutorado, vim para o Brasil, a convite de um colega brasileiro de Londres que facilitou uma vaga de professor visitante na UFPR. Fiquei em Curitiba pouco tempo, mas consegui aprender português e eventualmente me mudei para Belo Horizonte, onde dei aula na PUC Minas por sete anos, antes de prestar concurso na UFABC.

**5 Esta experiência no Zimbábue é muito interessante. Você poderia nós contar um pouco mais sobre ela e sua visão da história recente deste país. Em especial, sobre o processo de reforma agrária lá ocorrido. No Brasil, ele foi noticiado como uma espécie de “guerra de raças”.**

Geralmente, e graças ao monopólio midiático em todo lugar, a reforma agrária no Zimbábue tem sido relatada para fins de justificar as sanções econômicas, não para explicar as causas da reforma agrária ou mostrar os seus resultados. Na verdade, foi um conflito em torno dos termos da descolonização de 1980 que, conforme as circunstâncias da época, cedeu poder político à maioria negra, sem compartilhar recursos econômicos. Seguiram-se vinte anos de “reconciliação”, uma reconciliação unilateral por parte do movimento de libertação diante do monopólio econômico dos colonos europeus, cuja base material e política se encontrava no controle da terra e de seus recursos naturais. Ao invés de os colonos aproveitarem da mão aberta do movimento e contribuírem a uma reforma agrária e a uma sociedade mais justa, apostaram na estratégia da reação política. Isso explica em grande parte a liberalização e financeirização da economia nos anos 90, a desindustrialização e o avanço do desemprego e da concentração fundiária no campo. Os colonos também se aliaram à política da desestabilização vinda do apartheid da África do Sul, nos anos 80, para inviabilizar a consolidação dos movimentos de libertação no Zimbábue e na vizinhança. E no início dos 90, qualquer resistência ao neoliberalismo era interpretada como ruptura do “pacto” e capaz de afundar as negociações em curso na África do Sul, baseadas no mesmo princípio de “reconciliação”. No final da década, a situação sócio-política no Zimbábue se tornou explosiva e a mobilização se radicalizou, tanto fora quanto dentro do partido. Quanto mais avançava um movimento sindical “pro-democracia”, aliado ao discurso ocidental da “boa governança” contra a “corrupção” e ao “autoritarismo” do nacionalismo, tanto mais se re-radicalizava o próprio nacionalismo. Foi assim que

eventualmente, pela escalada das contradições, se consolidou um movimento de massa no campo, liderado pelos veteranos da guerra de libertação, que resolveu pôr fim a essa estória toda. Mas nunca foi uma “guerra de raças”, pelo menos por parte do movimento de libertação. Entre os 4.500 fazendeiros que controlavam a metade das terras agrícolas – a melhor metade –, os que aceitaram negociar a redução das suas propriedades foram permitidos a continuar os seus negócios em paz – hoje, 600 fazendeiros de origem europeia permanecem nos seus lares. Mas a maioria dos fazendeiros resistiu e optou por apelar ao Ocidente e mobilizar preconceito racial e sanções econômicas. Quem fez “guerra de raças” foram eles, não o movimento de libertação.

**6 Esta experiência da reforma agrária no Zimbábue é uma referência para outros grupos de esquerda na África atual?**

O Zimbábue é de fato a vanguarda da África. A opinião pública africana, que não se convence do papo da grande mídia, reconhece que o Zimbábue é o país que mais defende o Pan-Africanismo e que mais teve coragem de enfrentar o grande capital e a dominação ocidental. Isso explica por que o Chefe de Estado africano mais aplaudido em visitas a outros países africanos é o Cda. Robert Mugabe, algo que ficou claríssimo no recente memorial do Cda. Nelson Mandela, quando o estádio inteiro se levantou para saudá-lo. Mas tudo isso não quer dizer que a “esquerda” na África reconhece os avanços feitos no Zimbábue. De fato, a esquerda se dividiu – como se fez também aqui na América Latina com relação ao chavismo – entre a esquerda nacionalista e esquerda “democrática”, “moderna” e “internacionalista”. A última acabou prevalecendo, mas cada vez mais a luta ideológica está se revertendo, decorrente tanto das pesquisas de campo que mostram por unanimidade o grande sucesso da reforma agrária, quanto da re-radicalização incipiente do nacionalismo na África do Sul, que vê no Zimbábue a possibilidade de superar a sua própria “reconciliação” unilateral.

**7 Fale um pouco da revista *Agrarian South*, que o sr. é editor. Ao que parece, ela é a primeira revista tricontinental na área de ciências humanas. No sentido de que possui editores nos três continentes. É isto mesmo?**

Um dos resultados dos debates em torno do Zimbábue, sempre em sinergia com outras iniciativas Pan-Africanistas e Sul-Sul, foi a consolidação de uma rede Sul-Sul de pesquisadores em estudos agrários, com sede no Instituto Africano de Estudos Agrários

(AIAS), em Harare (Zimbábue), sob a liderança do Prof. Sam Moyo. A rede já publicou vários livros de caráter Sul-Sul e outros mais focados em assuntos africanos e também fundou uma “Escola de Verão” que reúne a rede de pesquisadores, a *Agrarian South Network*, junto com representantes de movimentos sociais, todo janeiro em Harare. A Escola de Verão é a alma da rede, o lugar onde se apresentam pesquisas nos três continentes e se fazem debates intensos sobre os caminhos e descaminhos do mundo. Toda essa dinâmica, durante uma década inteira, estabeleceu laços estreitos, pessoais e profissionais, que resultaram na criação da revista *Agrarian South: Journal of Political Economy*, em 2012. Ela é a primeira revista Sul-Sul e tri-continental das ciências sociais, no sentido de a sua equipe editorial ser representada por pesquisadores dos três continentes – África, Ásia e América Latina. A revista é publicada pela editora Sage-Índia, em Nova Déli. Trata-se de um esforço enorme, mas agora já está em pé, levando para frente, de modo sistemático, um novo diálogo Sul-Sul.

**8 Você pode explicar mais detalhadamente sua visão sobre este “novo” diálogo Sul-Sul? Em que sentido ele é “novo” em relação ao diálogo de outrora, da época de Bandung (1955)?**

O projeto de Bandung afundou nos anos 70, a partir da crise da dívida do Terceiro Mundo que levou cada país a negociar a sua dívida individualmente. Foi um grande retrocesso histórico. Obviamente, já existiam divergências, estruturais e ideológicas, que dificultavam uma ação coletiva mais consequente. Também, a América Latina não participou efetivamente do projeto de Bandung, com a exceção de Cuba e do Caribe. Mais recentemente, se iniciou uma nova aproximação Sul-Sul, bem diferente em sua estrutura e base material. Trata-se de uma aproximação primeiramente econômica e secundariamente ideológica, liderada principalmente pela China e incluindo agora a América Latina. O novo diálogo tem novas assimetrias e contradições, mas apresenta uma oportunidade inédita de estreitar relações e disputar ideias e políticas em escala global. No fundo, o objetivo continua o mesmo: a superação de 500 anos de dominação europeia e a construção de uma civilização global equitativa, justa e sustentável.

**9 Qual a importância específica que a África e os intelectuais africanos têm para este diálogo Sul-Sul, antes e hoje?**

Durante todo esse recuo dos anos 70 para cá, quem mais manteve acesa a luz da colaboração Sul-Sul foram os intelectuais africanos, em particular os pesquisadores ligados ao CODESRIA (Conselho Africano para o Desenvolvimento de Pesquisa nas Ciências Sociais em África), e outros centros aliados, que continuaram a lutar pela ideia da solidariedade Sul-Sul. É algo pouco reconhecido, especialmente pelos novos ingressantes no diálogo que reivindicam papéis de liderança. Nesse sentido, não é por acaso que a primeira revista tri-continental das Ciências Sociais, a *Agrarian South*, nasceu na África. É a única região que estava preparada para isso.

- 10 No Brasil, há ainda um grande desconhecimento destes e outros assuntos referentes à África contemporânea. Hoje, graças à lei 10.639, conhecemos um pouco mais da história da África. Ainda é pouco, em verdade. Mas talvez seja mais do que sabemos sobre a África atual, em suas variadas esferas. O sr. não acha que está na hora de incluir seriamente o estudo da África em outros campos de conhecimento no ensino superior, para além dos Departamentos de História? Por exemplo: Relações Internacionais, Artes, Filosofia, Ciência Política, Sociologia, Economia?**

Com certeza, temos ainda muito trabalho a fazer. O eurocentrismo permeia e domina todas as Ciências Sociais, não apenas a História. Inclusive, acho que seria um erro grave botar todo o peso nas costas da História, à custa do estudo da África contemporânea e das suas questões econômicas, políticas e sociais, como se o racismo fosse algo do passado e não do presente. A historiografia e o ensino da História, para cumprirem as suas funções fundamentais para todas as Ciências Sociais, têm que buscar uma sinergia sistemática com o estudo do presente e dos desafios atuais, senão acabam se enfraquecendo e até perdendo o seu caminho.

- 11 Como sabe, há um debate hoje sobre a participação atual do Brasil na África. Em particular, no campo econômico. Alguns acreditam que ela é positiva, outros que é negativa; como sempre, dependendo da perspectiva de que se olha. Você teria uma opinião formada sobre o assunto, ou acha que ainda é cedo para isso?**

Alguns acham que é positiva e outros negativa precisamente por que a expansão brasileira é

profundamente contraditória, esquizofrênica. Também está em transição, provavelmente para o pior, mas temos que continuar a analisá-la. De qualquer forma, não se pode esperar muito de uma aproximação liderada pelos grandes grupos empresariais, nem se pode assemelhá-la a um “novo colonialismo” – o Brasil não tem estrutura econômica e militar para isso, embora tenha a ideologia racista enraizada em sua narrativa nacional. No máximo, podemos falar de um novo subimperialismo, mas o termo também é extremamente abusado e mobilizado por gente que nem sequer faz o esforço de entender o imperialismo. No final das contas, a análise do imperialismo atual precisa de um esforço coletivo, sistemático e Sul-Sul, para termos um resultado contínuo, rigoroso e responsável.